

**Maio 2006**

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

**CEDOC Dw**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

Extractos da Imprensa

CEDOC Development Workshop - Angola

Centro de Documentação e Informação

# CEDOC Dw

## Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, O Independente, Chela Press, Angolense, e o Semanário África.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

## GENÉRICO

**Redação:** Waldney Oliveira

**Conselho de Edição e Revisão:**  
Allan Cain, Frabrice Beutler,  
Beat Weber, Pacheco Ilinga,  
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,  
Azancoth, Massomba Dominique

**Editado por:**  
Development Workshop-Angola

**Endereço:**  
Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda - Angola

**Tefefone:**  
+(244 2) 448371 / 77 / 66

**Email:**  
cedoc.dwang@angonet.org

**Com apoio de:**  
LUPP (Programa de Redução  
a Pobreza Urbana de Luanda),  
DFID e Embaixada da Noruega

## INDICE

<b>1 Redução da Pobreza e Economia</b>	<b>1</b>
1.1 Vem aí as escolas rurais e ofícios.....	1
1.2 Alves da Rocha e a economia Angolana.....	<del>24</del>
1.3 Indústria vai gerar 295 mil empregos em 7 anos.....	<del>32</del>
1.4 Mercado regista surgimento de mais empresas.....	<del>43</del>
1.5 Portugal doa 118 mil dólares ao PAM para projectos em Angola.....	<del>54</del>
1.6 DW concede micro-créditos à população suburbana.....	<del>54</del>
1.7 Huambo já tem Banco Sol.....	5
<b>2 Mercado Informal e Microfinanças</b>	<b>76</b>
2.1 Comércio de bens alimentares e mobiliários.....	<del>76</del>
2.2 Juventude “assalta” mercado no Uíge.....	<del>96</del>
2.3 Huambo já tem Banco Sol.....	<del>97</del>
2.4 Camponeses beneficiam" de micro-créditos no Kwanza-Sul.....	<del>107</del>
2.5 ONG-Lança 30 jovens no mercado de emprego.....	<del>118</del>
2.6 Polícia nega intenção de atingir vendedores.....	<del>118</del>
2.7 Concorrência entre promotores e lojas divide mercado mobiliário.....	<del>119</del>
2.8 Maioria dos moçambicanos trabalha no sector informal.....	<del>144</del>
2.9 PNUD apresenta sistema de gestão de informação para microfinanças.....	<del>154</del>
2.10 Mercado do Kikolo terá melhor organização.....	<del>164</del>
<b>3 Governação e Descentralização</b>	<b>1743</b>
3.1 Despesas locais: por um OGE 2006 ( revisto ) mais participativo(II).....	<del>1743</del>
3.2 Aguinaldo Jaime reafirma compromisso do executivo com a boa governação.....	<del>1944</del>
3.3 Projecto Luanda Sul avaliado em USD 261 milhões.....	<del>2044</del>
3.4 Governo reafirma compromisso com transparência.....	<del>2045</del>
3.5 Aplaudido desempenho do Governo da Huíla.....	<del>2145</del>
3.6 Governo reajusta salário da Função pública.....	<del>2145</del>
<b>4 Eleições e Educação Cívica</b>	<b>2347</b>
4.1 Registo eleitoral preocupa PRS.....	<del>2347</del>
4.2 “Processo eleitoral pode ficar manchado”.....	<del>2547</del>
4.3 Agentes eleitorais apelam à criação de condições técnicas.....	<del>2648</del>
4.4 OPA pretende realizar campanha de educação cívica.....	<del>2649</del>
4.5 Mulheres falam sobre eleições.....	<del>2749</del>
4.6 Governante exorta famílias a participarem na preparação das eleições.....	<del>2849</del>
4.7 Director da cadeia do Moxico desmente violação dos direitos humanos.....	<del>2920</del>
4.8 MPLA e PRS defendem arranque ininterrupto do registo eleitoral.....	<del>2920</del>
4.9 MPLA e PSD querem registo eleitoral.....	<del>3021</del>
<b>5 Educação, Juventude e Criança</b>	<b>3122</b>
5.1 Explicadores “salvam” erros dos professores.....	<del>3422</del>
5.2 INIDE promove seminário sobre inserção dos direitos humanos nos currículos escolares.....	<del>3624</del>
5.3 Jovens devem colaborar no combate à delinquência.....	<del>3724</del>
5.4 Professores no Huambo recebem noções de reforma educativa.....	<del>3725</del>
5.5 SINPROF exige Educação Pública Gratuita.....	<del>3725</del>
5.6 Escolas “Professores do Futuro”absorvem mais 645 candidatos.....	<del>3825</del>
<b>6 Terra, Habitação e Urbanização</b>	<b>3927</b>
6.1 “Houve pouco investimento na habitação”.....	<del>3927</del>
6.2 Luís Araújo encosta “Nandó” à parede.....	<del>4427</del>
6.3 Kangamba larga USD 6 milhões.....	<del>4628</del>
6.4 Nasce novo “bairro de latas”.....	<del>4629</del>

6.5 Taxistas deixam populares a «secar» nas paragens de Luanda.....	<del>4729</del>
6.6 Demolições, acusações e outras questões de habitação.....	<del>4830</del>
6.7 Desalojados no Parlamento.....	<del>4932</del>
6.8 Terras criam conflito entre Huambo e Bié.....	<del>5032</del>
6.9 PM denuncia incitamento à ocupação ilegal .....	<del>5033</del>
<b>7 Serviços Basicos</b>	<b><del>5335</del></b>
7.1 ANIP assina contrato de USD 15 milhões .....	<del>5335</del>
7.2 Luanda desenvolve hoje campanha de remoção de lixo .....	<del>5435</del>
7.3 GPL realiza campanha de limpeza para combater a colera .....	<del>5536</del>
7.4 Registados seis mil casos de cólera em Benguela .....	<del>5636</del>
7.5 Unicef e parceiros doam USD 400 mil para combate à cólera.....	<del>5636</del>
7.6 Rangel regista mais de cem casos de cólera.....	<del>5837</del>
7.7 Governante exorta famílias a participarem na preparação das eleições .....	<del>5838</del>
7.8 Ong Development Workshop comemora 25º aniversário de presença em Angola .....	<del>5938</del>
7.9 População de Kicabo consome água imprópria .....	<del>5939</del>
<b>8 Paz e Reconciliação</b>	<b><del>6140</del></b>
8.1 UNITA desmente preparativos para guerra.....	<del>6140</del>
8.2 Nandó quer apoio da sociedade civil nos esforços do Governo .....	<del>6140</del>
8.3 Solução tecnológica do registo será apresentada a actores políticos e sociais .....	<del>6244</del>
8.4 Recrutamento e formação de brigadistas eleitorais inicia em Junho .....	<del>6344</del>
8.5 Uma ponte para a Paz .....	<del>6442</del>
8.6 Propostas para garantir estabilidade .....	<del>6544</del>

# 1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 Indústria vai gerar 295 mil empregos em 7 anos

*Jornal de Angola...08-05-06*

Nos próximos sete anos, o sector da Indústria poderá gerar 295.000 postos de trabalho, o que corresponde ao somatório de 73.000 trabalhadores numa primeira fase de cinco anos e os 222.000 da segunda fase de sete anos.

Estes dados foram fornecidos pelo director geral do "Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola, Kiala Gabriel, durante o recém-terminado Colóquio sobre o Emprego em Angola. O responsável dissertava sobre o tema "Aplicação das políticas de emprego no sector produtivo, como vector de absorção intensiva de mão-de-obra no sector da indústria transformadora".

Do seu ponto de vista, praticamente todos os subsectores são potencialmente criadores de razoáveis quantidades de novos postos de trabalho, muito embora preponderem os que podem vir a utilizar uma melhor combinação entre tecnologia e mão-de-obra qualificada.

Segundo Kiala Gabriel, uma das opções defendidas pelo Ministério da Indústria, na sua estratégia de reindustrialização do país, na fase de actualização, a mudança estrutural, preconiza a industrialização do país em duas fases distintas: Tratando-se a primeira fase da de reconstrução industrial, com a duração de aproximadamente cinco anos, em que a estrutura da produção deve concentrar-se nos produtos voltados para o consumo de massa, tais como os alimentares, as bebidas, o vestuário, o calçado, o mobiliário, o papel e as tipografias, os minerais não metálicos, com destaque para os materiais de construção (cerâmica, vidro e cimento), os químicos ligeiros (plásticos, produtos de higiene e limpeza).

A outra fase é a do desenvolvimento e modernização industrial, de aproximadamente sete anos, onde deverão pontificar as indústrias industrializantes metalúrgica de base, máquinas eléctricas (não eléctricas, material de transportes, derivados do petróleo e a química pesada) e novas actividades ligadas à electrónica, às tecnologias de informação e à montagem "automóvel.

## 1.2.4 Vem aí as escolas rurais e ofícios

*Cruzeiro do Sul...13-05-06*

Está para breve a instalação de escolas rurais de capacitação e ofícios em alguns municípios do país. É uma aposta do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) que visa dar empregos e garantir a formação profissional a população do campo, sobretudo dos jovens deficientes de guerra, desmobilizados, todos no meio rural, garantindo assim o seu enquadramento nos esforços da reconstrução nacional. O que se quer é valorizar o potencial humano disponível nas zonas rurais.

A qualificação da mão-de-obra está garantida no projecto "virado para a geração de emprego. Aliás a aposta faz parte do programa indicativo de valorização da mão-de-obra nacional e do programa de combate a pobreza do governo. Ainda não estão apurados quantos empregos directos e indirectos estarão garantidos pelas escolas rurais e ofícios.

6 Províncias vão ser priorizadas, numa primeira fase, ainda este ano. Huambo, Bié, Benguela, Kuanza-Sul, Kuanza Norte e Uíge. É um projecto nacional que se estenderá mais tarde a todo o território nacional. A eleição de áreas de formação terá muito a ver com as características específicas dos municípios onde vão ser implantadas essas escolas. As áreas da agricultura e pecuária serão privilegiadas, como avançou ao Cruzeiro do Sul, um dos coordenadores do projecto do MAPESS e director provincial do Kuanza Sul do MAPESS, José Santos. A partir das áreas priorizadas vão ser formados técnicos agrícolas, de pecuária, agentes propulsores para o desenvolvimento e fomento dessas actividades. Nas escolas rurais, de acordo ainda com José Santos, serão ministrados cursos de serralharia, alfaiataria, carpintaria, mecânica auto, electricidade, entre outros.

O programa de escolas rurais de capacitação e ofícios está ainda na forja, mas até ao próximo ano poderá ser utilizado com uma estratégia que visa a redução do desemprego no interior do país, onde as cifras apontam para cerca de 40%. É que os sectores agricultura, pescas, pecuária, hotelaria, indústrias e geminas vão absorver proximamente maior força de trabalho no país, com atenções voltadas para o campo. Formação Profissional. Enquanto se preparam as escolas de capacitação e ofícios, Kuanza Sul iniciou já com a formação profissional, no Centro especializado de Cuaca e através de Brigadas Móveis ou Itinerantes.

A Formação responde as gritantes necessidades da

Formatada: Francês (França)



juventude na província. Mais de 500 jovens já foram treinados nas especialidades de mecânica, carpintaria e agro-pecuária. Os municípios de Wacu Cungo, Kibala e Ebo já beneficiaram da formação itinerante que vai prosseguir no interior da província do Kuanza Sul.

### **1.32 Alves da Rocha e a economia Angolana**

*Agora...13-05-06*

Rádio Nacional de Angola - O Governo aprovou os ajustamentos salariais na função pública em 6,75% do salário de base vigente e um incremento de 10% no salário mínimo nacional. Esta iniciativa do Governo é coerente com o cumprimento das promessas do Orçamento Geral do Estado para 2006, não haverá sacrifícios para a sua execução?

Alves da Rocha - Suponho que o orçamento preparado já foi trabalhado no que se refere às despesas, com diversos incrementos do salário da função pública porque, de acordo com princípio que está estabelecido, julgo que vai ser um único incremento. A ideia é que tem que se preservar o poder de compra do salário da função pública e como a taxa de inflação prevista é de 10%, suponho que irá acontecer mais um ajustamento para o mal do ano, ou no meio do ano. Portanto, não creio que só represente qualquer sacrifício porque o funcionário já executa as suas tarefas e tem direito à remuneração. Quanto ao salário mínimo, isto não é uma questão de orçamento. Evidentemente que alguns funcionários públicos poderão estar nessa faixa do salário mínimo, mas o salário mínimo é mais uma medida política económica que se dá e, como tal, é uma medida que normalmente é acertada em Conselho de Concertação Social. Porque também passa por perceber se o sector privado pode ou não praticar esses tipos de salários. Uma outra matéria é saber se efectivamente e os 6,75% serão suficientes para repor o poder de compra dos salários da função pública.

Não sei o que se passa com a inflação deste ano. Por exemplo o ano passado a inflação tinha sido considerada em 60%. Se os ajustamentos salariais não forem perfeito em função das metas estabelecidas, significa que houve uma perda de compra não diferencial entre os 15 e os 18,53%, que foi o patamar onde a taxa de inflação se ajustou. Isto é um problema de sindicatos que devem estarem atentos.

RNA - Quanto às questões de orçamento para este ano?

A.R - Julgo que estão dentro da programação orçamental.

RNA- O Governo tem projectado para este ano uma taxa de crescimento na ordem dos 27 % e tem agendado no seu programa uma intervenção em grande escala na reabilitação e recuperação das infra-estruturas em todo território nacional. Passados cinco meses, são já notórios os efeitos dessa intervenção do Governo angolano?

A.R.- A informação que existe e é do domínio público e é que há várias brigadas por esse país na recuperação das infra-estruturas, em particular rodoviárias, que são mais prioritárias. Eu não acredito que este ano se consiga muitas recuperações a nível de estradas. Eu acabei de vir do interior, da Lunda-Norte, e pelas informações que existe não há ainda indícios claros, e estamos no quinto mês do ano, de que existem de facto já resultados visíveis em termos de se poder circular melhor, com segurança, com baixo custo e de uma forma mais rápida. Essa taxa de crescimento que está estabelecida este ano, salvaguarda todos os ajustamentos, imprecisões que a mesma taxa pode eventualmente conter face às informações mais recentes quanto ao comportamento provável por iniciadores de actividades. É uma taxa que não podemos deixar referir que contém uma componente importante de petróleo. Isto é bom para que nós não nos deixemos facilmente embalar por taxa de crescimento desta ordem de grandeza, quando a gente já sabe que as implicações sobre resto da economia não serão seguramente as mesmas. E posso dar já uma pequena ilustração disso. Face aos ajustamentos em termos de exploração ilícita de diamante na Lunda-Norte, todos aqueles garimpeiros que estavam lá, e que não tinham uma actividade formal autorizada legalizada, viram esta actividade ocupada por empresas formais. E o que acontece é que, na Lunda-Norte, se está a gerar uma crise económica derivada de combate ao tráfico ilícito de diamante, o que é correcto. As empresas diamantíferas formadas ocupam espaço deixado pela economia diamantífera informal, o que significa que deixa de haver rendimento para as populações, porque é uma actividade fundamentalmente comercial. Porque na Lunda-Norte não há outra actividade...

RNA - Estará com isso a defender a intervenção informal no sector?

A.R - Não estou a defender o sector informal, estou a defender que, por exemplo, as sedes das companhias diamantíferas deveriam deslocar-se para os locais onde a exploração é feita. Isso foi feito no tempo colonial com resultados bastante positivos. Portanto estou a defender que as sedes de todas as companhias que têm explorações de diamante na Lunda-Norte se instalem no Dundo porque tem efeitos económicos especiais extremamente importante. Estou a defender uma nova

leitura da lei dos diamantes. Porque se assim não for, não vale a pena estar à pensar noutra tipo (actividade em particular na Lunda Norte.

RNA- A nossa moeda nacional, o Kwanza, parece que já tem alguma estabilidade. Anda à volta de 80 Kwanzas o dólar, e há poucas oscilações. Serão efeito da nossa relativa estabilização macroeconómica?

A.R - Seguramente que sim. Por um lado, é um resultado derivado das disponibilidades de divisas e dólares que tem haver com os empréstimos que têm vindo com os créditos, com o diferencial do preço petróleo que implica as entradas de divisas. Mas será bom também aqui pensar que há efeitos nefastos desta relativa estabilidade cambial. Mas, enfim, as autoridades governamentais estão convencidas que, para já, este é um grande caminho.

RNA - Deve ser que há falta da produção i terna de bens de serviços?

A.R - Não. Quer dizer uma apreciação exagera de uma moeda nacional tem efeito perverso e negativo nos sectores agrícola e industrial em termos de competitividade, para exportação e para concorrênciar internamente as importações, porque quanto mais apreciada for a moeda nacional, mais barata chama as importações. E como a agricultura e a indústria de pesca não têm o fundamentos que lhes permitem construir uma competitividade estrutural, neste momento fica muito mais barato importar que produzir internamente. Quanto aos serviços que são, sobretudo, bens não transaccionáveis, aí a situação pode ser diferente, ou seja, uma apreciação da moeda pode ter benefícios sobre a produção de certos serviços.

### **1.4 ONG Development Workshop comemora 25ª aniversário nas programas de redução da pobreza Angolana**

*Angop... 13-05-06*

Uma visita de campo ao projecto de água e saneamento, lançamento de uma biblioteca on-line e uma recepção oficial são, dentre outras, as actividades agendadas a partir de terça-feira, em Luanda, pela organização não governamental Development Workshop em saudação ao 25º aniversário da sua presença em Angola.

Segundo uma nota de imprensa da organização, consta ainda do programa um encontro de líderes de grupos solidários, na paróquia do Sagrado Coração de Jesus no município do Cazenga e o lançamento de um telecentro nas instalações do Fórum das Organizações Não-Governamentais nacionais (FONGA).

A Development Workshop é uma organização sem fins lucrativos que trabalha em Angola desde 1981 para a melhoria das condições de vida das comunidades, tendo como áreas de enfoque o abrigo, reforma peri-urbana, abastecimento e saneamento de água, cuidados primários de saúde, desenvolvimento de pequenas empresas e alívio de desastres.

Registada como sendo um grupo sem fins lucrativos e, por isso, não podendo proceder a angariações de fundos, o seu trabalho financiado por contribuições de Ong, agências de desenvolvimento nacionais e internacionais e fundações privadas.

A DW defende uma estratégia de reabilitação comunitária das zonas peri-urbanas, como mecanismo para a redução da pobreza a longo prazo, razão pela qual tem estado a trabalhar como parceira no Programa de Pobreza Urbana de Luanda (LUPP) e com as comunidades das zonas peri-urbanas e com os governos locais, através do envolvimento das associações dos moradores, fóruns e conselhos de consulta comunal/municipal.

Com 120 trabalhadores efectivos em Luanda e 86 no Huambo, a DW desenvolve a sua actividade em duas áreas paralelas nomeadamente nas comunidades peri-urbanas, onde as infra-estruturas e outros serviços básicos são inexistentes e no apoio . reabilitação de infra-estruturas sociais através de auxílio ao processo de regresso e assentamento das comunidades afectadas pela guerra no planalto central.

### **4.3 Indústria vai gerar 295 mil empregos em 7 anos**

*Journal de Angola...08-05-06*

Nos próximos sete anos, o sector da Indústria poderá gerar 295.000 postos de trabalho, o que corresponde ao somatório de 73.000 trabalhadores numa primeira fase de cinco anos e os 222.000 da segunda fase de sete anos.

Estes dados foram fornecidos pelo director geral do "Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola, Kiala Gabriel, durante o recém terminado Colóquio sobre o Emprego em Angola. O responsável dissertava sobre o tema "Aplicação das políticas de emprego no sector produtivo, como vector de absorção intensiva de mão-de obra no sector da indústria transformadora".

Do seu ponto de vista, praticamente todos os subsectores são potencialmente criadores de razoáveis quantidades de novos postos de trabalho, muito embora preponderem os que podem vir a utilizar uma

~~melhor combinação entre tecnologia e mão de obra qualificada.~~

~~Segundo Kiala Gabriel, uma das opções defendidas pelo Ministério da Indústria, na sua estratégia de reindustrialização do país, na fase de actualização, a da mudança estrutural, preconiza a industrialização do país em duas fases distintas: Tratando-se a primeira fase da de reconstrução industrial, com a duração de aproximadamente cinco anos, em que a estrutura da produção deve concentrar-se nos produtos voltados para o consumo de massa, tais como os alimentares, as bebidas, o vestuário, o calçado, o mobiliário, o papel e as tipografias, os minerais não metálicos, com destaque para os materiais de construção (cerâmica, vidro e cimento), os químicos ligeiros (plásticos, produtos de higiene e limpeza).~~

~~A outra fase é a do desenvolvimento e modernização industrial, de aproximadamente sete anos, onde deverão pontificar as indústrias industrializantes metalúrgica de base, máquinas eléctricas (não eléctricas, material de transportes, derivados do petróleo e a química pesada) e novas actividades ligadas à electrónica, às tecnologias de informação e à montagem automóvel.~~

## **1.54 Mercado regista surgimento de mais empresas**

*Jornal de Angola... 28-05-06*

E, no meio desse boom, o sector empresarial ganha rodas velozes.

No final do ano de 2005, o Guiché Único (não o único registador de empresas) atingiu os 110 por cento no licenciamento de empresas. No total foram mais de 300 empresas licenciadas, este ano num total de 597 estabelecimentos, desde que a instituição surgiu em Agosto de 2004.

Este crescimento, segundo responsável da instituição, será duplicado este ano, a julgar pela corrida frenética dos investidores para a constituição de empresas. Para responder à demanda, a direcção perspectiva já a abertura de mais delegações noutras províncias do país. Com a criação do Guiché Único de Empresas, o processo da constituição de empresa tornou-se menos burocrático, o que impôs celeridade no surgimento de novas instituições.

Para Faruc Norali, da Global Link (empresa de consultoria empresarial), o processo de constituição e legalização de empresas era muito lento, muito burocrático, mas ao longo dos anos foi melhorando.

Actualmente, leva-se cerca de um mês, no máximo, para a constituição de uma empresa - consegue-se também fazer empresa com investidores nacionais em menos de 15 dias.

Antes ficava-se entre três e seis meses a fio para a constituição de uma empresa. Com a concentração de vários organismos no mesmo espaço, através do Guiché Único, poupa-se tempo. Ainda assim, a direcção do Guiché prevê reduzir em 50 por cento os prazos actuais, que são de 30 dias.

Devido a vários esforços visando a reactivação de outros sectores não petrolíferos, as actividades de extracção de diamantes, da agricultura, silvicultura, pecuária e pescas, da indústria transformadora, da construção, da energia e água e dos serviços mercantis em geral registaram uma variação percentual durante o ano transacto de 14,7%, contra 10,4% programados e 9,3% em 2004.

Com efeito, para reforçar a produção não petrolífera, o Governo preconiza dar maior projecção às obras públicas, ao sector primário (agricultura, pecuária e pescas), à produção e distribuição de energia e água e à indústria transformadora.

As taxas de crescimento dos respectivos Valores Adicionados registadas em 2005 revelam estar-se no início de um processo que pode conduzir à reposição das capacidades, ao aumento do produto potencial da economia e à integração do mercado interno. Em termos de registo do emprego - variável económica crucial da integração económica interna e da garantia da reconciliação nacional - os dados disponíveis apontam para uma taxa de desemprego em 2005 da ordem dos 29,2% (uma recuperação face às estimativas de 2004 que a colocavam próxima dos 34%). A par disso, está a evolução do Produto Interno Bruto por habitante, aferidor sintético do nível geral das condições de vida. O seu valor foi de cerca de 1985 dólares em 2005 (a preços correntes), o que representou um incremento de 57% face a 2004, em que a renda per capita registou um valor à volta dos 1265 dólares.

O crescimento real da renda média dos angolanos cifrou-se em quase 17% em 2005, considerando uma taxa de variação demográfica de 3,1%. Ainda que permaneça assimétrica a distribuição do rendimento nacional, admite-se que tenha ocorrido alguma melhoria na taxa de pobreza. Conjugando os crescimentos reais, os investimentos públicos na área social, o efectivo controlo da inflação (31% em 2004 e 18,5% em 2005) e as políticas de inclusão social constantes do Programa Geral do Governo, a taxa de pobreza em 2005 baixou para 56% (12,2 pontos



percentuais menos do que em 2000, data da realização do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares).

Os investimentos públicos - avaliados em cerca de 850 milhões de dólares - exerceram um efeito catalisador importante sobre a economia nacional, não só do ponto de vista da indução do investimento privado - que se estima ter atingido a cifra de 6,3 mil milhões de dólares - como, igualmente, da melhoria das condições gerais de vida da população.

### **1.65 Portugal doa 118 mil dólares ao PAM para projectos em Angola**

*Notícias lusofonas...26-05-06*

O Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas anunciou hoje, em Luanda, ter recebido uma doação de 118 mil dólares do governo português para apoiar projectos que esta agência internacional está a desenvolver em Angola.

O donativo do governo português permitirá que o PAM distribua refeições nutritivas, no âmbito do programa de merenda escolar, a cerca de 63 mil crianças durante um mês. "Portugal tem laços históricos muito fortes com Angola e este donativo é uma demonstração do interesse português em contribuir para o desenvolvimento de Angola", afirmou Richard Corsino, representante do PAM em Angola.

Corsino salientou a importância da contribuição portuguesa, frisando que ela ocorre "numa altura em que a nova operação de ajuda alimentar do PAM em Angola enfrenta sérias dificuldades de financiamento".

"Ainda são necessários pelo menos 12 milhões de dólares para que o PAM possa assistir a população necessitada até Dezembro", referiu. A actual operação que o PAM está a desenvolver em Angola, com uma duração de três anos, prevê a distribuição de 109 mil toneladas de produtos alimentares a cerca de 710 mil pessoas, beneficiando especialmente crianças que frequentam o ensino primário, mulheres grávidas e mães lactentes. Nesta operação, iniciada há poucas semanas, o PAM, em parceria com o Ministério da Educação, pretende apoiar o ensino primário através do programa de merenda escolar, mas também com a reabilitação e construção de escolas.

A distribuição de água potável nos estabelecimentos de ensino primário e o lançamento de programas de sensibilização sobre o perigo das minas e da SIDA constam também da operação que o PAM tem em curso em Angola, assim como a realização de

campanhas de vacinação.

### **1.76 DW concede micro-créditos à população suburbana**

*Jornal de Angola...20-05-06*

Doze mil pessoas recebem diariamente da Development Workshop (DW) um micro-crédito para luta contra a pobreza urbana. Os dados foram revelados ontem no encontro com os grupos beneficiados pelo projecto de financiamento.

Denominado Kixicrédito, a DW pretende com este programa em parceria com o Governo lutar contra a pobreza e servir de fonte de emprego e rendimento para milhares de cidadãos com a realização de pequenos negócios. O projecto de micro-finanças surgiu em 1999, funciona nas províncias de Luanda e do Huambo. Na altura, a DW tinha um programa de Solidariedade e Unidade de Poupanças onde a tinha como visão apenas apoiar as populações nas áreas peri-urbanas.

O empréstimo no início era de 150 dólares e agora passou para 250 a cada indivíduo o que faz pensar a DW criar uma instituição financeira independente nos próximos anos devido o grande número de transacções monetárias. Segundo o director das operações, Lauriano de Sousa a DW tem neste momento três os produtos nomeadamente o KixiSolidário, KixiNegócio, e o KixiCasa. Este último é um empréstimo que vai de 800 à 2 mil dólares com uma taxa de 3 por cento de desconto e um retomo durante dez meses. Enquanto que o KixiNegócio o pagamento é feito com dez por cento como fundo de garantia e uma taxa de processamento e seguro de vida de 1 por cento.

"Actualmente o projecto passou para um Kixicrédito que providencia serviços de micro-finanças fáceis, simples e rápidos, com processo de reembolso de pouco tempo". Formado em grupos de 10 às 15 pessoas a Kixicrédito tem uma forma de poupança comunitária muito antiga. E com este tradicional sistema ainda em uso, amigos ou colegas juntam-se e concordam em pagar uma determinada soma diária, semanal ou mensal que vai para uma poupança comunitária.

### **1.87 Huambo já tem Banco Sol**

*Terra angolana...Maio de 2006*

Segundo ele, "todos estão empenhados na edificação de um Huambo melhor, onde cada um pode usufruir dos benefícios da paz.

A luta pela preservação e consolidação da paz com vista a garantir que o processo iniciado em 2002 seja irreversível e que valores como a unidade nacional, democracia, justiça social e respeito pelos direitos humanos sejam tarefas constantes de todos os angolanos, é um facto".

Prova do renascimento do Huambo foi a recente inauguração da agência do Banco Sol. O vice presidente do Conselho de Administração deste Banco, Coutinho Miguel, afirmou que com a inauguração da dependência, a província estará em posição vantajosa. "Estamos aqui no Huambo, para inaugurarmos a 11 agência do Banco Sol. O Banco Sol tem uma gama de produtos de natureza clássica e tradicional na banca, cujos produtos mais racionais, porque têm a ver com uma franja mais significativa da população, são os micro-créditos", salientou Coutinho Miguel, notando ainda que os micro-créditos são um produto que o Banco Sol assumiu desde a sua génese e visam, sobretudo, o combate à pobreza, alavancar a vida da população mais vulnerável para que possa encontrar o mínimo de recursos para a sua subsistência e criar um desenvolvimento alternativo. "Este é um dos produtos que lançamos aqui.

Rubricamos três instrumentos jurídicos bancários importantes com vista a mobilizar recursos financeiros para assistirmos a população", acrescentou, destacando como mais relevante entre estes instrumentos aquele que visa professores e enfermeiros, no âmbito do programa do Governo, sem perder de vista a componente do micro crédito agrícola. "Qualquer um deles tem um significado particular. Já contemplamos 740 professores idos dos municípios mais recônditos da província do Huambo. Foram seleccionados 10 professores de cada município". Refira-se que este é apenas o primeiro passo desta fase experimental do processo. O Governo da província e o grupo português

I M O C O M comprometem-se a, no espaço de um ano, apresentarem no mercado nacional de bens e serviços a água mineral do Alto-Hama. O lançamento da primeira pedra da obra que resultará na fábrica de exploração das águas termais do Alto-Hama, foi recentemente lançada, podendo durar 12 meses.

Trata-se de um investimento de 4,2 milhões de dólares, com garantia de abrir 50 novos postos de trabalho para os jovens da comuna do Alto-Hama. "Depois dos trabalhos directos vamos criar aqui cerca de 50 postos de trabalho. Numa comunidade muito carente de postos de trabalho. Além destes 50 postos de emprego, estimamos mais outros, em termos indirectos. Porque depois do início da actividade de uma fábrica com esta

dimensão, outros serviços, empresas e indústrias, acabarão por acompanhar o investimento", destacou o empreiteiro. O projecto está localizado numa área, vulgarmente conhecido como Águas Quentes, nas proximidades do sobado de Lombanje.

Outros projectos de água já consumados, foram os sistemas de captação de água recentemente inaugurados, um na comuna do Ussoque e outro na povoação de Kuketa, ambos no município do Londuimbali, orçados em 146 mil e 900 dólares, a obra foi um financiamento conjunto do Governo provincial e do UNICEF, tendo este sido o que mais dinheiro aplicou e esteve a cargo da brigada provincial de Energia e Águas. A obra consistiu na construção de chafarizes nas zonas com maior concentração populacional e bebedouros em escolas e postos de saúde.

Formatada: Português (Portugal)

## 2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

### **2.1 ONG-Lança 30 jovens no mercado de emprego**

*Jornal de Angola...03-05-2006*

Trinta jovens formados em microfinanças, pela Organização Não Governamental Development Workshop (DW), em parceria com o consórcio Luta contra a Pobreza Urbana (LUPP), foram lançados ontem, em Luanda, no mercado de emprego, após concluírem a sua formação.

Em declarações à Angop, após a entrega de certificados, o director da DW, Allan Cain, referiu que daquele número oito serão já empregados pela instituição financeira do LUPP pelo Kixicrédito, vocacionado à disponibilização de crédito à camada da população angolana mais baixa, como contabilistas e oficiais de crédito.

Segundo o responsável, a acção formativa, promovida pela LUPP e implementada pela DW, tem como objectivos fazer uma nova indústria de microfinanças, ajudar os jovens a encontrarem emprego, bem como contribuir nos esforços de redução da pobreza. Considerou que a formação em microfinanças constitui a maior iniciativa do género materializada por uma Organização Não Governamental, no caso a Development Workshop.

Na ocasião, um dos beneficiados agradeceu, em nome dos demais, a formação dada pela DW em benefício dos mesmos, salientando a dedicação e ajuda prestada pelos formadores. "Estamos muito lisonjeados pela formação com que a vossa instituição nos brindou, porque' este curso nos vai abrir novos horizontes e oportunidades de emprego", realçou.

Este foi o terceiro curso básico em microfinanças realizado pelo LUPP, através do parceiro DW. No primeiro foram formados 40 jovens, enquanto no segundo 20.

Deste número de jovens formados foram empregados 22, dos quais 16 dos capacitados, em Luanda, e seis no Huambo, nas mesmas áreas. A Development Workshop em colaboração com o LUUP inicia com a formação em microfinanças em 1993

### **2.2 Maioria dos moçambicanos trabalha no sector informal**

*Jornal de Angola...03-05-2006*

Doze milhões dos cerca de 19 milhões de moçambicanos trabalham no sector informal, 90 por cento dos quais na agricultura, indica um inquérito do Instituto Nacional de Estatística (INE), ontem divulgado.

O estudo, publicado pelo jornal Notícias, de Maputo, que inquiriu cerca de 6.500 famílias entre Julho e Setembro do ano passado, indica que o sector informal emprega 87 por cento dos cerca de 14,4 milhões de moçambicanos maiores de sete anos. Falando sobre o inquérito, o director de estatísticas sectoriais e de empresas do INE, Azarais Nhazimo, afirmou que o estudo é o primeiro realizado sobre o sector informal em Moçambique.

Nhazimo disse que o próximo passo será a incorporação dos resultados da pesquisa nas contas nacionais, para avaliar a importância do sector informal no Produto Interno Bruto (PIB). A desagregação do tecido empresarial moçambicano, na sequência dos 16 terminou em 1992, e as reformas económicas aplicadas a partir de 1987 atiraram milhares de trabalhadores para o sector informal da economia.

Milhares dos trabalhadores moçambicanos reclamaram segunda-feira nas ruas de Maputo a manutenção dos seus direitos no quadro da revisão em curso da legislação laboral no país.

"Exigimos que os direitos dos trabalhadores e dos sindicatos sejam incluídos na nova legislação laboral", podia ler-se em algumas bandeiras. Os sindicatos receiam que essa revisão da legislação permita os empregadores a proceder facilmente a despedimentos sem grandes compensações financeiras.

Entre as suas inquietações, os trabalhadores moçambicanos reclamam por "salários justos compatíveis com o custo de vida" e pelo pagamento dos salários em atraso para alguns deles incluindo os da Empresa Nacional de Construção de Estradas e Pontes (ECMEP).

Formatada: Português (Brasil)

## **2.2 Juventude “assalta” mercado no Uíge**

*Angolense...06-05-06*

O número de aderentes ao comércio cresce todos os dias, de acordo com uma constatação feita no local. A actividade de venda é exercida por jovens de 17 e 23 anos de idade, fundamentalmente para garantir a subsistência das famílias e custear os estudos.

Em número não muito elevado, as senhoras e alguns anciãos dedicam-se a venda de medicamentos tradicionais. Uma gama de raízes que são remédio para todas patologias, excepto as doenças venéreas. Com preços fabulosos, os medicamentos tradicionais são muito concorridos, com destaque para o crânio de macaco que, segundo explicações, cura quase tudo, desde as dores de cabeça, vertigens, alucinações, vómitos e não só. O crânio custa dois mil e quinhentos Kwanzas e é introduzido em balde com água, com a qual o doente lava o rosto três vezes ao dia durante uma semana. Já José Pedro Paulo, 21 anos de idade, com um telefone móvel “desenrasca” a vida vendendo chamadas. “Durante o dia consigo acabar um cartão, só que este mês por falta de dinheiro por parte dos usuários, pouco ou nada tenho arrecadado”, disse.

O dinheiro que arrecada das vendas, segundo ele, é empregue no sustento da família, bem como nos estudos, já que frequenta a 7ª classe. Um dos seus grandes sonhos é obter a carta de condução. Castelo Alexandre, é outro jovem que da venda de vários produtos também tem objectivos futuros, dentre os quais a formação para a sua inserção no mercado de trabalho. “Depois de conseguir algum dinheiro que possa garantir a minha formação, vou deixar esta actividade”, afirmou.

No leque de vendedores, grande parte vende para garantir os estudos, tal é o caso de Serafim que tudo faz para adquirir os fascículos, uma vez frequentar o 2º ano do PUNIV. Vendedor de produtos de beleza, os principais compradores de Serafim são cidadãos do Congo Democrático. “O lucro é maior quando adquire o negócio em Luanda, apesar do transporte que é caro, 4 mil KZ”, referiu.

A luta pela sobrevivência não deixou de parte a jovem Sónia, que “carrega sobre os ombros” a responsabilidade de uma família de cinco membros. Da venda de quiabos e couves sai o seu sustento. A jovem sai de manhã em busca das hortícolas no campo, só depois vai para o mercado comercializá-las.

Este é o dia-a-dia da juventude do Uíge que almeja dias melhores. Entretanto, nas lojas os preços são

relativamente mais caros, em relação ao mercado municipal onde as hortícolas são a preço de semear. Uma quantidade elevada de quiabos custa 20 Kz, tomate, 10, couve, 20, feijão, 170 a 150 o quilo, ao passo que um cacho de banana custa cerca de mil e quinhentos Kz.

## **2.4 Camponeses beneficiam” de micro-créditos no Kwanza-Sul**

*Jornal de Angola...09-05-2006*

Os camponeses do município do Amboim e Ebo, província do Kwanza-Sul, estão, desde o mês de Abril, a beneficiar de um micro-crédito do Banco Keve, para o fomento da agricultura e pequenos comércios.

De acordo com o gerente do Banco Keve no Sumbe, João Narciso, os camponeses estão a beneficiar do micro-créditos para o fomento da agricultura e pequenos negócios. Acrescentou que o valor do micro-crédito varia de 100 a 300 dólares americanos.

Disse que, por forma a facilitar o empréstimo aos camponeses, a sua instituição tem trabalhado com uma Organização Não Governamental lusa e com a Cooperativa de hortifrutícolas do Amboim.

João Narciso adiantou que este é o segundo micro-crédito a ser disponibilizado aos camponeses do Amboim e Ebo, acrescentando que os agricultores têm honrado com os seus compromissos no reembolso do valor ao banco. O Banco Keve possui dependências nos municípios do Sumbe, Cela e Libolo.

## **2.1 Comércio de bens alimentares e mobiliários**

*Angolense...20-05-06*

Fugindo ao fisco, os cidadãos oriundos do Líbano e do Norte de África têm como preferência o comércio de géneros alimentícios e mobiliários.

Em relação aos alimentos, os produtos que mais introduzem no mercado angolano são os perecíveis (frango, fígado, coxas e ovos), que já passaram a fazer parte da dieta alimentar dos angolanos, mas muitas vezes comercializados fora do prazo de consumo. Arroz, massa alimentar e açúcar fazem parte dos produtos contrabandeados para o território nacional. Estes produtos podem ser encontrados nos armazéns da Boa Vista, Terra Nova e Macambira, locais onde os libaneses em parceria com alguns angolanos oportunistas comercializam estes bens. A entrada dos nacionais no negócio visa, essencialmente, proteger

Formatada: Francés (França)

estes estrangeiros de eventuais multas e repatriamento, por isso, os angolanos assumem o negócio como sendo sua propriedade, tirando partido da situação amealhando alguns tostões, prejudicando o Estado.

Tal como alguns agentes alfandegários, da Polícia fiscal e das Forças Armadas Angolanas, estes cidadãos com alguma influência no aparelho do Estado vão-se enriquecendo de forma ilícita em detrimento do Estado. Para além dos géneros alimentícios, os "traficantes" apostaram também na importação de mobiliário para lar e escritório, usando o mesmo método de fuga ao fisco, sempre apoiados por angolanos que fazem a ponte com os responsáveis das alfândegas e da Polícia Fiscal, quer no Aeroporto Internacional, quer no Porto de Luanda.

Cadeiras, mesas e estantes são os mobiliários que trazem para o país sem nenhuma contribuição para o Estado angolano e, por isso, os lucros resultantes destas vendas são astronómicos. Depois de chegarem ao território nacional, estes bens são comercializados nas lojas situadas na rua Comandante Valódia, ex Combatentes, São Paulo, Boa Vista e nos armazéns da Terra Nova.

Entretanto, apesar do Presidente da República ter se pronunciado sobre o assunto e prometido tomar medidas sérias contra as pessoas que facilitam esta prática de contrabando e as empresas que assim procedem, que disse conhecer perfeitamente, o cenário não mudou. De resto, a prática destes cidadãos, sobretudo de origem árabe, já provocaram "estragos" nas economias de muitos países africanos, como Congo Democrático e Nigéria.

## **2.2 Juventude "assalta" mercado no Uíge**

*Angolense...06-05-06*

O número de aderentes ao comércio cresce todos os dias, de acordo com uma constatação feita no local. A actividade de venda é exercida por jovens de 17 e 23 anos de idade, fundamentalmente para garantir a subsistência das famílias e custear os estudos.

Em número não muito elevado, as senhoras e alguns aneiões dedicam-se à venda de medicamentos tradicionais. Uma gama de raízes que são remédio para todas patologias, excepto as doenças venéreas. Com preços fabulosos, os medicamentos tradicionais são muito concorridos, com destaque para o crânio de macaco que, segundo explicações, cura quase tudo, desde as dores de cabeça, vertigens, alucinações, vómitos e não só. O crânio custa dois mil e quinhentos

Kwanzas e é introduzido em balde com água, com a qual o doente lava o rosto três vezes ao dia durante uma semana. Já José Pedro Paulo, 21 anos de idade, com um telefone móvel "desenrasca" a vida vendendo chamadas. "Durante o dia consigo acabar um cartão, só que este mês por falta de dinheiro por parte dos usuários, pouco ou nada tenho arrecadado", disse.

O dinheiro que arrecada das vendas, segundo ele, é empregue no sustento da família, bem como nos estudos, já que frequenta a 7ª classe. Um dos seus grandes sonhos é obter a carta de condução. Castelo Alexandre, é outro jovem que da venda de vários produtos também tem objectivos futuros, dentre os quais a formação para a sua inserção no mercado de trabalho. "Depois de conseguir algum dinheiro que possa garantir a minha formação, vou deixar esta actividade", afirmou.

No leque de vendedores, grande parte vende para garantir os estudos, tal é o caso de Serafim que tudo faz para adquirir os fascículos, uma vez frequentar o 2º ano do PUNIV. Vendedor de produtos de beleza, os principais compradores de Serafim são cidadãos do Congo Democrático. "O lucro é maior quando adquire o negócio em Luanda, apesar do transporte que é caro, 4 mil KZ", referiu.

A luta pela sobrevivência não deixou de parte a jovem Sónia, que "carrega sobre os ombros" a responsabilidade de uma família de cinco membros. Da venda de quiabos e couves sai o seu sustento. A jovem sai de manhã em busca das hortícolas no campo, só depois vai para o mercado comercializá-las.

Este é o dia a dia da juventude do Uíge que almeja dias melhores. Entretanto, nas lojas os preços são relativamente mais caros, em relação ao mercado municipal onde as hortaliças são a preço de semear. Uma quantidade elevada de quiabos custa 20 Kz, tomate, 10, couve, 20, feijão, 170 a 150 o quilo, ao passo que um cacho de banana custa cerca de mil e quinhentos Kz.

## **2.53 Huambo já tem Banco Sol**

*Terra angolana...Maio de 2006*

O governador do Huambo, Paulo Kassoma, reconheceu os esforços colectivos da população nos desafios da reconstrução da província, por acreditar que estão a envolver os mais diversos estratos da sociedade, nomeadamente, empresários, agricultores, camponeses, trabalhadores do sector público e do privado.

Segundo ele, "todos estão empenhados na edificação de



um Huambo melhor, onde cada um pode usufruir dos benefícios da paz. A luta pela preservação e consolidação da paz com vista a garantir que o processo iniciado em 2002 seja ir reversível e que valores como a unidade nacional, democracia, justiça social e respeito pelos direitos humanos sejam tarefas constantes de todos os angolanos, é um facto".

Prova do renascimento do Huambo foi a recente inauguração da agência do Banco Sol. O vice-presidente do Conselho de Administração deste Banco, Coutinho Miguel, afirmou que com a inauguração da dependência, a província estará em posição vantajosa. "Estamos aqui no Huambo, para inaugurarmos a 11 a agência do Banco Sol. O Banco Sol tem uma gama de produtos de natureza clássica e tradicional na banca, cujos produtos mais racionais, porque têm a ver com uma franja mais significativa da população, são os micro-créditos", salientou Coutinho Miguel, notando ainda que os micro-creditos são um produto que o Banco Sol assumiu desde a sua génese e visam, sobretudo, o combate à pobreza, alavancar a vida da população mais vulnerável para que possa encontrar o mínimo de recursos para a sua subsistência e criar um desenvolvimento alternativo. "Este é um dos produtos que lançamos aqui.

Rubricamos três instrumentos jurídicos bancários importantes com vista a mobilizar recursos financeiros para assistirmos a população", acrescentou, destacando como mais relevante entre estes instrumentos aquele que visa professores e enfermeiros, no âmbito do programa do Governo, sem perder de vista a componente do micro crédito agrícola. "Qualquer um deles tem um significado particular. Já contemplamos 740 professores idos dos municípios mais recônditos da província do Huambo. Foram seleccionados 10 professores de cada município". Refira-se que este é apenas o primeiro passo desta fase experimental do processo. O Governo da província e o grupo português I M O C O M comprometem-se a, no espaço de um ano, apresentarem no mercado nacional de bens e serviços a água mineral do Alto-Hama. O lançamento da primeira pedra da obra que resultará na fábrica de exploração das águas termais do Alto-Hama, foi recentemente lançada, podendo durar 12 meses.

Trata-se de um investimento de 4,2 milhões de dólares, com garantia de abrir 50 novos postos de trabalho para os jovens da comuna do Alto-Hama. "Depois dos trabalhos directos vamos criar aqui cerca de 50 postos de trabalho. Numa comunidade muito carente de postos de trabalho. Além destes 50 postos de emprego, estimamos mais outros, em termos indirectos. Porque depois do início da actividade de uma fábrica com esta

dimensão, outros serviços, empresas e indústrias, acabarão por acompanhar o investimento", destacou o empreiteiro. O projecto está localizado numa área, vulgarmente conhecido como Águas Quentes, nas proximidades do sobado de Lombanje. Outros projectos de água já consumados, foram os sistemas de captação de água recentemente inaugurados, um na comuna do Ussoque e outro na povoação de Kuketa, ambos no município do Londuimbali, orçados em 146 mil e 900 dólares, a obra foi um financiamento conjunto do Governo provincial e do UNICEF, tendo este sido o que mais dinheiro aplicou e esteve a cargo da brigada provincial de Energia e Águas.

A obra consistiu na construção de chafarizes nas zonas com maior concentração populacional e bebedouros em escolas e postos de saúde.

## **2.4 Camponeses beneficiam" de micro-créditos no Kwanza-Sul**

*Journal de Angola...09-05-2006*

~~Os camponeses do município do Amboim e Ebo, província do Kwanza Sul, estão, desde o mês de Abril, a beneficiar de um micro crédito do Banco Keve, para o fomento da agricultura e pequenos comércios.~~

~~De acordo com o gerente do Banco Keve no Sumbe, João Nareiso, os camponeses estão a beneficiar de micro créditos para o fomento da agricultura e pequenos negócios. Acrescentou que o valor do micro crédito varia de 100 a 300 dólares americanos.~~

~~Disse que, por forma a facilitar o empréstimo aos camponeses, a sua instituição tem trabalhado com uma Organização Não Governamental lusa e com a Cooperativa de hortifrutícolas do Amboim.~~

~~João Nareiso adiantou que este é o segundo micro crédito a ser disponibilizado aos camponeses do Amboim e Ebo, acrescentando que os agricultores têm honrado com os seus compromissos no reembolso do valor ao banco. O Banco Keve possui dependências nos municípios do Sumbe, Cela e Libolo.~~

## 2.5 ONG Lança 30 jovens no mercado de emprego

*Journal de Angola...03-05-2006*

Trinta jovens formados em microfinanças, pela Organização Não Governamental Development Workshop (DW), em parceria com o consórcio Luta contra a Pobreza Urbana (LUPP), foram lançados ontem, em Luanda, no mercado de emprego, após concluírem a sua formação.

Em declarações à Angop, após a entrega de certificados, o director da DW, Allan Cain, referiu que daquele número oito serão já empregados pela instituição financeira do LUPP pelo Kixerédito, vocacionado à disponibilização de crédito à camada da população angolana mais baixa, como contabilistas e oficiais de crédito.

Segundo o responsável, a acção formativa, promovida pela LUPP e implementada pela DW, tem como objectivos fazer uma nova indústria de microfinanças, ajudar os jovens a encontrarem emprego, bem como contribuir nos esforços de redução da pobreza. Considerou que a formação em microfinanças constitui a maior iniciativa do género materializada por uma Organização Não Governamental, no caso a Development Workshop.

Na ocasião, um dos beneficiados agradeceu, em nome dos demais, a formação dada pela DW em benefício dos mesmos, salientando a dedicação e ajuda prestada pelos formadores. "Estamos muito lisonjados pela formação com que a vossa instituição nos brindou, porque este curso nos vai abrir novos horizontes e oportunidades de emprego", realçou.

Este foi o terceiro curso básico em microfinanças realizado pelo LUPP, através do parceiro DW. No primeiro foram formados 40 jovens, enquanto no segundo 20.

Deste número de jovens formados foram empregados 22, dos quais 16 dos capacitados, em Luanda, e seis no Huambo, nas mesmas áreas. A Development Workshop em colaboração com o LUPP inicia com a formação em microfinanças em 1993.

## 2.6 Polícia nega intenção de atingir vendedores

*Journal de Angola...16-05-2006*

A Polícia Nacional negou ontem, em Luanda, a intenção de atingir os cidadãos que comercializam telemóveis próximo a uma agência da operadora

"Unitel", nos arredores da Praça da Independência.

Segundo o intendente Divaldo Martins, porta-voz do Comando Provincial da Polícia, afirma que as forças policiais desceram da viatura porque um dos vendedores meteu-se em fuga. Acrescentou que aquela área foi considerada como zona de atenção especial, razão pela qual o policiamento foi reforçado. Devido a essa atitude, os agentes perseguiram o cidadão até ao 7º andar, onde o mesmo foi detido, pois em sua posse estavam alguns telemóveis. Segundo o porta-voz do Comando Provincial, alguns dos aparelhos seriam produtos roubados, pois o comportamento do indivíduo assim os fez suspeitar.

"Já debaixo do prédio, os agentes queriam continuar a fazer uma revista mais pormenorizada, mas o elemento teria oferecido alguma resistência. Na perseguição, um dos agentes teria posto bala na câmara e, em função da confusão entre a Polícia e o elemento, que não se quis deixar revistar, a arma terá disparado e atingido, mortalmente, o jovem", disse. Adiantou que os cidadãos, na sua maioria vendedores de rua, que se encontravam no local revoltaram-se contra as forças policiais e arremessaram pedras e garrafas, com o intuito de atingirem os agentes da Polícia. De acordo com Divaldo Martins, face a essa agitação, os efectivos afectos à 3ª esquadra de polícia surgiram em apoio aos colegas e também foram recebidos com garrafas e pedras. Na reacção, um dos agentes disparou para o chão, a munição fez ricochete e atingiu um outro cidadão, que foi socorrido para o Hospital Militar, onde viria a falecer.

a porta-voz da Polícia lamentou o sucedido e recordou que o uso da arma de fogo requer observância de algumas normas, entre as quais se ressalta o princípio da proporcionalidade. "Não foi intenção da Polícia tirar a vida a estes jovens, porquanto não é a orientação que levam quando vão ao cumprimento de uma actividade", frisou.

Divaldo Martins adiantou que os dois agentes, detidos; preventivamente, na Direcção Provincial de Investigação Criminal de Luanda, estão sujeitos a um processo criminal e disciplinar. Paralelamente a isso acrescentou o Comando Provincial de Luanda compromete-se a custear as despesas dos dois óbitos e ajudar naquilo que for necessário, para, no mínimo, poder colmatar algumas dificuldades.

## 2.67 Concorrência entre promotores e lojas divide mercado mobiliário

Enquanto o cliente procura de um estabelecimento para outro, mobiliário onde o binómio preço ou qualidade seja compatível depara-se neste trajecto com intermediários de venda que poupam o tempo do cliente, oferecendo toda a variedade de mobília num simples catálogo e demonstram, acordando preços mais baratos que nas lojas, as vantagens da compra de mobília através de prestações.

O negócio não é novo, mas a dinâmica do comércio em Luanda obriga o promotor de venda a abdicar de certas formalidades como correr para tomar dianteira no contacto com o potencial cliente. Hoje os promotores de mobiliário têm cartões de visita e são o exemplo do crescimento do comércio informal.

O número de estabelecimentos comerciais vocacionados para a venda de mobiliário de lar e escritório cresceu de forma rápida nos últimos dois anos, principalmente em Luanda. Nas proximidades de muitos dos tradicionais estabelecimentos mobiliários cresce, ao nível do comércio informal, a concorrência. Os promotores de venda de mobiliários passaram a fazer parte dos agentes económicos, exercendo uma actividade pouco lucrativa mas que retira boa parte da clientela das lojas.

Os catálogos com imagens de mobiliário de lar, de escritório e electrodomésticos estão expostos nas ruas Rainha Ginga, próximo do Centro de Imprensa Aníbal de meio e Major Kanhangulo, nas imediações do Ministério das Relações Exteriores, ambas na baixa da cidade. Porém em bairros como o Maculusso, na Martin Luther King e ao longo da rua Comandante Valódia também são visível esta nova geração de vendedores ambulantes. Quem passa por esses locais vê o cenário criado por aproximadamente 15 jovens em cada ponto. O objectivo é mostrar ao público o tipo de mobiliário que têm à venda.

Rock Daniel, 28 anos, Joaquim Aurélio e Gabriel Katchimanda, ambos com 27 anos, Domingos Sicato, 23 anos, Aurélio Francisco, 22 anos, e Luís Miguel, 21 anos, fazem desta actividade a sua fonte de sobrevivência. A jornada laboral deles começa às oito horas da manhã, altura em que os estabelecimentos comerciais iniciam o atendimento ao fixam juntos dos mesmos, para estarem mais próximo do cliente que visita a casa de venda de mobiliário, quer seja para a compra quer para actualização dos preços praticados dos móveis. Tão logo se apercebem que determinada pessoa se dirige à loja ou se mostra interessada na compra de mobiliário, vão ao seu encontro na expectativa de concretizar o negócio. Para persuadir o

cliente dizem praticar preços acessíveis, comparativamente aos daqueles estabelecimentos comerciais. Com a permissão do cliente, depois de escolher no catálogo o tipo de mobiliário que pretendes adquirir, deslocam-se ao armazém para levantar que lhes foi solicitado. Em seguidas rumam para a residência do cliente para entrega e montagem da mobília. Finda a tarefa, este procede ao pagamento e o negócio está fechado. Os custos pela transportação e montagem estão incluídos no preço da mercadoria. A dispensa da prestação desse tipo de serviço dá direito a desconto, que na gíria comercial chama-se "batimento".

Nos casos em que o cliente solicita uma mercadoria que no momento não possuem no armazém, geralmente arrendado para o efeito, pedem para que este, volte no dia seguinte ou dias depois, enquanto pesquisam uma loja onde este produto esteja à venda o mobiliário a um preço relativamente "baixo, podendo, deste modo, revendê-lo e obter algum lucro.

Outra forma de tirar dividendos neste tipo de actividade é partir para uma parceria com lojas de mobiliário interessadas na sua promoção e publicitação por intermédio deles. E nesta categoria em que surgem promotores de venda, que exercem a sua actividade através da exposição de catálogos na rua com o registo do nome da loja.

Após o contacto com o cliente e este se mostrar interessado nalgum mobiliário ilustrado no catálogo, o promotor leva-o até à loja para se certificar dos preços e proceder ali à liquidação.

Posteriormente, a loja paga o promotor de venda pelo serviço prestado. O valor não é fixo, porque o preço do mobiliário é negociável. Quer dizer, quanto mais desconto for feito, menos lucro para a loja e para o promotor de vendas e vice-versa. Segundo os seis interlocutores, tanto numa como noutra modalidade, a actividade diária é muito fastidiosa. Dizem que, muitas vezes, os clientes não entendem o tipo de trabalho, porquanto os maltratam e até mesmo os confundem com malfeitores.

Luís Miguel reconhece que a forma como se dirigem ao cliente não é a mais correcta. "Nós somos muitos e corremos todos em direcção ao cliente, porque cada um quer vender. Quem for mais dinâmico ganha. Por isso, o cliente fica assustado", disse acrescentando que, outras vezes, os clientes se comprometem em pagar o mobiliário a prestação e depois não cumprem com os prazos acordados aquando da negociação.

"Nós damos 30 ou 45 dias para o cliente pagar a mercadoria. Mas, na hora, não pagam. Há quem

converse connosco e nos explica as razões do atraso, enquanto outros ficam chateados porque fomos cobrar o nosso dinheiro e nos maltratam. Já houve situações em que fomos ameaçados com arma. Conta ainda Joaquim Aurélio que são raras as vezes em que os clientes chegam a esse extremo, mas acontecem situações desagradáveis. Por exemplo, o cliente pode mudar de residência sem os avisar. "Quando isso acontece, nós perdemos parte do dinheiro, porque o cliente paga 50 por cento na primeira fase e o restante pode pagar à prestação".

Além dos clientes, os promotores de venda também podem ser enganados pelos importadores. Gabriel Katchimanda conta que ele e os colegas deram dinheiro a alguém (que era promotor de vendas e mais tarde passou a ser importador) para comprar mobiliário fora do país e este desapareceu. Encontraram-no meses depois, num dos bairros da periferia de Luanda, mas sem dinheiro suficiente para devolver a todos os donos. Ele comprometeu-se pagar o restante a prestações. Por causa desse episódio, sempre que solicitam mobiliário do exterior, concretamente do Brasil, Dubai, Namíbia e Portugal, fazem o pagamento no banco, mas somente depois de se certificarem de que a encomenda está no país.

Todo esse trabalho, no dizer de Rock Daniel e Joaquim Aurélio, requer muita paciência e envolve muitos riscos, uma vez a estarem sujeito a maus-tratos, burlas e até a serem confundidos cor, bandidos. Os rendimentos decorrentes da venda de mobiliário da promoção de produtos dessa natureza, cuja importação é da responsabilidade de lojas especializadas, não satisfazem todas as necessidades básicas dos promotores de venda, como eles mesmo dizem. Eles não têm um rendimento fixo e regular. Os lucros variam entre 50 a 300 dólares tendo em conta o tipo e o volume da mercadoria, enquanto a frequência de vendas tanto pode ser maior numa semana (três vezes) quantia menor noutra, por exemplo, como quando se vende apenas uma cadeira de escritório ou uma mesa de computador. Nestes casos, os lucros são mínimos. Entretanto, podem ser maiores se venderem uma mobília completa para sala, quarto ou para escritório.

Os preços por eles praticados são inferiores, se comparados aos de estabelecimentos comerciais especializados, porque, como explicam, não têm encargos com pagamento de salário, consumo de água e luz, imposto predial, transporte e outros, que se reflectem automaticamente no preço de venda ou revenda do mobiliário.

Dizem ter encargos penas com o arrendamento do

armazém, de colocam a mercadoria, o transporte do mobiliário até a casa do cliente e delimitação. Eles vivem distante do local de trabalho, o que dificulta a deslocação a casa para almoçar. Por esta razão, indicam preços mais baixos. E não, como Fracamente se pensa, por causa da origem qualidade ou durabilidade do mobiliário. Aliás, o preço varia em função do material utilizado para a produção do móvel.

"Também preferimos vender mais barata e ganhar menos porque não temos uma casa própria para venda, onde os clientes possam visitar e saber a diversidade do mobiliário de que dispomos", lamentou Domingos Sicato. Os promotores de venda concluem entretanto, que os rendimentos não compensam, considerando a natureza do trabalho. Rock Daniel, que desenvolve esta actividade há cerca de 10 anos, está disposto a trabalhar como protecção física, corista ou como funcionário efectivo de uma loja de mobiliário rendo um salário de 300 dólares, no mínimo. Para ganhar este mesmo valor mensalmente, Joaquim Aurélio, há mais de cinco anos na profissão, aceitaria um emprego também: como, motorista ou pedreiro. Já trabalhou na área de construção civil, por isso, diz entender bem essa última tarefa.

Gabriel Katchimanda, Domingos Sicap, Aurélio Francisco e Luís Miguel estão ligados há mais de três anos à venda de mobiliário. Eles já estão acostumados com a vida de comerciantes e, no entanto, não pretendem sair deste meio, mas evoluir para se tornarem empresários. Gabriel Katchimanda, que antes foi vendedor de cigarros, no Largo do Kinaxixi, já montou uma cantina em casa, onde tem à venda de diversos produtos alimentares. Frequenta cursos de informática e de "inglês e aguarda ansioso pela recepção da carta de condução.

À excepção de Luís Miguel, todos eles já têm família construída. Aurélio Francis, é o único dos seis com o ensino pré-universitário concluído. Os demais não passaram da oitava classe.

## **2.7 Mercado do Kikolo terá melhor organização**

*Jornal de Angola...14-05-06*

[O Administrador do município de Cacuaço, Costa Gabriel, exigiu ontem aos seus representantes do mercado do Kikolo a prestarem um bom serviço aos utentes, com vista a sua melhor organização.](#)

[A exigência foi feita no fim de uma visita que efectuou no local onde constatou a venda de inertes de minérios, comércio a grosso produtos perecíveis a céu aberto excesso de fiscais e a baixa de quotização das](#)

contribuições dos vendedores.

"Eu gostaria de ver no mapa as áreas de vendas, número de concessionários, arruamentos, tipo de mercadorias, entre outros elementos que fazem parte do organograma do recinto", sustentou. Em Dezembro último, acrescentou, extinguimos a direcção municipal dos mercados de cacuaco em defesa da legalidade, e dos mais de 100 trabalhadores precisamos apenas 56 efectivos, o restante deverá aguardar colocação nos mercados da circunscrição.

Orientou ainda a administração do mercado no sentido de proibir a comercialização de burgau, areia, bem como de construções definitivas para que no futuro não tragam problemas ao governo, caso necessite do local para projectos sociais de maior vulto.

Quanto aos comerciantes grossistas, orientou-os no sentido de tratarem dos alvarás correspondentes. Fundado em 1999, pelo então administrador municipal, Agostinho Lima, o mercado do Kicolo congrega mais de cinco mil vendedores, que contribuem com cento e cinquenta Kwanzas/dia

## **2.8 Polícia nega intenção de atingir vendedores**

*Jornal de Angola...16-05-2006*

A Polícia Nacional negou ontem, em Luanda, a intenção de atingir os cidadãos que comercializam telemóveis próximo à uma agência da operadora "Unitel", nos arredores da Praça da Independência.

Segundo o intendente Divaldo Martins, porta-voz do Comando Provincial da Polícia, afirma que as forças policiais desceram da viatura porque um dos vendedores meteu-se em fuga. Acrescentou que aquela área foi considerada como zona de atenção especial, razão pela qual o policiamento foi reforçado. Devido a essa atitude, os agentes perseguiram o cidadão até ao 7º andar, onde o mesmo foi detido, pois em sua posse estavam alguns telemóveis. Segundo o porta-voz do Comando Provincial, alguns dos aparelhos seriam produtos roubados, pois o comportamento do indivíduo assim os fez suspeitar.

"Já debaixo do prédio, os agentes queriam continuar a fazer uma revista mais pormenorizada, mas o elemento teria oferecido alguma resistência. Na perseguição, um dos agentes teria posto bala na câmara e, em função da confusão entre a Polícia e o elemento, que não se quis deixar revistar, a arma terá disparado e atingido, mortalmente, o jovem", disse. Adiantou que os cidadãos, na sua maioria vendedores de rua, que se encontravam no local revoltaram-se contra as forças

policiais e arremessaram pedras e garrafas, com o intuito de atingirem os agentes da Polícia. De acordo com Divaldo Martins, face a essa agitação, os efectivos afectos à 3ª esquadra de polícia surgiram em apoio aos colegas e também foram recebidos com garrafas e pedras. Na reacção, um dos agentes disparou para o chão, a munição fez ricochete e atingiu um outro cidadão, que foi socorrido para o Hospital Militar, onde viria a falecer.

a porta-voz da Polícia lamentou o sucedido e recordou que o uso da arma de fogo requer observância de algumas normas, entre as quais se ressalta o princípio da proporcionalidade. "Não foi intenção da Polícia tirar a vida a estes jovens, porquanto não é a orientação que levam quando vão ao cumprimento de uma actividade", frisou.

Divaldo Martins adiantou que os dois agentes, detidos preventivamente, na Direcção Provincial de Investigação Criminal de Luanda, estão sujeitos a Um processo criminal e disciplinar. Paralelamente a isso - acrescentou - o Comando Provincial de Luanda compromete-se a custear as despesas dos dois óbitos e ajudar naquilo que for necessário, para, no mínimo, poder colmatar algumas dificuldades.

## **2.8 Maioria dos moçambicanos trabalha no sector informal**

*Jornal de Angola...03-05-2006*

Doze milhões dos cerca de 19 milhões de moçambicanos trabalham no sector informal, 90 por cento dos quais na agricultura, indica um inquérito do Instituto Nacional de Estatística (INE), ontem divulgado.

O estudo, publicado pelo jornal Notícias, de Maputo, que inquiriu cerca de 6.500 famílias entre Julho e Setembro do ano passado, indica que o sector informal emprega 87 por cento dos cerca de 14,4 milhões de moçambicanos maiores de sete anos. Falando sobre o inquérito, o director de estatísticas sectoriais e de empresas do INE, Azarais Nhazimo, afirmou que o estudo é o primeiro realizado sobre o sector informal em Moçambique.

Nhazimo disse que o próximo passo será a incorporação dos resultados da pesquisa nas contas nacionais, para avaliar a importância do sector informal no Produto Interno Bruto (PIB). A desagregação do tecido empresarial moçambicano, na sequência dos 16 terminou em 1992, e as reformas económicas aplicadas a partir de 1987 atraram milhares de trabalhadores para o sector informal da economia.



Milhares dos trabalhadores moçambicanos reclamaram segunda-feira nas ruas de Maputo a manutenção dos seus direitos no quadro da revisão em curso da legislação laboral no país.

"Exigimos que os direitos dos trabalhadores e dos sindicatos sejam incluídos na nova legislação laboral", podia ler-se em algumas bandeirolas. Os sindicatos receiam que essa revisão da legislação permita os empregadores a proceder facilmente a despedimentos sem grandes compensações financeiras.

Entre as suas inquietações, os trabalhadores moçambicanos reclamam por "salários justos compatíveis com o custo de vida" e pelo pagamento dos salários em atraso para alguns deles incluindo os da Empresa Nacional de Construção de Estradas e Pontes (ECNEP).

## **2.9 DW concede micro-créditos à população suburbana**

*Jornal de Angola...20-05-06*

Doze mil pessoas recebem diariamente da Development Workshop (DW) um micro-crédito para luta contra a pobreza urbana. Os dados foram revelados ontem no encontro com os grupos beneficiados pelo projecto de financiamento.

Denominado Kixicrédito, a DW pretende com este programa em parceria com o Governo lutar contra a pobreza e servir de fonte de emprego e rendimento para milhares de cidadãos com a realização de pequenos negócios. O projecto de micro-finanças surgiu em 1999, funciona nas províncias de Luanda e do Huambo. Na altura, a DW tinha um programa de Solidariedade e Unidade de Poupanças onde a tinha como visão apoiar as populações nas áreas peri-urbanas.

O empréstimo no início era de 150 dólares e agora passou para 250 a cada indivíduo o que faz pensar a DW criar uma instituição financeira independente nos próximos anos devido o grande número de transacções monetárias. Segundo o director das operações, Lauriano de Sousa a DW tem neste momento três produtos nomeadamente o KixiSolidário, KixiNegócio, e o KixiCasa. Este último é um empréstimo que vai de 800 à 2 mil dólares com uma taxa de 3 por cento de desconto e um retomo durante dez meses. Enquanto que o KixiNegócio o pagamento é feito com dez por cento como fundo de garantia e uma taxa de processamento e seguro de vida de 1 por cento.

"Actualmente o projecto passou para um Kixicrédito

que providencia serviços de micro-finanças fáceis, simples e rápidos, com processo de reembolso de pouco tempo". Formado em grupos de 10 às 15 pessoas a Kixicrédito tem uma forma de poupança comunitária muito antiga. E com este tradicional sistema ainda em uso, amigos ou colegas juntam-se e concordam em pagar uma determinada soma diária, semanal ou mensal que vai para uma poupança comunitária.

## **2.10 Comércio de bens alimentares e mobiliários**

*Angolense...20-05-06*

Fugindo ao fisco, os cidadãos oriundos do Líbano e do Norte de África têm como preferência o comércio de géneros alimentícios e mobiliários.

Em relação aos alimentos, os produtos que mais introduzem no mercado angolano são os perecíveis (frango, fígado, coxas e ovos), que já passaram a fazer parte da dieta alimentar dos angolanos, mas muitas vezes comercializados fora do prazo de consumo. Arroz, massa alimentar e açúcar fazem parte dos produtos contrabandeados para o território nacional. Estes produtos podem ser encontrados nos armazéns da Boa-Vista, Terra Nova e Macambira, locais onde os libaneses em parceria com alguns angolanos oportunistas comercializam estes bens. A entrada dos nacionais no negócio visa, essencialmente, proteger estes estrangeiros de eventuais multas e repatriamento, por isso, os angolanos assumem o negócio como sendo sua propriedade, tirando partido da situação amealhando alguns tostões, prejudicando o Estado.

Tal como alguns agentes alfandegários, da Polícia fiscal e das Forças Armadas Angolanas, estes cidadãos com alguma influência no aparelho do Estado vão se enriquecendo de forma ilícita em detrimento do Estado. Para além dos géneros alimentícios, os "traficantes" apostaram também na importação de mobiliário para lar e escritório, usando o mesmo método de fuga ao fisco, sempre apoiados por angolanos que fazem a ponte com os responsáveis das alfândegas e da Polícia Fiscal, quer no Aeroporto Internacional, quer no Porto de Luanda.

Cadeiras, mesas e estantes são os mobiliários que trazem para o país sem nenhuma contribuição para o Estado angolano e, por isso, os lucros resultantes destas vendas são astronómicos. Depois de chegarem ao território nacional, estes bens são comercializados nas lojas situadas na rua Comandante Valódia, ex Combatentes, São Paulo, Boa-Vista e nos armazéns da Terra Nova.

Entretanto, apesar do Presidente da República ter se pronunciado sobre o assunto e prometido tomar medidas sérias contra as pessoas que facilitam esta prática de contrabando e as empresas que assim procedem, que disse conhecer perfeitamente, o cenário não mudou. De resto, a prática destes cidadãos, sobretudo de origem árabe, já provocaram "estragos" nas economias de muitos países africanos, como Congo Democrático e Nigéria.

### **2.119 PNUD apresenta sistema de gestão de informação para microfinanças**

*Angop... 26/05/2006*

Um software sobre o sistema de gestão de informação para operações de microfinanças será apresentado segunda-feira, em Luanda, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A ferramenta vai ajudar a reforçar a gestão das instituições que prestam serviços financeiros à população vulnerável e contribuirá para o aumento da rentabilidade dessas instituições, de modo a alargarem a sua cobertura e satisfazer as necessidades dos clientes, de empréstimos cada vez maiores.

Segundo um documento do PNUD chegado hoje à Angop, através da concessão de pequenos empréstimos, as instituições de microfinanças em Angola estão a ajudar famílias de baixos rendimentos a satisfazer as suas necessidades básicas. A iniciativa do PNUD enquadra-se no âmbito do apoio ao desenvolvimento do sector privado.

Ao evento participarão representantes do Banco Nacional de Angola, Banco Sol e da organização não governamental Development Workshop.

### **2.10 Mercado do Kikolo terá melhor organização**

*Jornal de Angola...14-05-06*

O Administrador do município de Cacuaco, Costa Gabriel, exigiu ontem aos seus representantes do mercado do Kikolo a prestarem um bom serviço aos utentes, com vista a sua melhor organização.

A exigência foi feita no fim de uma visita que efectuou no local onde constatou a venda de inertes de minérios,

comércio a grosso produtos perecíveis a céu aberto excesso de fiscais e a baixa de quotização das contribuições dos vendedores.

"Eu gostaria de ver no mapa as áreas de vendas, número de concessionários, arruamentos, tipo de mercadorie, entre outros elementos que fazem parte do organigrama do recinto", sustentou. Em Dezembro último, acrescentou, extinguimos a direcção municipal dos mercados de cacuaco em defesa da legalidade, e dos mais de 100 trabalhadores precisamos apenas 56 efectivos, o restante deverá aguardar colocação nos mercados da circunscrição.

Orientou ainda a administração do mercado no sentido de proibir a comercialização de burgau, areia, bem como de construções definitivas para que no futuro não tragam problemas ao governo, case necessite do local para projectos sociais de maior vulto.

Quanto aos comerciantes grossistas, orientou os no sentido de tratarem dos alvarás correspondentes. Fundado em 1999, pelo então administrador municipal, Agostinho Lima, o mercado do Kikolo congrega mais de cinco mil vendedores, que contribuem com cento e cinquenta Kwanzas/dia

Formatada: Francês (França)

Formatada: Francês (França)

## 3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

### 3.1 Governo reajusta salário da Função pública

*Jornal de Angola...04-05-06*

O Conselho de Ministros aprovou ontem um incremento salarial da função pública de cerca de 6,75% do salário de base vigente, sendo 5% referentes à inflação prevista e 1,75% relativo à metade da diferença entre a inflação acumulada observada e a prevista do ano transacto.

O ajuste salarial prevê também um incremento de 10% ao salário mínimo nacional, em cumprimento da decisão do Conselho Nacional de Concertação Social. Reunido em sessão extraordinária, orientada pelo Chefe de Estado e do Governo, José Eduardo dos Santos, o Conselho de Ministros aprovou igualmente um reajuste dos vencimentos de base dos funcionários públicos das carreiras do regime geral, de acordo com o estabelecido no Programa do Governo com vista à reposição do poder de compra do salário degradado pela inflação.

De acordo com o comunicado de imprensa produzido no final do encontro, foi igualmente reajustado o subsídio das autoridades tradicionais e o subsídio mensal dos antigos combatentes e veteranos de guerra.

O Conselho de Ministros aprovou também a atribuição de um subsídio de renda de casa para os magistrados judiciais e do Ministério Público. A sessão extraordinária do órgão colegial do Governo aprovou a programação financeira do tesouro referente ao segundo trimestre do ano em curso, como principal instrumento de gestão dos recursos financeiros públicos, do qual derivam os planos de caixa mensal. "Tendo em conta que a programação prevê uma execução moderada das despesas com investimento público, devido a constrangimentos internos, o Governo orientou no sentido de serem sanadas com celeridade as referidas barreiras, nomeadamente no que respeita à execução do Programa Nacional de Desminagem", refere o documento.

No domínio da Justiça, o Conselho de Ministros aprovou o novo estatuto orgânico do Ministério da Justiça, que visa dotar este órgão do Governo de um instrumento jurídico capaz de galvanizar as reformas em curso no sector da Justiça e também de uma estrutura em conformidade com às exigências impostas por lei à orgânica dos serviços públicos centrais e locais da administração do Estado.

Na sessão de ontem, o órgão colegial do Governo aprovou ainda a proposta de lei do Protocolo de Estado, que visa implementar um novo modelo de cerimonial e de Protocolo de Estado, atribuindo dignidade e solenidade às cerimónias de Estado, definindo os órgãos que intervêm na realização das cerimónias e estabelecendo uma ordem de precedências das entidades que participam nesses eventos.

O Governo aprovou igualmente os estatutos orgânicos dos institutos Nacional do Livro e do Disco e para os Assuntos Religiosos, que conferem a estes dois organismos autonomia financeira e patrimonial.

Na vertente social, o Governo foi informado com detalhe sobre o ponto de situação da epidemia da cólera que afecta algumas províncias do país. Quanto ao desporto, a participação de Angola no Campeonato Mundial de Futebol, Alemanha 2006, conta já com um "Plano de Apoio" para "honrar e dignificar a imagem do país neste certamente desportivo".

### 3.2.4 Despesas locais: por um OGE 2006 ( revisto ) mais participativo(II)

*Agora... 13-05-06*

Nesta vereda, haja em vista assinalar que, em termos de racionalidade económica e financeira, na gestão e distribuição do malbaratado rendimento nacional seria, de todo em todo conveniente, que houvesse um maior equilíbrio económico e os gestores da coisa pública não se permitissem a estes exercícios manifestamente desprezíveis senão mesmo prejudiciais às províncias até do litoral menos cotadas (Zaire, Kwanza Sul, e Namibe) ou às províncias encravadas e mais sacrificadas, como as chamadas "terras do fim do mundo" do Kwando Kubango, Malange e o Moxico, a mais sofrida daquelas que nós conhecemos diamantíferas Lundas, sobretudo a Lunda-Norte, a mais importante em termos de produção de diamante -o segundo maior produto de exportação do país, depois do grosso do petróleo produzido em Cabinda e Zaire.

Neste particular da província diamantífera mais produtiva chamou-nos particularmente atenção as recentes declarações do Governador da Lunda-Norte Gomes Maiato, de que gastam apenas 70% a 80 % dos fundos, alocados pelo Ministério das Finanças provenientes da referida rubricagem OGE.

“O orçamento contempla anualmente uma fatia de 10

milhões de dólares para província. Recebemos do Ministério das Finanças, sensivelmente, 70 a 80 por cento deste valor”, dizia o governador em entrevista ao “Já”( edição de 17/4/06. Feitas contas de aritmética que sejam, a Lunda Norte recebe ou gasta apenas 7 a 8 milhões de dólares dos 10 milhões de dólares a que tem direito, no âmbito das despesas locais do OGE. A este respeito, o governador Maiato observa: "ainda que o Ministério das Finanças desembolse a totalidade dos valores previstos anualmente, se os empreiteiros não cumprirem com os prazos, não os podemos pagar. Assim sendo, não utilizamos todos os recursos à disposição". Ele vai mais longe na sua revelação: "Como sabe os montantes do orçamento devem apenas ser utilizados em 12 meses.

Daí que temos, às vezes, uma dicotomia (...): Pois, por um lado, o Ministério das Finanças injecta os dinheiros; por outro, os governos provinciais utilizam-no independentemente do andamento das obras. A província da Lunda-Norte anualmente realiza despesas numa cifra de 80% dos valores disponibilizados", o que não deixa de ser lamentável, traduzindo uma manifesta falta de articulação a contento entre o centro (poder central) e a periferia (governos provinciais), que pelo que tudo indica, a julgar pelas palavras de Gomes Maiato, tais excedentes ocorrem, inevitavelmente, com outras províncias, em termos de eficácia da gestão económica local, e até que ponto os empresários que defraudam os legítimos interesses do Estado são chamados duramente à pedra. A falta de concursos públicos nas obras locais acabam por acrescer à notória falta de transparência e "good governance" (boa governação), reclamada pelas agências de desenvolvimento.

Nestes termos, a grande questão que e se coloca é a seguinte: qual é o destino que é dado a estes 20 a 30% bastantes no "sertão do Nordeste", ou se voltam, de forma hilariante (não é!?) , para Luanda, em prejuízo das abundantes necessidades locais existentes, em termos sociais e não só!?) - Em relação ainda às Lundas chamou-nos igualmente atenção que embora tenham a mesma percentagem (0, 22%) o dinheiro constante na tabela não é o mesmo ... Vai-se lá saber porquê (!?), mesmo sem pretender meter a foice em seara alheia À Lunda Sul, que menos produz diamantes e menos receitas dá ao Estado, concomitantemente, contrariamente ao critério adoptado para Cabinda, recebe mais que a Lunda-Norte e aqui o dinheiro ainda chega a sobrar, - segundo informa a voz autorizada do Governador Maiato, economista de formação, sem que se saiba se volta para o Tesouro em Luanda ou é aplicado noutras despesas locais, como sejam na educação, saúde, agricultura, habitação ou assistência

humanitária, etc, etc ..

É interessante notar que, as províncias economicamente menos favorecidas, são os parentes pobres do presente OGE 2006, experiência que pelo que tudo indica já se terá repetido no passado, o que indicia uma profunda macrocefalia da capital em relação ao resto do país. Os dados estatísticos constantes na tabela em questão falam por si só: atribui, por exemplo, à província do Zaire (que contribui com cerca de 30% das exportações petrolíferas angolanas), nada mais nada menos que 6.604.629.105,00/ o que equivale a 0,30% da referida rubrica orçamental), em contraste já o não menos populoso Uíge, cuja principal fonte da sua economia, o café- a sua produção encontra-se paralisada faz tempo, - recebe um pouco mais, o 0,39% do valor destinado às despesas locais (províncias, municípios, comunas, etc, etc). Neste rol de províncias desfavorecidas, ao grosso acrescem as já citadas Lundas (Lunda Sul com mais que a Lunda Norte conforme atesta a tabela, embora sejam coincidentes, curiosamente, as percentagens). Em contraste a famosa L.N, como já vimos, onde se encontram as principais empresas de produção diamantífera do país entre a estatal e privadas, produz mais diamantes que a L.S e tem menos verbas a si canalizadas, comparativamente a muitas que menos contribuem para as receitas do Estado.

Neste sentido, a dualidade de critérios é saliente e sintomática (!), porquanto Cabinda (para lá das ponderosas razões aduzidas) que mais dá às receitas (petrolíferas) do Estado cabe à quantia somente suplantada por Luanda largamente por Luanda, o centro-político-administrativo do país, e ligeiramente por Benguela (0, 16%) o que indicia o peso económico, demográfico, sendo neste momento a segunda província mais cotada do país, circunstância que justificará, talvez, a aludida derivação localmente desfocada da gestão económica do país.

Ainda assim, repita-se, tal estratégia conceptual ao invés de atenuar o fosso entre as assimetrias regionais acaba por agravar e desarticular a estrutura produtiva do país, a carecer de investimentos públicos nas áreas rurais e semi-rurais, cujo retorno imediato em termos de geração de empregos e rendimentos familiares dispensa comentários. O fosso existente entre as províncias de Luanda, Benguela, Huíla e as restantes do país, como por exemplo as mais atingidas pelo conflito, Bié e Huambo, esta última, conhecida como antigo celeiro do país e detentor no passado do segundo maior parque industrial do país, não deixa de ser angustiante e arrepiante, para quem calcorreia o país de lés a lés, longe das poltronas e do ar condicionado.

### **3.3 Nandó quer apoio da sociedade civil nos esforços do Governo**

*Angop...13-05-06*

O primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos “Nando”, convidou ontem, em Ndalatando, a sociedade civil local, igrejas e autoridades tradicionais a colaborar com os esforços do Governo Central, na melhoria dos serviços sociais básicos à população.

O facto foi anunciado pelo bispo da Igreja Católica naquela província, Dom Almeida Canda, à saída de uma audiência que o primeiro-ministro concedeu, em separado, aos representantes de igrejas e autoridades tradicionais, na residência oficial do governador provincial do Kwanza-Norte, Henrique Júnior.

Dom Almeida Canda, o primeiro a ser recebido por “Nandó”, disse que a Igreja Católica está disposta a colaborar com o Governo nas tarefas de reconstrução nacional, nomeadamente ao nível dos sectores da educação, saúde e da erradicação da pobreza.

“Em conjunto com o Governo, pensamos encontrar caminhos que nos ajudem a alcançar um desenvolvimento aceitável e relançar a província nos sectores fundamentais para a vida das populações”, disse o prelado. A Igreja Católica tem um universo de 200 mil fiéis naquela província, distribuídos por oito missões católicas. Dom Almeida Canda acredita que pode mobilizar esses fiéis para as tarefas de reconstrução e de pacificação dos espíritos. Para já, a Igreja Católica tem prestado a sua contribuição aos sectores da educação e da saúde. O prelado disse que a igreja gizou um programa de recuperação de todas as escolas que tinha em toda a província. Este projecto, de acordo com Dom Almeida Canda, deverá consumir cerca de 400 mil dólares. Dom Almeida Canda reconheceu que há um grande esforço da parte do Governo no sentido de melhorar as condições sociais da população daquela província, defendendo que se inclua no programa de reabilitação de infra-estruturas a recuperação das vias secundárias e terciárias da província.

No sector da saúde, a Igreja Católica está a recuperar postos médicos e a executar projectos de construção de outros centros médicos em Samba-Lucala e no Luínga. Ontem, o primeiro-ministro recebeu igualmente o reverendo Henda Quibon, da Igreja Metodista Unida, e autoridades tradicionais daquela província.

Do representante da Igreja Metodista, “Nandó” recebeu informações sobre o trabalho que aquela igreja vem dando ao processo de reconstrução nacional

naquela parcela do país, no quadro da responsabilidade que tem de trabalhar para a pacificação dos espíritos e na promoção do perdão e do amor.

Kwanza-Norte é a décima sexta província que “Nandó” visita, faltando apenas Cabinda e Zaire.

### **3.42 Aguinaldo Jaime reafirma compromisso do executivo com a boa governação**

*Angop...17/05/2006*

O ministro-adjunto do Primeiro-ministro, Aguinaldo Jaime, reafirmou terça-feira, em Luanda, o compromisso e o engajamento do governo com a transparência e a boa governação, com vista a aproximar a experiência angolana à prática internacional nesse domínio.

De acordo com o governante, que falava na abertura do seminário sobre a gestão das receitas petrolíferas, a iniciativa mostra a preocupação do executivo angolano com esses pressupostos, não sendo portanto uma acção isolada. A realização do encontro, referiu, vem complementar um conjunto de outras medidas que ao longo dos últimos anos vêm sendo adoptadas pelo governo no sentido da transparência e boa governação. Como exemplos apontou a elaboração de um Orçamento Geral do Estado unificado que compreende a totalidade das receitas e das despesas.

Além dessa prática, apontou também as auditorias regulares às contas do Banco Nacional de Angola, da Sonangol e das companhias petrolíferas que operam no país, bem como o reforço da capacidade institucional, quer a nível dos órgãos de gestão macro-económica, quer do reforço do sistema estatístico nacional. No sector estatístico, segundo Aguinaldo Jaime, a acção estende-se às áreas fiscais, monetárias, reais e da balança de pagamentos.

A experiência angolana de gestão das receitas petrolíferas, sublinhou, mereceu elogios dos especialistas do Banco Mundial, sendo saudada como uma das melhores já observada por eles, embora pudessem ser apontadas algumas insuficiências em certos aspectos, o que considerou normal. Aguinaldo Jaime disse que tais insuficiências são menores, pois acontecem em material de procedimentos, o que não invalida que o regime tributário do país, aplicado ao sector petrolífero, seja considerado modelo e um dos mais eficazes existentes internacionalmente.

O encontro, que em Luanda reúne ministros, quadros



superiores do governo e sociedade civil, discute a experiência de Angola no sector comparativamente à prática internacional

### **3.3 Projecto Luanda Sul avaliado em USD 261 milhões**

*Jornal de Angola...21-05-06*

~~O projecto Luanda Sul possui na totalidade empreendimentos avaliados em 261 milhões de dólares.~~

~~Segundo o director da Edurb Miguel Nogueira, que falava, ontem, em Luanda, esse valor está assim distribuído: o património público em infraestruturas com 217 milhões de dólares. Nesse valor deve-se acrescentar 22 milhões de dólares aplicados no "Projecto Morar", 7 milhões de dólares na Avenida 21 de Janeiro, USD 2 milhões no realojamento social das populações e USD 3 milhões no Mbondo Chapé. Neste âmbito ainda inclui-se a obra que está em curso e que visa a ampliação da Avenida Pedro de Castro Van Dúnem, orçada em 10 milhões de dólares.~~

~~Criada em Junho de 1996, a Edurb Lda é uma empresa privada angolana de capitais mistos, constituída em 50 por cento pela EPRO URBE E.P. e criada por Despacho conjunto do Ministério das Finanças e do GPL em 50 por cento pela PV Participações, empresa privada brasileira detentora de tecnologia de desenvolvimento urbano. O seu objecto principal é a realização de tarefas de desenvolvimento urbano tendo transformado terras ociosas em terras com infra-estrutura urbana, legalizados e urbanizados, utilizando as forças do mercado.~~

~~Em 10 anos de existência, as infra-estruturas do Luanda Sul beneficia 90 mil habitantes dos quais 10 mil em Talatona. Miguel Nogueira informou que até 2016, terão acesso às infra-estruturas 400 mil habitantes.~~

### **3.54 Governo reafirma compromisso com transparência**

*Jornal de Angola...17-05-06*

O Governo angolano mantém o seu compromisso com a transparência da gestão da coisa pública e a boa governação. Esta intenção foi manifestada ontem em Luanda pelo ministro-adjunto do primeiro-ministro, Aguinaldo Jaime, na abertura do ciclo de seminários sobre gestão das receitas petrolíferas virado a entidades do Estado angolano, membros do Governo, da sociedade civil e comunidade internacional representada em Angola.

De acordo com o governante, o seminário é a reafirmação das intenções do Governo e insere-se num conjunto de medidas que têm vindo a ser tomadas. Entre estas destacou a unificação do Orçamento Geraldo Estado, que compreende a totalidade das receitas e despesas, em homenagem aos princípios da unidade e da universalidade.

Neste contexto, se enquadra também a realização de auditorias externas periódicas às contas do Banco Nacional de Angola, da Sonangol e das empresas petrolíferas que operam em Angola, o reforço do sistema estatístico angolano e o reforço da capacitação institucional dos órgãos de gestão macroeconómica, responsável pela concepção das políticas e pelo controlo das receitas e despesas públicas.

A primeira edição, que termina hoje, está apenas virado a entidades do Estado e quadros do Governo, ao passo que amanhã inicia a segunda edição virada a membros da sociedade civil e comunidade internacional representada em Angola.

Pretende-se com isso que a sociedade esteja melhor informada sobre o assunto, de maneira que os poderes públicos possam melhorar a sua abordagem das políticas económicas e a sociedade civil possa fazer uma melhor avaliação do mérito ou demérito das opções daqueles.

"Tratando-se de um recurso não-renovável, cujo preço está sujeito às flutuações do mercado internacional, mandam as regras da boa gestão e boa governação que a sua utilização esteja sujeita ao escrutínio público, para que fique patente, aos olhos de todos, os objectivos de busca do bem comum e o equilíbrio entre os interesses da presente geração e das gerações vindouras", frisou.

Liderados por Charles McPherson, conselheiro sénior de Petróleo e Gás do Banco Mundial, a equipa de peritos vai prover os participantes com uma visão técnica sobre questões conceptuais e práticas relacionadas com a gestão das receitas petrolíferas num país produtor e onde tal sector é dominante, como é o caso de Angola.

### **3.6 Director da cadeia do Moxico desmente violação dos direitos humanos**

*Jornal de Angola...17-05-06*

[O director da cadeia da Comarca do Moxico, José Monteiro Gonçalves, desmentiu ontem, no Luena, acusações postas a circular, segundo as quais, na referida unidade penitenciária registam-se](#)

procedimentos consideráveis de violação aos direitos humanos.

Argumentou que os poucos de 80 reclusos, beneficiam de duas refeições diárias, alojamento condigno, água potável e momentos de recreação, circunscritos em assistência a emissões televisivas, leitura de jornais, prática de desporto, entre outros atractivos.

Contudo, ressaltou que “quando um recluso comete alguma infracção é punido de acordo com os preceitos disciplinares em vigor na instituição”, excepto casos em que a violação às normas do serviço prisional exijam necessariamente acções reeducadoras próprias, dependendo da gravidade. A chefe de secção de reeducação penal do estabelecimento, Anita Chissola Mussheno, corroborou com a falta de fundamento da informação, negando mesmo ter registado uma acção sequer de mau trato à população prisional.

Reclusos contactados, a propósito, disseram existir relacionamento compreensivo com os funcionários, bem assim as mínimas condições de acomodação exigíveis a um estabelecimento do género

### **3.75 Aplaudido desempenho do Governo da Huíla**

*Jornal de Angola...23-05-06*

O ministro dos Correios e Telecomunicações e governador do grupo de acompanhamento do Conselho de Ministros à província da Huíla, Lício Tavares, manifestou-se domingo, na cidade do Lubango, satisfeito com o empenho do executivo huilano na materialização do Programa de Investimentos Públicos referentes ao biénio 2006/07.

O governante teceu essas considerações no final de uma visita de três dias efectuada aos municípios do Lubango, Humpata, Matala, Jamba e Kuvango, onde constatou a execução das obras públicas.

O Programa de Investimentos Públicos para o biénio 2006/07 do Governo da Huíla está avaliado em 40 milhões de dólares norte-americanos e contempla a execução de mais de 80 obras sociais.

### **3.6 Governo reajusta salário da Função pública**

*Jornal de Angola...04-05-06*

~~O Conselho de Ministros aprovou ontem um~~

~~incremento salarial da função pública de cerca de 6,75% do salário de base vigente, sendo 5% referente à inflação prevista e 1,75% relativo à metade da diferença entre a inflação acumulada observada e a prevista do ano transacto.~~

~~O ajuste salarial prevê também um incremento de 10% ao salário mínimo nacional, em cumprimento da decisão do Conselho Nacional de Concertação Social. Reunido em sessão extraordinária, orientada pelo Chefe de Estado e do Governo, José Eduardo dos Santos, o Conselho de Ministros aprovou igualmente um reajuste dos vencimentos de base dos funcionários públicos das carreiras do regime geral, de acordo com o estabelecido no Programa do Governo com vista à reposição do poder de compra do salário degradado pela inflação.~~

~~De acordo com o comunicado de imprensa produzido no final do encontro, foi igualmente reajustado o subsídio das autoridades tradicionais e o subsídio mensal dos antigos combatentes e veteranos de guerra.~~

~~O Conselho de Ministros aprovou também a atribuição de um subsídio de renda de casa para os magistrados judiciais e do Ministério Público. A sessão extraordinária do órgão colegial do Governo aprovou a programação financeira do tesouro referente ao segundo trimestre do ano em curso, como principal instrumento de gestão dos recursos financeiros públicos, do qual derivam os planos de caixa mensal.~~

~~"Tendo em conta que a programação prevê uma execução moderada das despesas com investimento público, devido a constrangimentos internos, o Governo orientou no sentido de serem sanadas com celeridade as referidas barreiras, nomeadamente no que respeita à execução do Programa Nacional de Desminagem", refere o documento.~~

~~No domínio da Justiça, o Conselho de Ministros aprovou o novo estatuto orgânico do Ministério da Justiça, que visa dotar este órgão do Governo de um instrumento jurídico capaz de galvanizar as reformas em curso no sector da Justiça e também de uma estrutura em conformidade com as exigências impostas por lei à orgânica dos serviços públicos centrais e locais da administração do Estado.~~

~~Na sessão de ontem, o órgão colegial do Governo aprovou ainda a proposta de lei do Protocolo de Estado, que visa implementar um novo modelo de cerimoniais e de Protocolo de Estado, atribuindo dignidade e solenidade às cerimónias de Estado, definindo os órgãos que intervêm na realização das cerimónias e estabelecendo uma ordem de precedências das entidades que participam nesses eventos.~~

~~O Governo aprovou igualmente os estatutos orgânicos dos institutos Nacional do Livro e do Disco e para os Assuntos Religiosos, que conferem a estes dois organismos autonomia financeira e patrimonial.~~

~~Na vertente social, o Governo foi informado com detalhe sobre o ponto de situação da epidemia da eólera que afecta algumas províncias do país. Quanto ao desporto, a participação de Angola no Campeonato Mundial de Futebol, Alemanha 2006, conta já com um "Plano de Apoio" para "honrar e dignificar a imagem do país neste certamente desportivo".~~

## 4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

### 4.1 OPA pretende realizar campanha de educação cívica

*Jornal de Angola...05-05-2006*

Os membros do Conselho Nacional da Organização de Pioneiros Agostinho Neto (OPA) recomendam às estruturas intermédias da organização a levarem a cabo uma ampla campanha de educação moral e cívica, bem como acções sócio-culturais e de lazer no seio das crianças angolanas.

Reunido a 30 de Abril último na cidade do Huambo, o V Conselho Nacional da OPA, orientado pelo seu presidente, António Rosa, recebeu informação detalhada sobre o Protocolo de Cooperação OPA/INAC e OPA/Associação de Escuteiros de Angola (AEA). Os membros do conselho congratularam-se pela outorga 3 organização pelo Governo angolano, do Certificado de Utilidade Pública, regozijando-se igualmente com o apuramento da selecção nacional para a fase final do campeonato mundial, a ter lugar nos meses de Junho e Julho próximos na Alemanha.

Os participantes ao evento tomaram conhecimento sobre o Plano Anual de Actividades a desenvolver durante o ano de 2006, enriquecido com contribuições de todos os membros, bem como se recomendou que se prioriza, na sua execução, as tarefas do exercício anterior. Foi igualmente apreciado o orçamento de despesas para 2006, tendo sido recomendada a realização de acções de formação dos gestores da organização na perspectiva da recepção com verbas do OGE, tendo em conta o carácter de utilidade, pública outorgado à organização pelo Governo angolano. Numa outra ocasião, ainda na cidade do Huambo, António Rosa orientou o terceiro "Encontro Nacional das Escolas Engajadas na experiência piloto OPA/Ministério da Educação (MED)".

No final do encontro, os participantes consideraram que o trabalho realizado no âmbito da implementação da referida experiência piloto, durante o ano de 2005, foi, grosso modo, positivo, sugerindo a sua generalização em todo o território nacional, tendo em conta o êxito alcançado. Recomendaram, por outro lado, às estruturas intermédias da OPA no sentido de encetarem acções de concertação permanente com as direcções provinciais de Educação, tendo como objectivo impulsionar o processo de implementação do protocolo OPA/MED.

O encontro recomendou a prossecução do trabalho de

sensibilização direccionado aos directores de escola, docentes, discentes e encarregados de educação, tendo como meta o alargamento da massa associativa da organização. O IV Acampamento Nacional de Pioneiros, que se realiza na cidade do Huambo desde o dia 27 de Abril, tem o seu fim previsto para hoje durante uma cerimónia que deverá ser presidida pelo governador Paulo Kassoma.

A cerimónia de encerramento tem o seu início marcado para esta manhã na presença do presidente da organização, António Rosa, e de outras entidades convidadas para o efeito. A decorrer sob o lema "Na paz e na alegria queremos um futuro feliz", o evento, que reúne 218 crianças com idades compreendidas entre os 10 e 16 anos, visou inculcar nos participantes o espírito de solidariedade, união e amor ao próximo.

### 4.24 Registo eleitoral preocupa PRS

*Folha8...6-05-06*

O secretário-geral do Partido e Renovação Social (PRS), João Baptista Ngandagina mostrou-se preocupado com o atraso do registo eleitoral, um dos instrumentos mais importantes para acelerar a preparação do próximo pleito eleitoral que prevê para próximo ano.

Em declarações ao Folha8, no dia 1.05, o SG dos renovadores sociais sublinhou que a não realização até hoje, do registo dos cidadãos-eleitores está atrasar ainda mais as desejadas eleições que se pretendam que sejam realizadas em tempo oportuno. " Nós o PRS estamos extremamente preocupados com o atraso do registo eleitoral que até agora ainda não começou. É um dos instrumentos mais importantes num processo como tal. Embora haja garantias da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), mas até agora não se vislumbra nenhuma luz no fundo do túnel", disse inicialmente. Continuando, Ngandagina alertou sobre o empecilho que o mesmo pode provocar em termos de datas caso o segundo escrutínio do País se realize mesmo em 2007." Se as eleições forem realizadas mesmo no próximo ano, então podemos admitir que haverá certos atrasos porque muita coisa ainda falta por se fazer", sublinhou. Para o segundo "homem forte" do PRS o registo é um imperativo que deveria começar já, porque segundo ele, é uma das tarefas que consome muito tempo, aliadas as condições de inacessibilidades em algumas localidades mais recônditas do nosso vasto território nacional.

"Com o fim da guerra, apesar dos esforços que o GURN tem vindo a fazer nestes quatro anos, ainda

vemos que existem no País regiões em que não se chega com facilidade, porque as vias estão praticamente intransitáveis. Caso não se concretize este objectivo (registo) nesta época do ano em que estamos, a situação poderá ser mais complicada na próxima estação, que é a chuvosa", disse. Mas o secretário-geral não é cepticista quando à realização do segundo sufrágio universal, depois de não ter podido ser feito por razões de guerra pós-eleitoral de 1992, em tempo que a lei define. "Estou em crer que em 2007 teremos eleições, apesar disto que eu foquei," porque alguns passos estão sendo dados, embora de forma tímida", afirmou.

Mais o receio de João Baptista Ngandagina quando a realização exitosa das novas eleições, reside no facto de haver alguma intolerância política que se regista ainda em algumas regiões embora em pequena escala, mas de certa gravidade. O político assegurou que estes casos ocorrem com frequência no Leste de Angola em que militantes do PRS são perseguidos e, às vezes, molestados por prosélitos do actual partido no poder, o MPLA. "Temos recebidos queixas dos nossos militantes que são intimidados por algumas pessoas ligados ao partido no poder, nas Lundas Norte e Sul, e também no Moxico. O assunto já é do domínio público, por isso o que devemos fazer é apelar que estas práticas terminem, porque não ajudam nada a construir a nossa jovem democracia".

Instado a pronunciar-se se o partido que dirige está em condições para concorrer no próximo pleito eleitoral e conquistar mais lugares à Assembleia Nacional, contra os seis, o político respondeu que a tendência do PRS é o de governar o país, e garante haver surpresas. "Nós somos um partido ganhador e esperemos vencer com uma larga vantagem as próximas eleições. A nossa meta é alternar o poder através deste mecanismo que se chama eleições livres e justas".

### **4.3 Agentes eleitorais apelam à criação de condições técnicas**

*Independente... 6-05-06*

Os participantes ao Seminário Provincial de Formação de Órgãos Eleitorais, na província do Kuanza-Sul, recomendaram a criação de condições técnicas, materiais e humanas para a sustentabilidade das actividades dos gabinetes eleitorais na região.

O seminário que decorreu durante o final do mês de Abril é uma promoção de comissão eleitoral na província. Os formandos querem ver intensificadas também as acções em torno da educação cívica dos intervenientes no processo, em particular das autoridades tradicionais.

Constam ainda das recomendações a realização de um trabalho sistemático de mobilização para garantir maior aderência dos cidadãos ao processo de registo e votação eleitoral. Por outro lado, no exercício da sua actividade, os membros dos órgãos do Conselho Nacional Eleitoral devem primar pela legalidade, isenção, imparcialidade, transparência, respeito pela diferença e por outros princípios definidos na lei.

Na ocasião, o governador provincial, Serafim do Prado, disse que este trabalho encerra responsabilidades que começam pelos órgãos eleitorais, passando pela comparticipação da sociedade civil e dos partidos políticos, actores indispensáveis no processo eleitoral. Durante o seminário foram debatidos temas como «A democracia como exercício da soberania do povo, composição, competências, isenção e independência dos órgãos eleitorais».

Participaram na acção formativa 96 agentes provenientes de todos os municípios da província do Kuanza-Sul. O evento promovido pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE) teve em vista a preparação das próximas eleições gerais em Angola, ainda sem data prevista.

### **4.2 MPLA e PSD querem registo eleitoral**

*Jornal de Angola...06-05-06*

Delegações do MPLA e do Partido Social Democrata (PSD), reunidos ontem, na capital do país, defenderam a necessidade do registo eleitoral ter o seu início no período seco (cacimbo).

Esta posição vem expressa num comunicado tomado ontem público, no final de um encontro de concertação entre os dois partidos políticos. A nota defende, como condição para que o registo eleitoral tenha lugar, uma adequada formação dos agentes eleitorais e dos fiscais dos partidos políticos. De acordo com o comunicado final, lido pelo secretário-geral do MPLA em exercício, Norberto dos Santos "Kwata-Kanawa", os participantes defenderam a imperiosidade dos partidos políticos participarem activamente nas campanhas de educação Cívica eleitoral, procurando uniformizar, o mais possível, as mensagens, de modo a facilitar o trabalho dos agentes eleitorais e a mobilização dos eleitores para uma agenda nacional de consenso.

A agenda nacional de consenso, segundo Kwata Kanawa, deve ser transmitida o ao eleitor como documento político programático que conforma os princípios fundamentais para a definição de um projecto comum dos angolanos na base de um modelo de desenvolvimento sustentável, de modo a edificar o

uma sociedade de paz, de concórdia e confiante do seu " futuro.

Durante o encontro, os participantes defenderam igualmente a necessidade de se continuar o diálogo e abordagem sobre estas matérias com um carácter mais técnico, identificando os princípios que poderão ser desde já adoptados.

As parres consideraram, por outro lado, útil a informação prestada pela nova direcção do Partido Social Democrata sobre aspectos internos daquela formação política, nomeadamente os resultados do seu recente congresso, que elegeu para presidente do partido Nzuzi Nsumbo. Por seu turno, o presidente eleito do PSD, Nzuzi Nsumbo, agradeceu a iniciativa do MPLA em auscultar os partidos políticos para abordar temas candentes da actualidade política nacional, como é o caso da agenda nacional de consenso.

Ele disse que "é na base dessas consultas, com as formações políticas existentes no país, que poderemos enriquecer as ideias contidas nesta proposta do MPLA para uma agenda nacional de consenso". Nzuzi Nsumbo afirmou que o documento produzido pelo MPLA está bem estruturado e elaborado e que os militantes do seu partido vão analisá-lo minuciosamente, para, se for caso disso, dar alguns subsídios para o seu enriquecimento.

Por último, o presidente do Partido Social Democrata considerou o encontro "muito frutífero", acrescentando que o seu partido apoiava sem reservas a proposta do MPLA para uma agenda nacional de consenso. Depois do encontro com o PSD, o MPLA tem agendados encontros com diversas outras formações políticas com e sem assento parlamentar, no âmbito da agenda nacional de consenso.

Participaram no encontro, o presidente da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, o secretário do MPLA para os Assuntos Eleitorais, Jú Martins, o secretário do Bureau Político do MPLA para os Assuntos Económicos e Sociais, Manuel Nunes Júnior, enquanto pelo PSD esteve presente o seu vice-presidente, Santos Paulo, secretário-geral, Baptista João, secretário para Informação, José Pedra, da Administração e Finanças, Adriano Vilança, e o secretário para as Relações Exteriores, José Baião.

#### **4.2 "Processo eleitoral pode ficar manchado"**

*Angolana...13-05-06*

O secretário provincial da UNITA na província de

Benguela, Vitorino Nhany, manifestou-se preocupado com a situação que se vive em todo país, sobretudo na província em que trabalha, caso persistam estes actos de intolerância que já causaram a morte ao secretário de zona no Chongoroi, o processo eleitoral pode ficar difícil.

O responsável dos "maninhos" em Benguela caracterizou o momento político em Benguela como sendo preocupante, sobretudo depois da morte por espancamento do secretário do seu partido na zona do Kwi Chongoroi.

Por isso, acusou o responsável do grupo de acompanhamento de Benguela, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa" de ser o principal instigador da violência na região.

A afirmação do representante do partido do Galo Negro nas terras das Alcides rubras tem a ver com o aumento de casos de violência antes e depois das visitas do responsável pelo acompanhamento do partido dos camaradas a província.

"Tenho a impressão que algumas orientações saem de Luanda. Sempre que há uma reunião e presidida pela entidade que vem da capital, as coisas no terreno evoluem para o pior. Por isso, a nível da província não conseguimos resolver", admitiu. Acrescentou que, quem acompanha a província pelo partido no poder é Norberto dos Santos "Kwata Kanawa".

Nhany explicou que tem reunido com o representante do MPLA na região, o que já aconteceu em três ocasiões, mas no terreno a situação não evolui para melhor. Em função destes acontecimentos, VN admitiu a existência de um plano que visa fragilizar sua formação partidária naquelas paragens, que segundo ele, não surtiu o efeito desejado.

Devido a violência que reina na região, Nhany pensa que o assunto ultrapassa as partes, quer o MPLA quer a província do litoral teme pela desintegração de militantes, devido a onda de intolerância, o que tem estado a acontecer no Lobito e Benguela. Explicou ainda que por se identificarem com a UNITA, alguns funcionários do Porto do Lobito ficaram sem emprego. "A primeira estratégia de corromper os militantes era através de aliciamento, mas tendo em conta o nível político e ideológico dos quadros, esta estratégia não surtiu os efeitos desejados", afirmou. Disse ainda que depois do fracasso, o partido no poder optou pelas intimidações que, também resultaram em fracasso, sendo os assassinatos a nova estratégia adoptada.

"Neste momento em Benguela registamos quatro casos

de assassinatos, sendo dois de desmobilizados um sob a e agora o secretário", precisou. De acordo com o responsável, a persistirem tais actos poderá se instalar um clima de tensão que será prejudicial para o processo eleitoral. Numa primeira fase, os Municípios de Balombo, Bocoio e Ganda eram os mais afectados, mas agora os actos de intolerância e, intimidações chegaram a todos as localidades da província, com excepção do município sede de Benguela e a cidade do Lobito.

"Para nos movimentarmos temos feito recurso a polícia, mas ela também manifesta sinais de tendências partidárias, o que não acontece com as FAA", acusou. Justificou a sua posição recordando um caso que se deu no Kassequé, quando iam reinaugar o comité da Ganda. Na altura o comandante em exercício da polícia abortou a marcha, alegando que homens armados se encontravam mais adiante a espera da caravana com intenção de molestá-los.

"O comandante Ndalo foi o mentor desta ideia", acusou.

Apesar deste quadro, VN diz não temer pela sua vida e argumenta: um político nunca tem um fim bom. Naturalmente, tenho de estar junto dos meus companheiros e da população, com vista a desenvolvermos os programas traçados a nível superior. Portanto, não tenho medo", garantiu.

### **4.3 Agentes eleitorais apelam à criação de condições técnicas**

*Independente... 6-05-06*

Os participantes ao Seminário Provincial de Formação de Órgãos Eleitorais, na província de Kuanza Sul, recomendaram a criação de condições técnicas, materiais e humanas para a sustentabilidade das actividades dos gabinetes eleitorais na região.

O seminário que decorreu durante o final do mês de Abril é uma promoção de comissão eleitoral na província. Os formandos querem ver intensificadas também as acções em torno da educação cívica dos intervenientes no processo, em particular das autoridades tradicionais.

Constam ainda das recomendações a realização de um trabalho sistemático de mobilização para garantir maior aderência dos cidadãos ao processo de registo e votação eleitoral. Por outro lado, no exercício da sua actividade, os membros dos órgãos do Conselho Nacional Eleitoral devem primar pela legalidade, isenção, imparcialidade, transparência, respeito pela diferença e por outros princípios definidos na lei.

Na ocasião, o governador provincial, Serafim do Prado, disse que este trabalho encerra responsabilidades que começam pelos órgãos eleitorais, passando pela participação da sociedade civil e dos partidos políticos, actores indispensáveis no processo eleitoral. Durante o seminário foram debatidos temas como «A democracia como exercício da soberania do povo; composição, competências, isenção e independência dos órgãos eleitorais».

Participaram na acção formativa 96 agentes provenientes de todos os municípios da província de Kuanza Sul. O evento promovido pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE) teve em vista a preparação das próximas eleições gerais em Angola, ainda sem data prevista.

### **4.4 OPA pretende realizar campanha de educação cívica**

*Jornal de Angola... 05-05-2006*

Os membros do Conselho Nacional da Organização de Pioneiros Agostinho Neto (OPA) recomendam às estruturas intermédias da organização a levarem a cabo uma ampla campanha de educação moral e cívica, bem como acções sócio culturais e de lazer no seio das crianças angolanas.

Reunido a 30 de Abril último na cidade do Huambo, o V Conselho Nacional da OPA, orientado pelo seu presidente, António Rosa, recebeu informação detalhada sobre o Protocolo de Cooperação OPA/INAC e OPA/Associação de Escuteiros de Angola (AEA). Os membros do conselho congratularam-se pela outorga 3 organização pelo Governo angolano, do Certificado de Utilidade Pública, regozijando-se igualmente com o apuramento da selecção nacional para a fase final do campeonato mundial, a ter lugar nos meses de Junho e Julho próximos na Alemanha.

Os participantes ao evento tomaram conhecimento sobre o Plano Anual de Actividades a desenvolver durante o ano de 2006, enriquecido com contribuições de todos os membros, bem como se recomendou que se prioriza, na sua execução, as tarefas do exercício anterior. Foi igualmente apreciado o orçamento de despesas para 2006, tendo sido recomendada a realização de acções de formação dos gestores da organização na perspectiva da recepção com verbas do OGE, tendo em conta o carácter de utilidade pública outorgado à organização pelo Governo angolano. Numa outra ocasião, ainda na cidade do Huambo, António Rosa orientou o terceiro "Encontro Nacional



~~das Escolas engajadas na experiência piloto OPA/Ministério da Educação (MED) -".~~

~~No final do encontro, os participantes consideraram que o trabalho realizado no âmbito da implementação da referida experiência piloto, durante o ano de 2005, foi, grosso modo, positivo, sugerindo a sua generalização em todo o território nacional, tendo em conta o êxito alcançado. Recomendaram, por outro lado, às estruturas intermédias da OPA no sentido de encetarem acções de concertação permanente com as direcções provinciais de Educação, tendo como objectivo impulsionar o processo de implementação do protocolo OPA/MED.~~

~~O encontro recomendou a prossecução do trabalho de sensibilização direccionado aos directores de escola, docentes, discentes e encarregados de educação, tendo como meta o alargamento da massa associativa da organização. O IV Acampamento Nacional de Pioneiros, que se realiza na cidade do Huambo desde o dia 27 de Abril, tem o seu fim previsto para hoje durante uma cerimónia que deverá ser presidida pelo governador Paulo Kassoma.~~

~~A cerimónia de encerramento tem o seu início marcado para esta manhã na presença do presidente da organização, António Rosa, e de outras entidades convidadas para o efeito. A decorrer sob o lema "Na paz e na alegria queremos um futuro feliz", o evento, que reúne 248 crianças com idades compreendidas entre os 10 e 16 anos, visou inculcar nos participantes o espírito de solidariedade, união e amor ao próximo.~~

#### **4.5 Mulheres falam sobre eleições**

*Jornal de Angola... 10-05-06*

Trinta mulheres de diferentes partidos políticos participaram ontem, na província do Huambo, num seminário sobre eleições na perspectiva do género, uma iniciativa da direcção provincial da Família e Promoção da Mulher, em parceria com a fundação alemã Friederich Ebert.

A acção formativa visou elucidar as mulheres em relação à sua participação em pé de igualdade na vida dos diferentes partidos políticos e nas actividades alusivas ao dia internacional da Família, a assinalar-se a 15 de Maio.

O coordenador de projectos da Friederich Ebert, Adão Augusto referiu que o que o q pretende, com este tipo de formação, é que pelo menos seis dos partidos mais votados nas próximas eleições implementem a cláusula dos 30 por cento de representação feminina nos seus órgãos de decisão.

Temas como a importância da mulher na política, a actual situação dos partidos, avaliação do critério de apresentação de candidatos, sistema eleitoral angolano e experiência de outros países foram abordados no encontro.

#### **4.6 MPLA e PRS defendem arranque ininterrupto do registo eleitoral**

*Angop... 13-05-06*

O MPLA e o PRS acordaram ontem, em Luanda, na necessidade de se encarar com maior engajamento e celeridade as tarefas eleitorais, sobretudo as que têm a ver com o registo eleitoral e a criação de condições logísticas que evitem constrangimentos e paralisações depois do arranque do registo eleitoral.

As delegações dos dois partidos, chefiadas pelos seus secretários-gerais, designadamente Norberto dos Santos "Kwata Kanawa" (SG do MPLA em exercício) e João Baptista Ngandagina (PRS), abordaram, numa das salas do Palácio dos Congressos, a preparação e realização das eleições (registo eleitoral) e a proposta do MPLA para uma Agenda Nacional de Consenso. Num comunicado conjunto emitido no final da reunião, que durou mais de duas horas, as duas delegações defenderam uma melhor colaboração entre as instituições do Estado e os partidos políticos, no que respeita às acções de fiscalização do registo eleitoral. "Kwata Kanawa" e Baptista Ngandagina solicitaram que o Governo se disponibilize para apoiar os partidos políticos e outros agentes sociais na definição dos parâmetros de educação cívica para o registo eleitoral, bem como no fornecimento de dados relativos ao desdobramento das brigadas e ao mapeamento das áreas minadas. Foram também recomendadas acções com vista ao desarmamento da população civil e localização e destruição dos paíóis. Os dois partidos consideram "bastante útil e oportuna" a proposta do MPLA para uma Agenda Nacional de Consenso, como documento político programático que conforma princípios fundamentais para a definição de um projecto comum dos angolanos, na base de um modelo de desenvolvimento sustentável, de modo a edificar uma sociedade de paz e de concórdia, de um país próspero e democrático e de uma Nação confiante no seu futuro.

O MPLA e o PRS manifestaram a intenção de prosseguir o diálogo e a abordagem sobre estas matérias com um carácter mais técnico, identificando os princípios essenciais que poderão ser adoptados. Em declarações à imprensa, no final da reunião, Baptista Ngandagina manifestou-se satisfeito pela

realização do encontro, considerando que o mesmo não só satisfaz o PRS, como serviu para identificar pontos de vista comuns sobre matérias que preocupam a Nação.

Interrogado sobre os últimos desenvolvimentos do processo de reunificação no seu partido, Ngandagina se recusou a fazer quaisquer comentários, alegando que "não vim para abordar questão alguma ligada a esse assunto".

#### **4.7 "Processo eleitoral pode ficar manchado"**

*Angolense...13-05-06*

O secretário provincial da UNITA na província de Benguela, Vitorino Nhany, manifestou-se preocupado com a situação que se vive em todo país, sobretudo na província em que trabalha, caso persistam estes actos de intolerância que já causaram a morte ao secretário de zona no Chongoroi, o processo eleitoral pode ficar difícil.

O responsável dos "maninhos" em Benguela caracterizou o momento político em Benguela como sendo preocupante, sobretudo depois da morte por espancamento do secretário do seu partido na zona do Kui-Chongoroi.

Por isso, acusou o responsável do grupo de acompanhamento de Benguela, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa" de ser o principal instigador da violência na região.

A afirmação do representante do partido do Galo Negro nas terras das Alcides rubras tem a ver com o aumento de casos de violência antes e depois das visitas do responsável pelo acompanhamento do partido dos camaradas a província.

"Tenho a impressão que algumas orientações saem de Luanda. Sempre que há uma reunião e presidida pela entidade que vem da capital, as coisas no terreno evoluem para o pior. Por isso, a nível da província não conseguimos resolver", admitiu. Acrescentou que, quem acompanha a província pelo partido no poder é Norberto dos Santos "Kwata Kanawa".

Nhany explicou que tem reunido com o representante do MPLA na região, o que já aconteceu em três ocasiões, mas no terreno a situação não evolui para melhor. Em função destes acontecimentos, VN admitiu a existência de um plano que visa fragilizar sua formação partidária naquelas paragens, que segundo ele, não surtiu o efeito desejado.

Devido a violência que reina na região, Nhany pensa que o assunto ultrapassa as partes, quer o MPLA quer a província do litoral teme pela desintegração de militantes, devido a onda de intolerância, o que tem estado a acontecer no Lobito e Benguela. Explicou ainda que por se identificarem com a UNITA, alguns funcionários do Porto do Lobito ficaram sem emprego. "A primeira estratégia de corromper os militantes era através de aliciamento, mas tendo em conta o nível político e ideológico dos quadros, esta estratégia na surtiu os efeitos desejados", afirmou. Disse ainda que depois do fracasso, o partido no poder optou pelas intimidações que, também resultaram em fracasso, sendo os assassinatos a nova estratégia adoptada.

"Neste momento em Benguela registamos quatro casos de assassinatos, sendo dois de desmobilizados um sob e agora o secretário", precisou. De acordo com o responsável, a persistirem tais actos poderá se instalar um clima de tensão que será prejudicial para o processo eleitoral. Numa primeira fase, os Municípios do Balombo, Bocoio e Ganda eram os mais afectados, mas agora os actos de intolerância e, intimidações chegaram a todos as localidades da província, com excepção do município sede de Benguela e a cidade do Lobito.

"Para nos movimentarmos temos feito recurso a polícia, mas ela também manifesta sinais de tendências partidárias, o que não acontece com as FAA", acusou. Justificou a sua posição recordando um caso que se deu no Kasseque, quando iam reinaugurar o comité da Ganda. Na altura o comandante em exercício da polícia abortou a marcha, alegando que homens armados se encontravam mais adiante a espera da caravana com intenção de molestá-los.

"O comandante Ndalo foi o mentor desta ideia", acusou.

Apesar deste quadro, VN diz não temer pela sua vida e argumenta: um político nunca tem um fim bom. Naturalmente, tenho de estar junto dos meus companheiros e da população, com vista a desenvolvermos os programas traçados a nível superior. Portanto, não tenho medo", garantiu.

#### **4.86 Governante exorta famílias a participarem na preparação das eleições**

*Jornal de Angola... 15-05-06*

A ministra da Família e da Promoção da Mulher, Cândida Celeste, afirmou que a participação das famílias na preparação das próximas eleições, através da

sensibilização e mobilização das comunidades, constitui "um dever cívico e patriótico inadiável".

A ministra Cândida Celeste da Silva exorta a todas as famílias a estarem mobilizadas para a sua participação nas próximas eleições. Numa mensagem emitida por ocasião do 15 de Maio, Dia Internacional da Família, a governante referiu que as famílias devem continuar a jogar um papel fundamental no auxílio ao Governo, nas suas múltiplas missões, nomeadamente no combate a várias epidemias, entre as quais a da cólera.

“A intervenção da família é fundamental. A educação familiar para a necessidade da manutenção constante da limpeza e da higiene, como forma de alcance de uma vida saudável nos nossos lares e na comunidade, constitui um imperativo inadiável”, lê-se na mensagem. Relativamente ao dia internacional da família, a ministra disse que em Angola a data "constitui sempre uma oportunidade para reflexão e a discussão acerca do conceito de família, bem como para reflectir sobre os problemas económicos, sociais e culturais que a afecta”.

A missiva refere que a família, como pilar fundamental da sociedade, "deve ser potencializada por forma a desempenhar, com maior eficácia, as suas competências, quer perante os respectivos agregados familiares, quer perante a comunidade e o resto da sociedade. A ministra indica que as famílias angolanas vivem ainda situações difíceis, sobretudo nos domínios sociais e económicos," mas, acrescenta, "a era da paz que vivemos dá às famílias novas esperanças e oportunidades para se reverter esta situação”.

“As instituições do Governo, com o apoio dos seus parceiros sociais e do resto da sociedade civil, estão a desenvolver esforços com vista a atribuir às famílias novas competências, por forma a que elas tenham um papel mais interventivo, sobretudo em assuntos essenciais, como na educação comunitária, nas actividades geradoras de rendimento, assim como no aconselhamento para a prevenção do VIH/SIDA”.

O 15 de Maio, proclamado em Setembro de 1993, em Assembleia Geral das Nações Unidas, resultou da necessidade de se destacar e tornar mais visível a importância das famílias como unidades básicas. Em Angola, está a desenvolver-se este ano uma jornada da família, sob o lema "Famílias competentes, factor de equilíbrio e estabilidade social".

#### **4.7 Director da cadeia do México desmente violação dos direitos humanos**

*Journal de Angola...17-05-06*

~~O director da cadeia da Comarca do México, José Monteiro Gonçalves, desmentiu ontem, no Luena, acusações postas a circular, segundo as quais, na referida unidade penitenciária registam se procedimentos consideráveis de violação aos direitos humanos.~~

~~Argumentou que os poucos de 80 reclusos, beneficiam de duas refeições diárias, alojamento condigno, água potável e momentos de recreação, circunscritos em assistência a emissões televisivas, leitura de jornais, prática de desporto, entre outros atractivos.~~

~~Contudo, ressaltou que “quando um recluso comete alguma infração é punido de acordo com os preceitos disciplinares em vigor na instituição”, excepto casos em que a violação às normas do serviço prisional exijam necessariamente acções reeducadoras próprias, dependendo da gravidade. A chefe de secção de reeducação penal do estabelecimento, Anita Chissola Mussheno, corroborou com a falta de fundamento da informação, negando mesmo ter registado uma acção sequer de mau trato à população prisional.~~

~~Reclusos contactados, a propósito, disseram existir relacionamento compreensivo com os funcionários, bem assim as mínimas condições de acomodação exigíveis a um estabelecimento do género~~

#### **4.8 MPLA e PRS defendem arranque ininterrupto do registo eleitoral**

*Angop...13-05-06*

~~O MPLA e o PRS acordaram ontem, em Luanda, na necessidade de se encarar com maior engajamento e celeridade as tarefas eleitorais, sobretudo as que têm a ver com o registo eleitoral e a criação de condições logísticas que evitem constrangimentos e paralisações depois do arranque do registo eleitoral.~~

~~As delegações dos dois partidos, chefiadas pelos seus secretários gerais, designadamente Norberto dos Santos “Kwata Kanawa” (SG do MPLA em exercício) e João Baptista Ngandagina (PRS), abordaram, numa das salas do Palácio dos Congressos, a preparação e realização das eleições (registo eleitoral) e a proposta do MPLA para uma Agenda Nacional de Consenso. Num comunicado conjunto emitido no final da reunião, que durou mais de duas horas, as duas delegações defenderam uma melhor colaboração entre as instituições do Estado e os partidos políticos, no que~~

respeita às acções de fiscalização do registo eleitoral. "Kwata Kanawa" e Baptista Ngandagina solicitaram que o Governo se disponibilize para apoiar os partidos políticos e outros agentes sociais na definição dos parâmetros de educação cívica para o registo eleitoral, bem como no fornecimento de dados relativos ao desdobramento das brigadas e ao mapeamento das áreas minadas. Foram também recomendadas acções em vista ao desarmamento da população civil e localização e destruição dos paíóis. Os dois partidos consideram "bastante útil e oportuna" a proposta do MPLA para uma Agenda Nacional de Consenso, como documento político programático que conforma princípios fundamentais para a definição de um projecto comum dos angolanos, na base de um modelo de desenvolvimento sustentável, de modo a edificar uma sociedade de paz e de concórdia, de um país próspero e democrático e de uma Nação confiante no seu futuro.

O MPLA e o PRS manifestaram a intenção de prosseguir o diálogo e a abordagem sobre estas matérias com um carácter mais técnico, identificando os princípios essenciais que poderão ser adoptados. Em declarações à imprensa, no final da reunião, Baptista Ngandagina manifestou-se satisfeito pela realização do encontro, considerando que o mesmo não só satisfaz o PRS, como serviu para identificar pontos de vista comuns sobre matérias que preocupam a Nação.

Interrogado sobre os últimos desenvolvimentos do processo de reunificação no seu partido, Ngandagina se recusou a fazer quaisquer comentários, alegando que "não vim para abordar questão alguma ligada a esse assunto".

#### **4.9 MPLA e PSD querem registo eleitoral**

*Journal de Angola...06-05-06*

Delegações do MPLA e do Partido Social Democrata (PSD), reunidos ontem, na capital do país, defenderam a necessidade do registo eleitoral ter o seu início no período seco (cacimbo).

Esta posição vem expressa num comunicado tomado ontem público, no final de um encontro de concertação entre os dois partidos políticos. A nota defende, como condição para que o registo eleitoral tenha lugar, uma adequada formação dos agentes eleitorais e dos fiscais dos partidos políticos. De acordo com o comunicado final, lido pelo secretário-geral do MPLA em exercício, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", os participantes defenderam a imperiosidade dos partidos políticos

participarem activamente nas campanhas de educação Cívica eleitoral, procurando uniformizar, o mais possível, as mensagens, de modo a facilitar o trabalho dos agentes eleitorais e a mobilização dos eleitores para uma agenda nacional de consenso.

A agenda nacional de consenso, segundo Kwata Kanawa, deve ser transmitida ao eleitor como documento político programático que conforma os princípios fundamentais para a definição de um projecto comum dos angolanos na base de um modelo de desenvolvimento sustentável, de modo a edificar o uma sociedade de paz, de, concórdia e confiante do seu " futuro.

Durante o encontro, os participantes defenderam igualmente a necessidade de se continuar o diálogo e abordagem sobre estas matérias com um carácter mais técnico, identificando os princípios que poderão ser desde já adoptados.

As partes consideraram, por outro lado, útil a informação prestada pela nova direcção do Partido Social Democrata sobre aspectos internos daquela formação política, nomeadamente os resultados do seu recente congresso, que elegeu para presidente do partido Nzuzi Nsumbo. Por seu turno, o presidente eleito do PSD, Nzuzi Nsumbo, agradeceu a iniciativa do MPLA em auscultar os partidos políticos para abordar temas candentes da actualidade política nacional, como é o caso da agenda nacional de consenso.

Ele disse que "é na base dessas consultas, com as formações políticas existentes no país, que poderemos enriquecer as ideias contidas nesta proposta do MPLA para uma agenda nacional de consenso". Nzuzi Nsumbo afirmou que o documento produzido pelo MPLA está bem estruturado e elaborado e que os militantes do seu partido vão analisá-lo minuciosamente, para, se for caso disso, dar alguns subsídios para o seu enriquecimento.

Por último, o presidente do Partido Social Democrata considerou o encontro "muito frutífero", acrescentando que o seu partido apoiava sem reservas a proposta do MPLA para uma agenda nacional de consenso. Depois do encontro com o PSD, o MPLA tem agendados encontros com diversas outras formações políticas com e sem assento parlamentar, no âmbito da agenda nacional de consenso.

Participaram no encontro, o presidente da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, o secretário do MPLA para os Assuntos Eleitorais, Já Martins, o secretário do Bureau Político do MPLA para os

Assuntos Económicos e Sociais, Manuel Nunes Júnior, enquanto pelo PSD esteve presente o seu vice-presidente, Santos Paulo, secretário geral, Baptista João, secretário para Informação, José Pedra, da Administração e Finanças, Adriano Vilança, e o secretário para as Relações Exteriores, José Baião.

#### **4.9 Governante exorta famílias a participarem na preparação das eleições**

*Jornal de Angola... 15-05-06*

A ministra da Família e da Promoção da Mulher, Cândida Celeste, afirmou que a participação das famílias na preparação das próximas eleições, através da sensibilização e mobilização das comunidades, constitui "um dever cívico e patriótico inadiável".

A ministra Cândida Celeste da Silva exorta a todas as famílias a estarem mobilizadas para a sua participação nas próximas eleições. Numa mensagem emitida por ocasião do 15 de Maio, Dia Internacional da Família, a governante referiu que as famílias devem continuar a jogar um papel fundamental no auxílio ao Governo, nas suas múltiplas missões, nomeadamente no combate a várias epidemias, entre as quais a da cólera.

"A intervenção da família é fundamental. A educação familiar para a necessidade da manutenção constante da limpeza e da higiene, como forma de alcance de uma vida saudável nos nossos lares e na comunidade, constitui um imperativo inadiável", lê-se na mensagem. Relativamente ao dia internacional da família, a ministra disse que em Angola a data "constitui sempre uma oportunidade para reflexão e a discussão acerca do conceito de família, bem como para reflectir sobre os problemas económicas, sociais e culturais que a afecta". A missiva refere que a família, como pilar fundamental da sociedade, "deve ser potencializada por forma a desempenhar, com maior eficácia, as suas competências, quer perante os respectivos agregados familiares, quer perante a comunidade e o resto da sociedade. A ministra indica que as famílias angolanas vivem ainda situações difíceis, sobretudo nos domínios sociais e económicos," mas, acrescenta, "a era da paz que vivemos dá às famílias novas esperanças e oportunidades para se reverter esta situação".

"As instituições do Governo, com o apoio dos seus parceiros sociais e do resto da sociedade civil, estão a desenvolver esforços com vista a atribuir às famílias novas competências, por forma a que elas tenham um papel mais interventivo, sobretudo em assuntos essenciais, como na educação comunitária, nas actividades geradoras de rendimento, assim como no aconselhamento para a prevenção do VIH/SIDA".O

15 de Maio, proclamado em Setembro de 1993, em Assembleia Geral das Nações Unidas, resultou da necessidade de se destacar e tornar mais visível a importância das famílias como unidades básicas. Em Angola, está a desenvolver-se este ano uma jornada da família, sob o lema "Famílias competentes, factor de equilíbrio e estabilidade social".

#### **4.10 Solução tecnológica do registo será apresentada a actores políticos e sociais**

*Jornal de Angola...23-05-06*

A Comissão Inter-Ministerial para o Processo Eleitoral vai proceder à apresentação, nos próximos dias, a alguns actores políticos e sociais envolvidos no processo eleitoral, da solução tecnológica para o registo eleitoral, anunciou ontem o ministro Virgílio de Pontes Pereira.

"Vamos nos disponibilizar, com base num programa que estamos a preparar, para que o Consórcio, junto dos partidos políticos com e sem assento parlamentar, junto da comunicação social e de outros actores sociais, possamos realizar sessões de apresentação da solução tecnológica, para que essas entidades possam ser informadas sobre a tecnologia que vai ser utilizada, o modus operandi do registo, para que se dissipem algumas dúvidas quanto à fiabilidade e segurança da solução que o Governo encontrou para realizar o registo eleitoral", disse.

A solução tecnológica já foi apresentada à CNE e mereceu o seu aplauso, esperando-se que os actores sociais e políticos venham a dar também o seu apoio à solução que o Governo apresenta para a realização do registo. O ministro apontou alguns constrangimentos encontrados durante o processo, tais como o estado débil de organização administrativa do próprio Estado a nível local e o problema da desminagem, que ainda impõem uma grande pressão às tarefas preparatórias.

Outro problema encontrado é o da vulnerabilidade das fronteiras do país, que permite que cidadãos estrangeiros entrem e saiam do território nacional e possam cair também na tentação de se registarem como se de cidadãos angolanos se tratassem e subverter o universo de eleitores.

A suspeição sobre a existência de paióis em algumas áreas do país, o que leva a empolar ainda mais o sentimento de dúvida sobre o bem fundado das eleições que se vão realizar, em função dos estigmas do passado, que remontam a 1992, é outro

constrangimento apontado pelo coordenador da Comissão interministerial.

Fontes Pereira explicou que esta questão vai ser analisada ao nível do Mecanismo Bilateral Governo/UNITA, não sendo, portanto, competência da Comissão interministerial para o Processo Eleitoral detalhar o assunto. Outro constrangimento por Virgílio de Fontes Pereira tem a ver com a educação das pessoas, tendo o ministro solicitado o envolvimento da comunicação social no sentido de que o processo seja transparente, livre e dignifique os angolanos.

"Sem que o processo tenha a participação massiva dos cidadãos, não teremos um processo eleitoral credível", disse.

#### **4.11 Recrutamento e formação de brigadistas eleitorais inicia em Junho**

*Jornal de Angola...23-05-06*

O processo de recrutamento, selecção e formação dos brigadistas, que vão proceder ao registo dos eleitores em todo o país, inicia-se nos finais da primeira quinzena de Junho, anunciou ontem o coordenador da Comissão Inter-ministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), Virgílio de Fontes Pereira, que é também ministro da Administração do Território.

O governante falava numa conferência de imprensa expressamente convocada para anunciar o ponto da situação das tarefas que estão a ser executadas pelo Governo, particularmente o início, em Junho, do processo de recrutamento, selecção e formação dos agentes eleitorais.

"No final da primeira quinzena de Junho, nós iniciaremos, em todo o país, o processo de selecção, recrutamento e formação dos cidadãos que vão integrar as brigadas de registo eleitoral", afirmou. De acordo com Virgílio de Fontes Pereira, a seu tempo haverá uma informação mais substancial do Governo, através dos meios de comunicação social, para que todos os cidadãos saibam onde, como e em que circunstâncias se devem apresentar para serem seleccionados e submetidos a testes para a sua integração no corpo dos agentes que vão executar o registo.

Segundo o governante, essa tarefa deveria ser executada depois da aprovação e determinação definitiva da data de início do registo eleitoral. Mas devido à existência de um universo muito grande de cidadãos para serem recrutados e seleccionados, a CIPE entendeu que, em face da pressão do tempo, não se justificava ter que se esperar que o Governo e a CNE acenem em definitivo a data do início do registo, adiando assim o processo de

recrutamento e selecção dos brigadistas.

Ele justificou ainda que esse processo de recrutamento e selecção exige um espaço de tempo considerável, de aproximadamente dois meses. A CIPE solicitou a compreensão da CNE e anuência do Governo no sentido de ser autorizada a iniciar o processo de recrutamento, selecção e formação dos cidadãos que vão integrar as brigadas de registo eleitoral.

Optar por iniciar essa tarefa a partir de agora, de acordo com Virgílio de Fontes Pereira, resulta do facto da mesma exigir algum tempo para a sua execução - dois meses - em função da data em que se vai iniciar o registo, e, por outro lado, dos requisitos a serem exigidos para que o cidadão possa ser seleccionado para integrar as brigadas, não colocando em causa a transparência, credibilidade e objectividade do processo.

"Falamos em dois meses porque haverá vários ciclos de formação - primeiro dos chefes de brigada e depois dos brigadistas propriamente ditos, que poderão levar dois meses", disse. Os requisitos para que os cidadãos possam inscrever-se como brigadistas, nos termos da lei, são o de ser cidadão nacional, ter mais de 18 anos, falar preferencialmente a língua do local onde vai exercer a sua actividade como agente de registo, ter capacidade para avaliar a idoneidade dos cidadãos que se vão registar, ser sujeito a uma acção de formação para poder habilitar-se a realizar o registo.

Os brigadistas devem possuir a 6ª classe, como habilitações mínimas, e a 8ª classe para ser chefe de brigada. Subsidiariamente, devido a solução tecnológica encontrada, alguns candidatos devem ter conhecimentos básicos de informática e a 12ª classe. Os cidadãos que tiverem a 12ª classe e que tenham conhecimentos de informática serão preferencialmente seleccionados para manusearem as técnicas que compõem o kit de registo eleitoral.

Subsidiariamente, vai ser exigida aos candidatos a disponibilidade para trabalharem em qualquer parte do país, porque, em algumas localidades, poderá não haver tanta oferta de cidadãos com as exigências que a lei impõe.

Isso vai permitir que cidadãos de uma determinada província possam ser integrados em brigadas móveis que vão funcionar numa outra província para integrar o corpo de agentes eleitorais quando a situação se colocar nesses termos, informou ainda o ministro da Administração do Território.

O governante apelou à colaboração de todas entidades

públicas e privadas para que facilitem a operação de selecção e formação, que vai envolver muitos cidadãos, ajudando as administrações municipais, comunais e os próprios governos provinciais e a CIPE a viabilizar todo este processo.

Fontes Pereira apelou em particular à comunicação social para abraçar essa causa, sensibilizando os cidadãos para a necessidade de se inscreverem como brigadistas, porque, sem esse universo de actores, não haverá o registo eleitoral de forma a operacionalizar o registo, com a credibilidade que se requer.



## 5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

### **5.1 Escolas “Professores do Futuro” absorvem mais 645 candidatos**

*Jornal de Angola...11-05-2006*

Seiscentos e quarenta e cinco novos candidatos poderão ingressar nas "Escolas Professores do Futuro" (EPF) em Agosto próximo altura em que arranca mais um ano lectivo nestas instituições adstritas a ONG Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo. (ADPP).

Estes quadros serão preparados durante trinta meses para trabalhar principalmente em zonas rurais, regiões onde o acesso a educação é deficiente. Segundo a presidente do Conselho de administração da ADPP, rikke Viholm podem candidatar todos o interessados com a décima classe ou formação pré-universitária.

Durante a formação os professores terão matérias ligadas a língua portuguesa e estrangeira, matemática, geografia, informática educação moral e cívica, comunicação psicológica didáctica de música e sociologia. As escolas situam-se nas províncias de Luanda, Bengo Zaire e Cabinda, Benguela e Huambo, este, ano entrará já em funcionamentos EPF do Bié, localizado 1)0 município do Catabola.

Neste momento, estão à frequentar estas escolas 656 formandos, das quais 293 serão graduados em Janeiro de 2007.

Desde 1995, altura em que a ADPP instalou estas escolas em Angola até Fevereiro do corrente ano, foram graduados mil e 424 docentes que hoje trabalham em diversas zonas rurais e urbanas do país. O projecto de formação de docentes tem o apoio da embaixada da Noruega, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Ministério da Educação de Angola.

A ADPP é uma organização que tem como propósito ajudar os carentes, bem como contribuir para a elevação do nível de vida da população rural em termos de educação, saúde e agricultura.

### **5.24 Explicadores “salvam” erros dos professores**

*Agora...13-05-06*

Dar explicação nos quintais, apartamentos e ao domicílio é a forma que muitos angolanos encontraram para sobreviver. Apesar de os explicadores praticarem o preço que lhes "apetece", o Ministério da Educação, a Polícia Económica e os Ficais nada fazem para que os cidadãos deixem de ser "usurpados" e recorrem apenas aqueles que estão capacitados para tal.

Reforçar o sistema de ensino e facilitar o nível de aprendizagem é o objectivo de todas as pessoas, que independentemente da idade e do nível académico, acorrem aos explicadores. Estes, por seu turno, fazem de tudo para terem uma sala ou um quintal para acolher um número indeterminado de alunos.

Em Luanda, há explicações de todos os níveis. Uma com o estatuto de "escolas" de inglês, francês e informática. Há ainda aquelas que nem sequer estão ao nível de serem consideradas Centros de Formação Profissional, mas que também "formam" como tal, nos musseques, e têm servido de refúgio para muitos jovens que "por ironia do destino" não conseguiram ingressar para o ensino médio ou superior.

Cada explicador, ao seu nível, pratica o preço que achar conveniente. Por sinal, a localização e as classes a frequentar também são factores a se ter em conta na hora de fixarem os preços. A nossa equipa de reportagem deslocou-se em alguns municípios da capital, para fazer um levantamento sobre o nível de aprendizagem e o funcionamento destas "instituições". No centro da cidade, para além dos preços serem mais altos, a maior parte dos explicadores preferem efectuar o sistema de dar aulas ao domicílio.

Mário de Oliveira, explicador há mais de dez anos, disse que dar aulas ao domicílio é melhor, porque, para além das pessoas pagarem três ou quatro vezes mais caro, evita-se ter que meter muitos alunos dentro de uma sala. "o meu apartamento é muito pequeno e para evitar sarilhos com a vizinhança prefiro dar aulas ao domicílio".

Ao longo da nossa ronda, entrevistamos alguns encarregados de educação entre os quais Paulo de Sousa, que reconheceu a explicação ao domicílio com uma das formas mais fáceis e propícias que há para ajudar na formação dos estudantes. "Na escola há muitos alunos dentro de uma sala e isto acaba, em certos casos, por não ajudar muito os estudantes. Já na explicação ao domicílio as coisas são diferentes, o professor tem apenas um ou dois alunos", frisou. Apesar de surgir, nos últimos tempos a "moda" da explicação ao domicílio, o antigo método ainda se faz sentir em diferentes zonas da cidade. No bairro de

Coqueiros, o preço da explicação varia consoante a classe em que o aluno vai frequentar. Da primeira à quarta classe, a propina é de 1500 a 2500 kwanzas. A responsável da explicação, por seu turno, disque este preço deve-se às exigências q os encarregados de educação fazem. "O educadores exigem que temos que ter livros de alfabetização e estes livros sã! muito caros".

Nos arredores da Liga Africana, a primeira são 1000 kwanzas e, da segunda à quarta classe paga-se 1500 kwanzas.

Uma encarregada de educação Maria, da Silva, disse que, apesar de os explica dores cobrarem muito caro pelo serviço que prestam, têm ajudado muito os alunos a aumentar os seus níveis de aprendizagem. "A minha filha não sabia ler nem escrever, mas desde que entrou na explicação as coisas mudaram muito". No entanto, há bens que chegam por mal, como é o caso das explicações dadas em apartamentos, em edifícios degradados. A maior parte dos edifícios não têm corrimão nas escadas nem lâmpadas no corredor. "A falta de iluminação tem sido principal causadora das mortes. Em tempos, morreu uma criança, de oito anos, que tinha saído no recreio e estava a brincar com os seus colegas no corredor. Ela (a criança) caiu num elevador estragado, fizemos tudo para tirá-la com vida, mas, infelizmente não conseguimos", frisou um morador.

A semelhança da parte alta da cidade, no musseque, apesar de os preços serem mais baixos, cada explicador cobra o que quizer, em função do tempo em que se encontra no exercício da profissão. O explicador mais antigo do Rangel, Tio Zé Boca Torta, como é carinhosamente chamado pelos seus alunos e encarregados de educação, pratica um preço que deixa muito a desejar. Ao contrário dos outros explicadores, Tio Zé lecciona também a iniciação e ensino de adultos. Os alunos que recorrem a estes serviços pagam um preço de inscrição, que, embora seja mais baixo, varia em função da classe a frequentar. Da iniciação à oitava classe, os encarregados pagam um montante que vai de 400 a mil kwanzas. As pessoas que frequentam as aulas nocturnas de alfabetização ou disciplinas específicas pagam um montante que ronda entre 700 a 1200 kwanzas.

Os moradores reconhecem o trabalho feito pelos explicadores como a "ponte" para o sucesso escolar de todas as pessoas que recorrem a esses serviços antes de entrarem para uma escola. "Como não tenho dinheiro para matricular os meus filhos numa escola do Estado, a explicação é o meu refúgio", frisou um encarregado, acrescentando ainda que, "embora eles não recebam

um certificado de habilitações literárias, quando terminam o ensino primário ou de base, ficam bem preparados, como os que frequentam as escolas estatais ou colégios". Para além de Tio Zé, encontramos ainda a explicadora Rosa da Silva, que, para além da explicação lecciona também numa escola pública, há seis anos. Cobra apenas 300 kwanzas para a primeira e 500 kwanzas para a quarta classe. Segundo a professora, os alunos que estão na explicação aprendem melhor do que os que estão só na escola "Na explicação, as crianças são melhor preparadas do que na escola. A maior parte destes alunos encontram muitos colegas que não sabem ler nem escrever, mas estão numa classe avançada".

Rosa da Silva classe ainda que a falta de acompanhamento por parte dos encarregados de educação é um problema que precisa de ser ultrapassado pelos mesmos. "Quando os alunos são abandonados pelos seus encarregados, eles ficam com muitas dificuldades para aprenderem, seja nas explicações como nas escolas". A encarregada de educação Imaculada da Conceição disse que a falta de garantia que as escolas oferecem levaram-na a recorrer a uma explicadora, que, em consequência, conseguiu pôr fim ao défice de aprendizagem que detectava na sua filha.

"Ela estudava a quarta classe e nem sabia escrever. Esta situação leva-me a fazer diversas perguntas: que tipo de professores há em Angola? Ou ainda, onde é que estes professores foram formados?", interrogou-se. A Professora reconheceu que "nas escolas há cerca de 70 alunos numa sala e não conseguimos ensinar todos, por isso é necessário que vão mesmo a uma explicação. Os explicadores estão a tapar os 'buracos' que tanto os professores que leccionam nas escolas do Estado como nos colégios têm deixado".

Para além das explicações de ensino de base e médio, há ainda aquelas que são destinadas para os alunos que pretendem ingressar numa Faculdade, o chamado Curso Preparatório. Nestas explicações, a historia é outra. Apesar de estarem rodeados de pessoas com diferentes poder económico, os explicadores cobram em função da Faculdade em que o aluno pretende fazer teste. Os alunos que vão fazer teste nas Faculdades de Medicina, Engenharia e Economia, pagam cerca de 200 dólares. Os que ambicionam entrar na Faculdade de Direito ou de Letras e Ciências Sociais pagam um valor que ronda entre 100 a 150 dólares. Estas explicações têm a duração de dois a três meses e são dadas, na maioria dos casos, por estudantes universitários fmalistas.

Os explicadores dizem que o "curso" serve para

esclarecer e "tapar algumas lacunas" que os alunos trazem do ensino médio. "Há muitos alunos que terminam o médio sem dominarem diversas matérias que estão relacionadas com o seu curso. Para fazer ultrapassar essa fase eles recorrem aos nossos serviços", frisou um explicador.

Apesar de os explicadores fazerem tudo para "tapar as lacunas" que os alunos trazem dos institutos médios, muitos deles não conseguem ingressar na Faculdade. "Aprende no 'curso' matérias que os meus professores nunca fizeram referência e que são consideradas muito importantes para a minha formação", frisou um aluno, acrescentando que "o facto de não conseguir entrar na Faculdade não significa que os explicadores não sejam bons. Somos muitos e nem todos podem entrar". Para conseguirem ter as salas ou quintais cheios, os explicadores colam os panfletos avisando o recinto em locais onde as pessoas possam ver com facilidade. O professor Hermenegildo Pascoal disse que, apesar de existirem explicadores que estão só interessados em "usurpar" o dinheiro da população, há outros que ensinam bem e se sentem realizados por ajudar o próximo.

Entretanto, não há nenhuma lei que regula o exercício desta actividade. Pelo facto de os explicadores praticarem uma actividade remunerativa, deveriam declarar a mesma ao Estado, para que possam estar legalizados e cobrarem um preço que satisfaça os explicadores e a população. "E por falta de emprego que muitos deles fazem esse trabalho, mas se o Estado os legalizar poderão pagar imposto e não haverá mais diversos preços", disse uma interlocutora. O AGORA contactou o assessor de imprensa do Ministério da Educação, António Campos, para obter informações acerca do assunto, mas esse encaminhou-nos à Polícia Económica. O responsável disse que o seu Ministério só controla os colégios que têm Alvará comercial.

Por seu lado, um dos agentes da Polícia Económica disse-nos que a sua instituição não pode agir no sentido de penalizar as entidades que não cumprem com as exigências do Ministério da Educação. "Não existe uma lei ou decreto que regula essa categoria de trabalho. Por isso, nunca pensamos fiscalizar este serviço".

O agente encaminhou-nos para a Direcção Provincial de Fiscalização, onde os funcionários afectos a esta instituição reconheceram que dar explicação é uma actividade económica e por gerar rendimentos deviam pagar imposto. Mas eles também nunca fiscalizaram esse serviço, apesar de reconhecerem que é como qualquer outro trabalho e merece um maior controlo do Estado

### **5.3 Professores no Huambo recebem noções de reforma educativa**

*Jornal de Angola...24-05-06*

Cento e sessenta e três professores do I nível do município do Katchungo, a cerca de 62 quilómetros a Leste da cidade do Huambo, receberam noções sobre reforma educativa, em curso no país, durante um seminário organizado pela direcção provincial da Educação.

Em cinco dias, os participantes trataram de matérias relacionadas com a reforma educativa, organização escolar, actividades secundária, metodologia da língua portuguesa, matemática, HIV/Sida, perigo das minas e sobre a educação especial.

O chefe de secretaria da administração de Katchungo, Marcelino Calei, que representou o administrador municipal, disse, na ocasião, que o actual processo da reforma educativa vai proporcionar boa qualidade na formação do homem.

No município do Katchungo, o sector da Educação controla 891 professores e 28 mil 731 alunos matriculados no presente ano lectivo em vários níveis de ensino.

Este ano, foram também capacitados, com o mesmo propósito, no município do Londuimbali 50 professores.

O responsável da Educação do município do Londuimbali, Carlos Pinto, disse estarem integrados no processo de reforma educativa mil 750 alunos da primeira classe e 175 da sétima.

Formatada: Português (Portugal)

### **5.42 INIDE promove seminário sobre inserção dos direitos humanos nos currículos escolares**

*Angop...26-05-06*

Um seminário sobre a Inserção dos Direitos Humanos nos materiais pedagógicos será promovido de 30 a 31 do corrente mês, em Luanda, pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE) com o apoio do Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos e UNESCO.

A nota de imprensa refere que a sessão de abertura terá lugar no Hotel Alvalade e que o seminário visa a capacitar 50 técnicos do Ministério da Educação.

Serão abordadas Noções sobre os "Principais instrumentos internacionais de Direitos Humanos", "Valores culturais e a educação", "Técnicas de Revisão e Avaliação Curricular", "Desenvolvimento de Textos Pedagógicos", bem como "Estratégias básicas para a integração de direitos humanos no currículo escolar".

No documento, considera-se que o Ministério de Educação está num processo de reforma, dando cumprimento aos compromissos convencionais do país, bem como a 1ª Fase (2005-2007) do Programa Mundial de Educação de Direitos Humanos, proclamado pela Assembleia Geral das Nações através da Resolução 59/113A de 10 Dezembro de 2004.

O documento postula haver necessidade de se incluir direitos humanos nos materiais pedagógicos do ensino primário e secundário em todas as disciplinas de ensino, de acordo com a legislação angolana, valores culturais e princípios internacionais de direitos humanos.

### **5.53 Jovens devem colaborar no combate à delinquência**

*Jornal de Angola...26-05-06*

Os estudantes do Instituto Médio Normal de Educação "António Jacinto" no município do Cazenga, em Luanda, foram exortados ontem a colaborarem na redução da delinquência juvenil nas escolas da circunscrição.

Ao falar numa palestra sob tema "Delinquência juvenil" I o segundo comandante da Brigada de Segurança Escolar (BSE) I intendente Francisco Baptista, realçou que esse "fenómeno nas escolas do Cazenga não é um foco, mas preocupa as autoridades".

Assim, advogou a necessidade de haver uma interligação entre Polícia e aluno na denúncia de qualquer acto de criminalidade, com vista a se estancar esse mal nas escolas.

A falta de atenção dos pais para com os seus filhos, carência de vínculo afectivo, a desestruturação familiar, a perda dos valores tradicionais, o consumo do álcool, entre outros, foram apontados como factores que proporcionam a delinquência nos estabelecimentos de ensino da província de Luanda.

O oficial superior da polícia frisou que o trabalho que a BSE desempenha nas escolas só terá êxito se, de facto,

os alunos cooperarem na denúncia de qualquer acto criminoso para o bem da sua própria segurança.

A palestra, promovida pela BSE no âmbito de um ciclo de actividades de género levadas a cabo junto das comunidades escolares, teve como objectivo elucidar os alunos sobre o referido fenómeno, o comportamento a adoptar para prevenir esses actos, bem como sensibilizar os discentes para não utilizarem armas de fogo e branca.

### **5.4 Professores no Huambo recebem noções de reforma educativa**

*Jornal de Angola...24-05-06*

~~Cento e sessenta e três professores do I nível do município do Katchungo, a cerca de 62 quilómetros a Leste da cidade do Huambo, receberam noções sobre reforma educativa, em curso no país, durante um seminário organizado pela direcção provincial da Educação.~~

~~Em cinco dias, os participantes trataram de matérias relacionadas com a reforma educativa, organização escolar, actividades secundária, metodologia da língua portuguesa, matemática, HIV/Sida, perigo das minas e sobre a educação especial.~~

~~O chefe de secretaria da administração de Katchungo, Marcelino Calci, que representou o administrador municipal, disse, na ocasião, que o actual processo da reforma educativa vai proporcionar boa qualidade na formação do homem.~~

~~No município do Katchungo, o sector da Educação controla 891 professores e 28 mil 731 alunos matriculados no presente ano lectivo em vários níveis de ensino.~~

~~Este ano, foram também capacitados, com o mesmo propósito, no município do Londumbali 50 professores.~~

~~O responsável da Educação do município do Londumbali, Carlos Pinto, disse estarem integrados no processo de reforma educativa mil 750 alunos da primeira classe e 175 da sétima.~~

### **5.65 SINPROF exige Educação Pública Gratuita**

*Terra angolana... Maio de 2006*

Em Angola, a semana consagrada à educação mundial, decorreu sob o signo: " Todas as Crianças necessitam

de um professor". Com este propósito o SINPROF, entende que os desafios bem como as políticas ligadas ao sector educacional em Angola, ainda estão longe do desejado, já que existem mais de um milhão de "petizes" fora do sistema normal de aprendizagem.

Segundo deu a entender o presidente do Sindicato Nacional dos Professores, Miguel Filho, no dia 24 de Abril do corrente ano, Angola ainda não "abraçou" as políticas conducentes a uma educação normal aceite, numa altura em que o estado "caótico", prevalece. Miguel Filho, entende que a sociedade angolana é chamada a entervir. Nesta conformidade, o sindicalista chama a atenção de todos, para uma maior mobilização de formas a "pressionar o governo e outras entidades governamentais, no sentido de proporcionarem uma educação pública gratuita e de qualidade para todos", assegurou. Aos políticos, o responsável do SINPROF, sublinhou a necessidade de visitarem os estabelecimentos escolares, para in loco, presenciarem as condições daqueles que têm a missão de transmitir os seus conhecimentos, "pretendemos também apelar aos políticos sobre a necessidade de chegarem as escolas e constatarem a realidade do ensino, participando de programas de organizações não partidárias", disse.

A sociedade no seu geral, Miguel Filho, chamou a atenção sobre aquilo que entende ser "consequência da grande população infantil sem escolarização". Vale recordar que o governo angolano disponibilizou para o sector da educação um "montante" estimado em 3,85% do OGE, deixando assim o sector sem a produtividade aceite internacionalmente.

O elevado custo de vida e os "parcos", salários que a classe docente angolana aufere, estão na base das inúmeras paragens e ameaças de greves por parte dos professores angolanos causando constrangimentos aos alunos, assim como ao país. Para o SINPROF, a "luta" para uma vida condigna dos professores vai continuar, deixando a indicação de que o primeiro investimento deve estar centralizado na boa remuneração, formação e criação de condições de trabalho para a classe docente.

De ressaltar que em Angola, o salário base do trabalhador público está fixado em 50 dólares norte americanos, deixando assim os trabalhadores num estado "caótico".

## **5.6 Escolas "Professores do Futuro" absorvem mais 645 candidatos**

*Journal de Angola... 11.05.2006*

~~Seiscentos e quarenta e cinco novos candidatos poderão ingressar nas "Escolas Professores do Futuro" (EPF) em Agosto próximo altura em que arranca mais, um ano lectivo nestas instituições adstritas a ONG Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo. (ADPP).~~

~~Estes quadros serão preparados durante trinta meses para trabalhar principalmente em zonas rurais, regiões onde o acesso a educação é deficiente. Segundo a presidente do Conselho de administração da ADPP, Nikke Vilhm podem candidatar todos o interessados com a décima classe ou formação pré-universitária.~~

~~Durante a formação os professores terão matérias, ligadas a língua portuguesa e estrangeira, matemática, geografia, informática educação moral e cívica, comunicação psicológica didáctica de música e sociologia. As escolas situam-se nas províncias de Luanda, Bengo Zaire e Cabinda, Benguela e Huambo; este, ano entrará já em funcionamentos EPF do Bié, localizado 1)0 município do Catabola.~~

~~Neste momento, estão à frequentar estas escolas 656 formandos, das quais 293 serão graduados em Janeiro de 2007.~~

~~Desde 1995, altura em que a ADPP instalou estas escolas em Angola até Fevereiro do corrente ano, foram graduados mil e 424 docentes que hoje trabalham em diversas zonas rurais e urbanas do país. O projecto de formação de docentes tem o apoio da embaixada da Noruega, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Ministério da Educação de Angola.~~

~~A ADPP é uma organização que tem como propósito ajudar os carentes, bem como contribuir para a elevação do nível de vida da população rural em termos de educação, saúde e agricultura.~~

## 6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

### 6.1 PM denuncia incitamento à ocupação ilegal

*Jornal de Angola...03-05-06*

O primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", acusou ontem, em Luanda, determinadas organizações de direitos humanos de incitar as populações a desobedecer as autoridades e a ocupar de forma anárquica terrenos em áreas seleccionadas para projectos de utilidade pública.

Fernando da Piedade, que respondia às perguntas da bancada parlamentar da UNITA na sessão especial convocada pela Assembleia Nacional a pedido daquele partido da oposição com o fito de questionar o fundamento das demolições de casas nos arredores de Luanda, citou a organização de direitos humanos "SOS Habitat" de estar por detrás da ocupação anárquica dos terrenos adiacentes ao projecto habitacional "Nova Vida", a Sul de Luanda. Para o primeiro-ministro, há "entidades que criam e fomentam estas situações ou aconselham mal as populações para justificar trabalho".

Algumas delas, prosseguiu Nandó, aparecem como defensoras acérrimas dos direitos do homem, enquanto outras cumprem uma agenda no sentido de desgastar a imagem do Governo, criando dificuldades constantes e permanentes ao seu desempenho. O primeiro-ministro explicou aos deputados que as áreas de Cambamba 1 e 2 foram seleccionadas para a implementação de um projecto-piloto de urbanização, que deverá posteriormente ser estendido às restantes províncias do país, no sentido de minimizar o problema da habitação em Angola. A implementação do projecto, que permitiu já alojar condignamente milhares de famílias, conheceu, entretanto, uma paralisação, devido a invasão por populares do perímetro traçado para o seu desenvolvimento.

De acordo com o primeiro-ministro, a Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, circunscrição onde está a ser desenvolvido o projecto, para salvaguardar os interesses em presença, teve o cuidado de dialogar com cerca de 100 populares que ali tinha as suas lavras tendo sido posteriormente feito o registo e o cadastramento dessas populações.

O primeiro-ministro referiu que as populações "concordaram abandonar a área e ir para uma zona indicada pelo Governo Provincial de Luanda". Depois da conclusão deste processo, explicou "Nandó" aos

deputados, "apareceu um grupo de 30 elementos que estavam a ser incitadas pela organização de defesa dos direitos do homem SOS Habitat, que mesmo na condição de terem erguido casebres de chapa, começaram a fazer exigências de casas".

Fernando da Piedade afirmou que, em função desta reivindicação, o Governo Provincial de Luanda (GPL) marcou uma nova reunião com os trinta populares em referência. Eles, segundo o primeiro-ministro, baseando-se numa informação do GPL, nunca mais apareceram. O primeiro-ministro esclareceu que as pessoas que estão em situação legal que têm a sua posse legitimada pela lei, quer pelo direito positivo que pelo direito consuetudinário, têm sido e continuarão a ser indemnizadas, sempre que tiverem que ser deslocadas do local onde se encontram pôr imperativas de utilidade pública. Fernando da Piedade anunciou que o governador decidiu parar com o pagamento das indemnizações, porque entende que há pessoas que se estão a aproveitar deste expediente para conseguirem indemnizações indevidas.

O primeiro-ministro admitiu, por outro lado, que há funcionários de administrações municipais que usurpam competências dos seus superiores e distribuem de forma ilegal terrenos às populações. Estes casos, de acordo com "Nandó", têm sido detectados. No quadro da sua política de dar habitação digna aos angolanos, alcançada que foi a paz, Fernando da Piedade disse aos deputados que o Governo Provincial de Luanda (GPL) já realojou no bairro Sapú, arredores de Luanda, 800 famílias que viviam em situação degradante na ex-fábrica Congeral (junto ao Balcão). Cinco mil outras famílias da Boavista e 290 desalojadas da vala de drenagem da rua Senado da Câmara foram para o Zango, Sapú e Panguila.

Quanto à intervenção de empresas de segurança privada e de agentes da Polícia Nacional no processo de controlo de terrenos já seleccionados para projectos de utilidade pública, Fernando da Piedade disse que elas são forças auxiliares da Polícia Nacional para garantir a ordem e tranquilidade públicas. As empresas de seguranças privadas são órgão subsidiários da Polícia Nacional, supervisionadas e controladas pelo Comando Geral da Polícia Nacional, através da Direcção Nacional de Ordem Pública", portanto cuidar do que é do interesse público é também uma das suas atribuições, disse Nandó.

Em relação ao uso de armas de guerra por parte dessas empresas de segurança privada, o primeiro-ministro anunciou que está em curso a elaboração de um projecto de lei que vai definir as regras em que será

feita a comercialização das armas de defesa, de caça e de recreio. Quando for aprovado, o novo diploma legal vai estabelecer o "timing" findo o qual todas as empresas de segurança privada estarão proibidas do uso de armas de guerra. Nandó esclareceu que o facto de o Governo ter proibido a comercialização de armas de guerra, de recreio e de caça, de um tempo a esta parte, faz com que actualmente ainda se tolere que as empresas de segurança possam ser portadoras de armas de guerra.

Quanto ao desarmamento da população civil, Nandó disse que as organizações de defesa civil, que antes tinham um cunho legal, já foram desarmadas a nível nacional. Foram recolhidos, neste processo, 68 mil 763 armas, que foram entregues as forças armadas angolanas

## **6.2 Luís Araújo encosta "Nandó" à parede**

Agora...6-05-06

O Governo e a organização não governamental angolana "SOS Habitat" travam, desde a última terça-feira, 2, uma luta de galos visando cada um salvar a sua dama.

A situação vem colocar um fosso nas relações entre as duas instituições, há muito exacerbadas. O cerne da questão prende-se com os últimos pronunciamentos do primeiro-ministro (PM), Fernando Dias dos Santos "Nandó" na Assembleia Nacional (AN), quando respondia às perguntas dos deputados da oposição, durante uma sessão especial, a pedido da organização do "Galo Negro", com a finalidade de questionar o fundamento das demolições de casas nos arredores de Luanda.

De acordo com Nandó, os cidadãos que foram lesados, no interesse público, o Estado procedeu ao devido ressarcimento. Distante de responder às perguntas concretas do deputado Alcides Sakala, chefe da bancada parlamentar da UNITA, sobre o paradeiro dos processos de expropriação de terrenos dos populares, os documentos de avaliação, as actas de acordos entre as partes (Governo e os populares), e os movimentos de tesouraria do Estado, que paga os lesados, "Nandó" atirou-se contra a organização dos direitos humanos "SOS Habitat", tendo-a acusado de estar por detrás da ocupação anárquica dos terrenos adjacentes aos projectos habitacionais "Nova Vida" e "Luanda Sul".

Para o PM, há "entidades que criam e fomentam estas situações ou aconselham mal as populações para justificar trabalho". Algumas delas, ainda de acordo

com "Nandó", aparecem como defensoras acérrimas dos direitos do homem, enquanto outras cumprem uma agenda no sentido de desgastar a imagem do Governo, criando dificuldades constantes e permanentes ao seu desempenho.

As reacções aos pronunciamentos de "Nandó" não se fizeram esperar, tendo Luís Araújo, coordenador de direcção da "SOS Habitat", dito ao AGORA que o PM faltou à verdade, mentiu à AN e ao país, ao mesmo tempo que o desafia a mostrar à Nação, provas documentais sobre os processos de indemnizações às populações lesadas. "As declarações do PM são irresponsáveis, para além de caluniosas. Tratam-se de afirmações avulsas e vagas", disse o nosso interlocutor, acrescentando que "ele foi à AN e fez um exercício demagógico, fugiu as perguntas sérias e objectivas e foi fazer acusações". Aquela organização, segundo o seu coordenador, não tem andado a incitar ninguém para ocupar terrenos de forma anárquica mas, sim, responde ao apelo das populações que se confrontam com situações de ameaças ou violações dos seus direitos humanos.

Luís Araújo insiste na sua posição, dizendo que o PM não consegue provar as acusações que fez uma vez que ele funciona com base nas informações falsas fornecidas por aquelas pessoas que têm cometido actos de violação dos direitos humanos contra pacatos cidadãos (agentes da Polícia, da fiscalização do GPL e de algumas empresas privadas de segurança) e que têm sido denunciados frequentemente. "São acusações que já nos fizeram várias vezes, no terreno. Portanto, o PM repetiu apenas, e papagueou uma acusação infundada querendo demonstrar que o problema não é realmente as demolições mas nós, que, segundo ele, criamos esta situação". As acusações do PM não espantaram os membros da "SOS Habitat" porque, de acordo com os mesmos, conhecem a linha e história deste Governo que, de algum tempo à esta parte, colocou a população a viver uma situação protofascista, onde é notória a reprodução, de um certo modo, do capitalista à moda colonial, agravada por uma prática de quadrilha. "De quadrilha porque surgem com elementos armados da polícia e empresas de segurança privada sem mandado e assaltam a mão armada a população", disse Luís Araújo.

Por outro lado, o AGORA apurou que os cidadãos envolvidos neste processo não fizeram os aludidos (por "Nandó"), processos de impugnação da decisão administrativa, porque não lhes foi dada esta possibilidade. A verdade é que todo este imbróglio advém do facto de os governantes não estarem interessados em resolver, realmente, os problemas do



povo, se tivermos em conta que a maioria, senão mesmo todos estes projectos habitacionais e infra-estruturas sociais e económicas, erguidos naquelas localidades, têm interesses particulares, razão pela qual tratam as populações (mais desfavorecidas) que lá se encontram, de uma forma desumana. Mandam-nas para zonas onde não há condições condignas para alojar um ser humano e que não correspondem àquilo que é estabelecido pelo pacto internacional dos direitos económicos, sociais e culturais.

De realçar que o PM explicou aos deputados que as áreas de Cambamba I e 2 (tidas polémicas) foram seleccionadas para a implementação de um projecto-piloto de urbanização, que deverá, posteriormente, ser estendido às restantes provinciais do país, no sentido de minimizar o problema da habitação em Angola. A verdade é que nenhuma pessoa de baixa renda beneficiou de tal projecto, razão pela qual aquelas populações se mantiveram no perímetro traçado para o seu desenvolvimento. O AGORA apurou, por outro lado, que face às acusações do PM, consideradas gravíssimas pela "SOS Habitat", era intenção daquela instituição levar o assunto ao julgado mas, como tem muito trabalho pela frente, deixa o julgamento para a sociedade que tem acompanhado os atropelos que o Governo tem vindo a fazer contra as populações mais desfavorecidas deste país.

"A sociedade está a ver que, sistematicamente, os pobres são escorraçados para dar lugar aos ricos para fazerem um desenvolvimento que não os inclui, situação que se traduz numa reprodução do colonialismo", revelou o nosso interlocutor.

### **6.3 Kangamba larga USD 6 milhões**

*Angolense...06 -05-06*

Afinal, Bento Kangamba vai largar seis (6) milhões de dólares para o seu projecto de pavimentação das ruas do bairro Palanca e não somente 1 milhão e meio, conforme havíamos anunciado na nossa última edição, na secção «Altos & Baixos», garantiu nesta semana o patrão das Organizações Kabuscorp, em conversa com o Semanário Angolense.

O empresário e também oficial general das FAA referiu a propósito que quer uma terraplanagem de alto nível, comportando um trabalho de fundo, que fica assim mais caro. Além da pavimentação das ruas do seu bairro, Bento Kangamba vai também custear um projecto de substituição do velho sistema de esgotos da circunscrição, que já tem muitos anos de uso e se encontra, por isso, cansado.

O homem, que começou a ser notado há uns dez anos atrás, quando conseguiu colocar o seu clube de futebol, o Kabuscorp do Palanca, na primeira divisão nacional, ao mesmo tempo que «espalhava» dinheiro nos mercados e em outras zonas onde houvesse muita gente aglomerada. Já deixou de fazer isto), garantiu que o equipamento para a empreitada, a ser cedido pelo grupo Valentim Amões, está já a caminho de Luanda, vindo do Huambo.

«Neste momento já está em curso a movimentação das máquinas caterpillares, camiões da alta construção (a designação é dele), etc., do Huambo, local onde estavam a cumprir uma outra tarefa engajada na reconstrução das infra-estruturas básicas daquela província, o que atrasou ligeiramente o arranque das obras. Mas o nosso objectivo é para que até antes das eleições tenhamos o bairro com uma outra imagem. Para isto, está a ser feito um grande trabalho de mobilização da população que, felizmente, está mesmo a colaborar», sublinhou. Segundo ainda Bento Kangamba, esta actividade está a ser desenvolvida por uma estrutura técnica criada junto das Organizações Kabuscorp e enquadra-se no espírito de outras já realizadas com o cunho de melhorar a Vida dos cidadãos, sobretudo do seu bairro.

«Estamos a trabalhar para o bem da população do bairro e neste âmbito tivemos alguns sucessos, um dos quais é o facto de neste momento termos já o bairro, à excepção de duas ruas, completamente iluminado, resultante de um projecto nosso, com a colocação de 10 postos de abastecimento de energia. Aumentamos também o número de fontanários de 9 para 25 e eliminamos a delinquência no bairro, numa acção que envolveu todos os cidadãos e a polícia nacional», informou. O esforço das Organizações Kabuscorp em prol do melhoramento do nível de vida das populações do Palanca não se resumem a isto, já que, segundo Bento Kangamba, nesta altura estão a ser reparadas as quatro melhores escolas da circunscrição, o posto médico e ainda o centro desportivo polivalente local. O «bosse» do Palanca disse ainda que está a negociar com o ministério da Cultura para a cedência de um espaço onde o seu grupo empresarial pensa edificar um centro de diversão para a juventude, sem entrar em mais pormenores em relação a isto.

«Para além de estar bem localizado, o bairro é um dos poucos que também está bem organizado. Prova disto é que no Palanca todas as ruas estão numeradas. Outro aspecto pode ser visto em relação à cólera: o país está a sofrer com a cólera, mas no Palanca não há muitos casos, ou seja, no Palanca não há cólera», enfatizou,

com alguma vaidade. Questionado sobre o segredo para o sucesso no domínio social, Bento Kangamba gabando-se de que não tinha problemas de dinheiro, disse que era o trabalho, baseado na mobilização e sensibilização dos populares: «Nós não prometemos para depois não fazemos nada. Preferimos criar primeiro as condições e no momento da execução do projecto chamamos a população e dissemos que queremos espaço para a obra y ou x. A população dá o espaço e nós fizemos a obra». E mais não disse. Posto isto, só nos resta esperar para ver até onde isso irá dar.

#### **6.4 Demolições, acusações e outras questões de habitação**

*Independente...6-05-06*

O primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", afirmou no Parlamento que os luandenses estão a ser incitados pela organização SOS Habitat a ocuparem ilegalmente os espaços onde o Governo está a edificar projectos habitacionais e infra-estruturas sociais e económicas. O líder daquela ONG, Luís Araújo, defendeu-se dizendo que "é tudo mentira".

Primeiro-ministro, fazendo recurso a uma informação do Governo Provincial de Luanda (GPL), acusou a SOS Habitat (organização defensora dos direitos cívicos e humanos dos cidadãos) de incitar populares a ocuparem terrenos, para criarem um clima de agitação e depois colherem indevidamente benefícios.

Respondendo a uma interpelação da oposição, relativamente à questão da crescente onda de demolições, o primeiro-ministro admitiu, no entanto, a existência de funcionários de administrações municipais que usurpam competências dos seus superiores e distribuem de forma ilegal terrenos às populações.

Nandó reconheceu também que o GPL está a derrubar casas por imperativos de interesse público, mas que os seus proprietários foram, e continuarão a ser, ressarcidos pelo Estado. Entretanto, de acordo com Nandó, o Estado nega-se a indemnizar os ocupantes ilegais de terrenos, que procuram colher dividendos de forma fraudulenta. Também a este propósito, o activista Luís Araújo respondeu ao primeiro-ministro, assegurando que nenhum dos lesados defendidos pela sua ONG recebeu qualquer indemnização do Estado.

Embora admitindo a possibilidade de que outros cidadãos tenham sido ressarcidos, Luís Araújo desafiou o Governo a apresentar documentos que certifiquem esses pagamentos. Entretanto, o chefe da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, referiu-se à existência de "cidadãos honestos que querem construir

e às vezes não encontram oportunamente resposta por parte da administração", mas também de "correntes sociais de manipulação de grupos populacionais para ocupação ilegal de terrenos urbanos e o exercício de pressão sobre as cidades e algumas áreas". Bornito de Sousa disse que o seu partido apoia as acções do Governo destinadas à desapropriação de terras para obras públicas e requalificação urbana, mas com a devida indemnização.

"Isto faz parte da luta política" A questão das demolições de casas pelo GPL aqueceu o morno Parlamento angolano, com o primeiro-ministro a falar da existência de "entidades que criam e fomentam estas situações (ocupações ilegais de terrenos) ou aconselham mal as populações".

Apoiado pelos deputados do MPLA, Nandó disse que essas entidades "tentam justificar trabalho, algumas delas aparecem como defensoras acérrimas dos direitos do homem, enquanto outras cumprem uma agenda no sentido de desgastarem a imagem do Governo, criando dificuldades constantes e permanentes ao seu desempenho. "Isto faz parte da luta política", sentenciou o primeiro-ministro, que teve no deputado Paulo Rangel, da bancada do MPLA, o principal apoiante. Além de acusar colegas seus da oposição de instigarem as ocupações ilegais, Paulo Rangel aconselhou a UNITA a reflectir sobre "as grandes demolições" que praticou no país durante a guerra.

A interpelação, que teve lugar na terça-feira, converteu-se na terceira vez que o Governo foi chamado ao Parlamento para dar conta de alguns dos seus actos, num espaço de pouco mais de um, mês, por iniciativa da UNITA. Uma UNITA cujo presidente da sua bancada parlamentar, e Alcides Sakala, pediu uma postura diferente em relação à forma como o Governo tem agido no que toca à expropriação de terras e demolições. De acordo com Sakala, "a maior parte dos camponeses não possui títulos de propriedade das suas terras, mas há um direito costumeiro que é reconhecido constitucionalmente como fonte do direito, por isso as suas terras ou propriedades devem ser respeitadas».

"O que é que o Estado já fez para indemnizar, realojar as pessoas afectadas por essas medidas?", perguntou Alcides Sakala, ao que Nandó respondeu com alguns exemplos que, na sua opinião, "já permitiram alojar condignamente milhares de famílias", mas cujos projectos sofreram paralisação por causa da invasão de populares do perímetro traçado. Segundo o primeiro-ministro, no quadro da sua política de dar habitação condigna aos angolanos, o GPL já realojuou no bairro Sapú 800 famílias que viviam em situação degradante

Formatada: Português (Portugal)

no sopé da Fortaleza junto ao Baleizão), cinco mil outras famílias da Boavista e 290 desalojadas da vala de drenagem da rua Senado da Câmara, que foram para o Zango, Sapú e Panguila. GPL desrespeita direitos dos cidadãos" Respondendo às acusações feitas pelo primeiro-ministro, Luís Araújo, coordenador da SOS Habitat, disse à imprensa que Nandó foi induzido em erro pelo GPL, acabando por mentir aos deputados e ao povo em geral.

"Ele está mal informado pelo GPL, que tem um comportamento e uma atitude que desrespeita os direitos dos cidadãos, viola os direitos dos cidadãos. Nós vamos em defesa dos direitos destas pessoas e claro que o GPL não lhe iria informar que há uma organização que vai em defesa desses direitos", disse. No dizer de Luís Araújo, "o GPL mentiu-lhe e o senhor primeiro-ministro acabou por reproduzir mentiras, demonstrando que a cadeia de informação do Governo, do municipal ao central, é uma cadeia de mentiras, de falsas informações".

Luís Araújo assegura que "a SOS Habitat nunca incitou ninguém a ir ocupar terreno nenhum, limitando-se a responder aos apelos das pessoas que já lá estão, que depois de violados os seus direitos procuram-nos para darmos a protecção possível". As pessoas vêem ao nosso encontro, porque já lá estão e foram abusadas por este Governo.

A S0S foi criada por gente que foi vítima de demolições", garante Luís Araújo, acrescentando que a sua organização protege pessoas excluídas dos programas de desenvolvimento do Governo.

## **6.5 Desalojados no Parlamento**

*Cruzeiro do Sul... 06-05-06*

As demolições e despejos em Luanda voltaram a estar em debate no parlamento, desta vez por iniciativa da bancada parlamentar da UNITA.

O Governo na pessoa do primeiro-ministro do esteve na Assembleia Nacional a prestar os devidos esclarecimentos.

O maior partido da oposição questionou o Governo sobre as medidas tem vindo a ser implementadas para o realojamento das famílias desalojadas e acusou alguns generais das Forças Armadas de usurpação de terrenos dos camponeses nas províncias do Kwanza Sul, Benguela, Huíla e Kunene.

Os deputados da UNITA foram mais incisivos nas questões relativas às demolições, acusando o Governo

de violar o direito de cada angolano possuir uma habitação. De acordo com os argumentos dos deputados da oposição, os populares apenas ocupam estes espaços por não possuírem recursos financeiros para usufruírem uma casa condigna. "Não raras vezes, estas demolições deixam famílias inteiras ao relento, sujeitas a apanhar chuva, sol, calor, poeira e condições de sanidade precária que, daí poderão advir várias doenças", disse Alcides Sakala. A Unita apontou igualmente como sendo ilegal os actos em que funcionários do GPL, Polícia Nacional ou empresas de segurança destroem residências, sem a apresentação de mandato de demolição e, que muitas vezes utilizam a violência e casos mesmo em que fazem recursos a armas de fogo. Os casos mais recentes aconteceram nos bairros Cambamba 1, 2, 28 de Agosto e Soba Kapassa, em que se conta que uma criança foi atingida mortalmente no bairro Cambamba 1, depois de se ter instalado um clima de revolta. Para o deputado Sebastião André do Pajoca esta situação é igualmente preocupante e apela ao Governo no sentido de fazer tudo de forma a não deixar as populações desalojadas sem um tecto. O deputado da FNLA, Benjamim da Silva, defendeu também a necessidade de realojamento dos sinistrados e, que a parte visada não pode ser prejudicada.

Por sua vez Bornito de Sousa chefe da bancada" parlamentar do MPLA disse que o seu partido apoia as acções do executivo que visem restabelecer a ordem urbana da cidade capital, defendendo que as pessoas lesadas devem ser realojadas de acordo com a lei.

Esta foi a segunda vez em quatro meses que as demolições e despejos de Luanda vão ao parlamento. A primeira foi realizada em Janeiro deste ano em que o governador de Luanda, Job castelo Capapinha foi ao parlamento responder aos deputados sobre a questão. Na ocasião, a AN prometeu ajudar as populações a resolver os mais de 70 casos de demolições que haviam dado entrada na nona comissão pelas mãos da SOS habitat. Na altura, o deputado Alexandre Sebastião André, em declarações ao nosso jornal havia dito as explicações fornecidas pelo GPL sobre a questão nos municípios de Viana, Cacuaco, Samba e Kilamba Kiaxe, não haviam satisfeito os deputados, pelo que foi então criado um fórum para a resolução desses problemas.

## **6.6 Terras criam conflito entre Huambo e Bié**

*Terra angolana... Maio de 2006*

Os efeitos da Lei de Terra aprovada há um ano começam a preocupar as comunidades rurais das províncias do Huambo e do Bié, segundo fontes locais.

Neste momento, milhares de pessoas na circunscrição do município do Bimbe, no Huambo estão a abandonar as suas aldeias porque as mesmas ao abrigo da lei passaram para Kalusinga, na província do Bié. A aldeia de Ndulo Epalanga, situada ao longo do rio Ndulo, por exemplo, foi abandonada pelas suas gentes que já acusaram o governador do Huambo de ter negociado o seu destino sem consultar os autóctones. "Nossos antepassados nasceram aqui. Aqui estão as nossas terras, as nossas riquezas e a nossa história. Como vai, Paulo Kassoma oferecer tudo isso em nome de uma lei que não tem o nosso beneplácito?" questionou em dialecto local, Umbundu, António Namba, da linhagem de Joaquim Namba, o soba de Ndulo Epalanga.

Terra Angolana sabe que as pessoas afectadas vão enfrentar problemas de vária ordem como de documentação, uma vez que os seus Bilhetes de Identidade, de baptismo e outros foram passados pelas autoridades da província do Huambo.

Os autóctones também não sabem como estarão doravante as suas terras de cultivo que ficaram do outro lado do rio, ou a seja na província do Huambo, de onde acabam de ser escorraçados.

## **6.1 “Houve pouco investimento na habitação”**

*Cruzim do Sul, 13-05-06*

~~Tenho de desembolsar o equivalente a 70 dólares/mês por um anexo que tem apenas um quarto e cozinha. O depoimento de Filomena Maria, professora, pode até não ser suficiente, mas dá uma certa ideia das dificuldades por que passam os cidadãos para a aquisição de casa própria.~~

~~Mãe de um filho, aquela funcionária pública lamenta o facto de estar a auferir um salário de 14 mil Kwanzas. O valor da renda é quase metade do seu ordenado. Filomena Maria, moradora da rua Cidade de Luanda, junta a sua, voz aos que defendem uma maior aposta na construção de casas para os cidadãos. Já José Sicato tem um salário superior 40 mil Kwanzas mas gasta mensalmente o equivalente a 250 dólares pelo aluguer de um apartamento com dois quartos, sala, cozinha e WC.~~

~~"Tenho quatro filhos, mulher e irmãos, razão porque considero ser muito caro", disse o também funcionário público. Confrontado com esta realidade, o jurista Miguel Maiato, director provincial da Habitação, Urbanismo, Ambiente e Hotelaria e Turismo, reconheceu que houve pouco investimento no sector da Habitação, daí os problemas que ainda persistem. "Temos sido constantemente solicitados e, como não se constroem casas, não conseguimos dar resposta a estas solicitações", admitiu o gestor. De acordo com Miguel Maiato a renda pelo aluguer de um imóvel controlado pelo seu sector não ultrapassa três mil Kwanzas, valor que, conforme disse, "nem chega sequer para os próprios impressos de cobrança".~~

~~"Sendo o preço praticado em todo o país, não existe outra alternativa", observou o jurista, para quem a solução passa por uma nova tabela. Esclareceu ainda que a política da Habitação é apenas de gestão, embora deva também traçar programas para a sociedade executar. É nesta ordem de ideias que anunciou a construção de mais de 100 casas nas imediações do Aeroporto 17 de Setembro, no âmbito de um projecto da Larben, Cooperativa Habitacional de Benguela, da qual é um dos responsáveis. Sem revelar custos, Miguel Maiato informou que a empreitada será financiada pelo Banco Internacional de Crédito - BIC, estando neste momento em curso o processo de desembolso do valor da obra.~~

~~Aos interessados, aconselhou a dirigirem-se a Consult, onde serão tratados todos os documentos necessários para a aquisição de uma casa. No município de Benguela, a Habitação controla duas mil e 61 casas. Importa salientar que o município sede da província devesse ganhar ainda apartamentos financiar China. Outros serão cor na Catumbela e no Lobito.~~

## **6.2 Luís Araújo encosta “Nandó” à parede**

*Agua, 6-05-06*

~~O Governo e a organização não governamental angolana "SOS Habitat" travam, desde a última terça-feira, 2, uma luta de galos visando cada um salvar a sua dama.~~

~~A situação vem colocar um fosso nas relações entre as duas instituições, há muito exacerbadas. O cerne da questão prende-se com os últimos pronunciamentos do primeiro ministro (PM), Fernando Dias dos Santos "Nandó" na Assembleia Nacional (AN), quando respondia às perguntas dos deputados da oposição; durante uma sessão especial, a pedido da organização do "Galo Negro", com a finalidade de questionar o~~

fundamento das demolições de casas nos arredores de Luanda.

De acordo com Nandó, os cidadãos que foram lesados, no interesse público, o Estado procedeu ao devido ressarcimento. Distante de responder às perguntas concretas do deputado Alcides Sakala, chefe da bancada parlamentar da UNITA, sobre o paradeiro dos processos de expropriação de terrenos dos populares, os documentos de avaliação, as actas de acordos entre as partes (Governo e os populares), e os movimentos de tesouraria do Estado, que paga os lesados, "Nandó" atirou-se contra a organização dos direitos humanos "SOS Habitat", tendo a acusado de estar por detrás da ocupação anárquica dos terrenos adjacentes aos projectos habitacionais "Nova Vida" e "Luanda Sul".

Para o PM, há "entidades que criam e fomentam estas situações ou aconselham mal as populações para justificar trabalho". Algumas delas, ainda de acordo com "Nandó", aparecem como defensoras acérrimas dos direitos do homem, enquanto outras cumprem uma agenda no sentido de desgastar a imagem do Governo, criando dificuldades constantes e permanentes ao seu desempenho.

As reacções aos pronunciamentos de "Nandó" não se fizeram esperar, tendo Luís Araújo, coordenador de direcção da "SOS Habitat", dito ao AGORA que o PM faltou à verdade, mentiu à AN e ao país, ao mesmo tempo que o desafia a mostrar à Nação, provas documentais sobre os processos de indemnizações às populações lesadas. "As declarações do PM são irresponsáveis, para além de caluniosas. Tratam-se de afirmações avulsas e vagas", disse o nosso interlocutor, acrescentando que "ele foi à AN e fez um exercício demagógico, fugiu as perguntas sérias e objectivas e foi fazer acusações". Aquela organização, segundo o seu coordenador, não tem andado a incitar ninguém para ocupar terrenos de forma anárquica mas, sim, responde ao apelo das populações que se confrontam com situações de ameaças ou violações dos seus direitos humanos.

Luís Araújo insiste na sua posição, dizendo que o PM não consegue provar as acusações que fez uma vez que ele funciona com base nas informações falsas fornecidas por aquelas pessoas que têm cometido actos de violação dos direitos humanos contra pacatos cidadãos (agentes da Polícia, da fiscalização do GPI e de algumas empresas privadas de segurança) e que têm sido denunciados frequentemente. "São acusações que já nos fizeram várias vezes, no terreno. Portanto, o PM repetiu apenas, e papagueou uma acusação infundada querendo demonstrar que o problema não é realmente

as demolições mas nós, que, segundo ele, criamos esta situação". As acusações do PM não espantaram os membros da "SOS Habitat" porque, de acordo com os mesmos, conhecem a linha e história deste Governo que, de algum tempo à esta parte, colocou a população a viver uma situação protofascista, onde é notória a reprodução, de um certo modo, do capitalista à moda colonial, agravada por uma prática de quadrilha. "De quadrilha porque surgem com elementos armados da polícia e empresas de segurança privada sem mandado e assaltam a mão armada a população", disse Luís Araújo.

Por outro lado, o AGORA apurou que os cidadãos envolvidos neste processo não fizeram os aludidos (por "Nandó"), processos de impugnação da decisão administrativa, porque não lhes foi dada esta possibilidade. A verdade é que todo este imbróglio advém do facto de os governantes não estarem interessados em resolver, realmente, os problemas do povo, se tivermos em conta que a maioria, senão mesmo todos estes projectos habitacionais e infra-estruturas sociais e económicas, erguidos naquelas localidades, têm interesses particulares, razão pela qual tratam as populações (mais desfavorecidas) que lá se encontram, de uma forma desumana. Mandam nas para zonas onde não há condições dignas para alojar um ser humano e que não correspondem àquilo que é estabelecido pelo pacto internacional dos direitos económicos, sociais e culturais.

De realçar que o PM explicou aos deputados que as áreas de Cambamba I e 2 (tidas polémicas) foram seleccionadas para a implementação de um projecto-piloto de urbanização, que deverá, posteriormente, ser estendido às restantes provinciais do país, no sentido de minimizar o problema da habitação em Angola. A verdade é que nenhuma pessoa de baixa renda beneficiou de tal projecto, razão pela qual aquelas populações se mantiveram no perímetro traçado para o seu desenvolvimento. O AGORA apurou, por outro lado, que face às acusações do PM, consideradas gravíssimas pela "SOS Habitat", era intenção daquela instituição levar o assunto ao julgado mas, como tem muito trabalho pela frente, deixa o julgamento para a sociedade que tem acompanhado os atropelos que o Governo tem vindo a fazer contra as populações mais desfavorecidas deste país.

"A sociedade está a ver que, sistematicamente, os pobres são escurraçados para dar lugar aos ricos para fazerem um desenvolvimento que não os inclui; situação que se traduz numa reprodução do colonialismo", revelou o nosso interlocutor.

### **6.3 Kangamba larga USD 6 milhões**

*Angolense...06-05-06*

Afinal, Bento Kangamba vai largar seis (6) milhões de dólares para o seu projecto de pavimentação das ruas do bairro Palanca e não somente 1 milhão e meio, conforme havíamos anunciado na nossa última edição, na secção «Altos & Baixos», garantiu nesta semana o patrão das Organizações Kabusecorp, em conversa com o Semanário Angolense.

O empresário e também oficial general das FAA referiu a propósito que quer uma terraplanagem de alto nível, comportando um trabalho de fundo, que fica assim mais caro. Além da pavimentação das ruas do seu bairro, Bento Kangamba vai também custear um projecto de substituição do velho sistema de esgotos da circunscricção, que já tem muitos anos de uso e se encontra, por isso, cansado.

O homem, que começou a ser notado há uns dez anos atrás, quando conseguiu colocar o seu clube de futebol, o Kabusecorp do Palanca, na primeira divisão nacional, ao mesmo tempo que «espalhava» dinheiro nos mercados e em outras zonas onde houvesse muita gente aglomerada. Já deixou de fazer isto), garantiu que o equipamento para a empreitada, a ser cedido pelo grupo Valentim Amões, está já a caminho de Luanda, vindo do Huambo.

«Neste momento já está em curso a movimentação das máquinas caterpillares, camiões da alta construção (a designação é dele), etc., do Huambo, local onde estavam a cumprir uma outra tarefa engajada na reconstrução das infra-estruturas básicas daquela província, o que atrasou ligeiramente o arranque das obras. Mas o nosso objectivo é para que até antes das eleições tenhamos o bairro com uma outra imagem. Para isto, está a ser feito um grande trabalho de mobilização da população que, felizmente, está mesmo a colaborar», sublinhou. Segundo ainda Bento Kangamba, esta actividade está a ser desenvolvida por uma estrutura técnica criada junto das Organizações Kabusecorp e enquadra-se no espírito de outras já realizadas com o cunho de melhorar a Vida dos cidadãos, sobretudo do seu bairro.

«Estamos a trabalhar para o bem da população do bairro e neste âmbito tivemos alguns sucessos, um dos quais é o facto de neste momento termos já o bairro, à excepção de duas ruas, completamente iluminado, resultante de um projecto nosso, com a colocação de 10 postos de abastecimento de energia. Aumentamos também o número de fontanários de 9 para 25 e

eliminamos a delinquência no bairro, numa acção que envolveu todos os cidadãos e a polícia nacional», informou. O esforço das Organizações Kabusecorp em prol do melhoramento do nível de vida das populações do Palanca não se resumem a isto, já que, segundo Bento Kangamba, nesta altura estão a ser reparadas as quatro melhores escolas da circunscricção, o posto médico e ainda o centro desportivo polivalente local. O «bosse» do Palanca disse ainda que está a negociar com o ministério da Cultura para a cedência de um espaço onde o seu grupo empresarial pensa edificar um centro de diversão para a juventude, sem entrar em mais pormenores em relação a isto.

«Para além de estar bem localizado, o bairro é um dos poucos que também está bem organizado. Prova disto é que no Palanca todas as ruas estão numeradas. Outro aspecto pode ser visto em relação à cólera: o país está a sofrer com a cólera, mas no Palanca não há muitos casos, ou seja, no Palanca não há cólera», enfatizou, com alguma vaidade. Questionado sobre o segredo para o sucesso no domínio social, Bento Kangamba, gabando-se de que não tinha problemas de dinheiro, disse que era o trabalho, baseado na mobilização e sensibilização dos populares: «Nós não prometemos para depois não fazermos nada. Preferimos criar primeiro as condições e no momento da execução do projecto chamamos a população e dissemos que queremos espaço para a obra y ou x. A população dá o espaço e nós fizemos a obra». E mais não disse. Posto isto, só nos resta esperar para ver até onde isso irá dar.

### **6.7 “Houve pouco investimento na habitação”**

*Cruzreiro do Sul...13-05-06*

Tenho de desembolsar o equivalente a 70 dólares/mês por um anexo que tem apenas um quarto e cozinha. O depoimento de Filomena Maria, professora, pode até não ser suficiente, mas dá uma certa ideia das dificuldades por que passam os cidadãos para a aquisição de casa própria.

Mãe de um filho, aquela funcionária pública lamenta o facto de estar a auferir um salário de 14 mil Kwanzas. O valor da renda é quase metade do seu ordenado. Filomena Maria, moradora da rua Cidade de Luanda, junta a sua voz aos que defendem uma maior aposta na construção de casas para os cidadãos. Já José Sicato tem um salário superior -40 mil Kwanzas - mas gasta mensalmente o equivalente a 250 dólares pelo aluguer de um apartamento com dois quartos, sala, cozinha e WC.

"Tenho quatro filhos, mulher e irmãos, razão porque

considero ser muito caro", disse o também funcionário público. Confrontado com esta realidade, o jurista: Miguel Maiato, director provincial da Habitação, Urbanismo, Ambiente e Hotelaria e Turismo, reconheceu que houve pouco investimento no sector da Habitação, daí os problemas que ainda persistem. "Temos sido constantemente solicitados e, como não se constroem casas, não conseguimos dar resposta a estas solicitações", admitiu o gestor. De acordo com Miguel Maiato a renda pelo aluguer de um imóvel controlado pelo seu sector não ultrapassa três mil Kwanzas, valor que, conforme disse, "nem chega sequer para os próprios impressos de cobrança".

"Sendo o preço praticado em todo o país, não existe outra alternativa", observou o jurista, para quem a solução passa por uma nova tabela. Esclareceu ainda que a política da Habitação é apenas de gestão, embora deva também traçar programas para a sociedade executar. É nesta ordem de ideias que anunciou a construção de mais de 100 casas nas imediações do Aeroporto 17 de Setembro, no âmbito de um projecto da Larben, Cooperativa Habitacional de Benguela, da qual é um dos responsáveis. Sem revelar custos, Miguel Maiato informou que a empreitada será financiada pelo Banco Internacional de Crédito - BIC, estando neste momento em curso o processo de desembolso do valor da obra.

Aos interessados, aconselhou a dirigirem-se a Consult, onde serão tratados todos os documentos necessários para a aquisição de uma casa. No município de Benguela, a Habitação controla duas mil e 61 casas. Importa salientar que o município sede da província deveria ganhar ainda apartamentos financiar China. Outros serão cor na Catumbela e no Lobito.

## **6.84 Nasce novo "bairro de latas"**

*Independente...13-05-06*

A área constitui um espaço reservado a construção de projectos industriais, mas, há pouco menos de três meses, os casebres começaram a crescer aos montes, sob o olhar passivo das autoridades locais. A zona do Rio Seco, em Cacuo, está completamente ocupada.

O INDEPENDENTE apurou de uma fonte junto do GPL que os populares não estão autorizados a erguer ai casas, porque a referida área está destinada para projectos industriais. Mas a ocupação está a acontecer ante o olhar das autoridades locais que nem sequer movem palha perante a atitude da população geralmente desinformada. "Não sei, talvez estão a esperar que a população acabe de erguer as casas e depois vão lá partir, com todos os custos e prejuízos

que daí poderão advir. Segundo ele.

O Governo tem todos os meios para impedir que a população ocupe espaço sem devida autorização sem que para tal recorra à violência como muitas vezes acontece. O interlocutor aconselha: "é bom que o Governo da Província de Luanda, através da Administração municipal do Cacuo, se pronuncie e tome as devidas medidas agora, para que amanhã não venha proceder de forma brutal o que só mancha a sua própria imagem."

Na sua opinião. "isso vai não só evitar que amanhã se recorra ao camartelo o que só retira pontos ao executivo bem como evitará que o chefe do executivo muitas vezes sem grande conhecimento de causas esteja exposto a humilhações em determinadas ocasiões .

## **6.5 Taxistas deixam populares a «secar» nas paragens de Luanda**

*Capital...06-05-06*

~~Mesmo quem não recorre aos taxistas para satisfazer as suas necessidades de locomoção já se apercebeu, com certeza, de como nos últimos dias são cada vez maiores as enchentes nas paragens de táxi~~

~~Em Luanda, os cidadãos queixam-se das enchentes nas paragens que não apenas transformam em acto heróico o exercício de viajar a bordo de um táxi como, para quem trabalha logo pela manhã, dificultam o cumprimento da obrigação de se chegar a horas ao local de serviço ou, para os estudantes, às escolas. Pessoas como o funcionário público Paulo Soares, utentes regulares dos serviços dos taxistas, reclamam do «enorme sacrifício» que têm de fazer para cumprir o horário de trabalho em função da carência de táxis em circulação que, como entende, provoca enchentes nas paragens.~~

~~«Conseguir andar de táxi, nos dias úteis, é um Deus nos acuda», definiu o funcionário público, achado nas primeiras horas da manhã numa das paragens de Luanda. «Se não madrugar vou chegar sempre tarde ao meu local de trabalho», disse. Mesmo quem não recorre aos taxistas para as suas necessidades de locomoção já se apercebeu, com certeza, de como nos últimos dias são cada vez maiores as enchentes nas paragens, situações propícias para cenários de multidões espedeadas a espera de transporte ou a digladiarem se por um lugar quando este, finalmente, chega.~~

~~O certo mesmo é que esta situação provoca sérias mudanças no estilo de vida dos utentes de táxi. Paulo~~



Soares, já citado no início do texto, declarou ao semanário *A Capital* que tem de levantar-se pelo menos «por volta das 05 horas para conseguir chegar cedo ao trabalho». Só assim, explicou, se consegue um lugar no táxi sem viajar apertado como «uma sardinha enlatada». «Às vezes chego tão cedo que as portas da empresa nem sequer estão abertas e tenho de dormir no portão a espera que os outros cheguem também», ilustrou. Márcio António e outros utentes culpam os taxistas por estes problemas, acusando-os de estarem a encurtar propositadamente as rotas habituais com o objectivo de aumentarem deliberadamente os ganhos. «É chato passarmos por estas situações».

Márcia e a estudante Nani Carvalho tiveram de aumentar substancialmente o dinheiro que, semanalmente, destinam para os custos com a transportação. «Muitas vezes a desproporção é tanta que temos de andar longas distâncias a pé quando o dinheiro calculado, afinal, não chega».

#### A CULPA NÃO É SÓ DOS TAXISTAS

No meio de tanto descontentamento há quem, no entanto, entenda as atitudes dos «soldados do azul e branco». Paulo Soares, funcionário público, reconhece que os problemas ao longo da via pública, como os enormes buracos, e o aumento crescente de viaturas em circulação são as principais causas dessas enchentes. «Eles também não são culpados», disse o cidadão. «A sociedade exige muito deles, mas o governo provincial não faz nada para melhorar o trabalho deles».

«As estradas estão em péssimo estado, e não há vias suficientes para a acolher tão elevado número de carros em circulação». O congestionamento do trânsito, os buracos nas estradas e a rigorosidade dos novos agentes de trânsito são as razões que os taxistas apontaram ao justificarem o constante opção pelo encurtamento do trajecto ao longo de uma jornada de trabalho.

Chico Zua é um taxista que foi, pela reportagem, interpelado enquanto encurtava o trajecto que, habitualmente, percorre a rua Lino Amezaga, onde se acha o mercado dos Congolenses, para dar ao largo da Maianga. «Vou apenas até ao colégio Elisângela Filomena», dizia aos passageiros no largo da Maianga.

«Os populares reclamam, de facto, mas não posso perder duas horas num engarrafamento», justificou-se aos repórteres. O taxista disse «sentir muito com sofrimento destes populares» mas afirmou que «tenho que velar também pelo meu ganha pão».

Outro grande problema, tal como apontaram outros taxistas, «são os novos agentes de trânsito», estes que

têm sido uma grande pedra nos sapatos dos automobilistas.

«Alguns parece que estão com raiva dos taxistas», salientou. Razão pela qual, muitos são os seus colegas que se vêm obrigados a recorrer ao encurtamento das vias ou a evitarem as estradas principais. «Alguns estão a desistir das cidade para trabalhar nos bairros», explicou.

## 6.6 Demolições, acusações e outras questões de habitação

*Independente... 6 05 06*

O primeiro ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", afirmou no Parlamento que os luandenses estão a ser incitados pela organização SOS Habitat a ocuparem ilegalmente os espaços onde o Governo está a edificar projectos habitacionais e infra-estruturas sociais e económicas. O líder daquela ONG, Luís Araújo, defendeu-se dizendo que "é tudo mentira".

Primeiro ministro, fazendo recurso a uma informação do Governo Provincial de Luanda (GPL), acusou a SOS Habitat (organização defensora dos direitos cívicos e humanos dos cidadãos) de incitar populares a ocuparem terrenos, para criarem um clima de agitação e depois colherem indevidamente benefícios.

Respondendo a uma interpelação da oposição, relativamente à questão da crescente onda de demolições, o primeiro ministro admitiu, no entanto, a existência de funcionários de administrações municipais que usurpam competências dos seus superiores e distribuem de forma ilegal terrenos às populações.

Nandó reconheceu também que o GPL está a derrubar casas por imperativos de interesse público, mas que os seus proprietários foram, e continuarão a ser, ressarcidos pelo Estado. Entretanto, de acordo com Nandó, o Estado nega-se a indemnizar os ocupantes ilegais de terrenos, que procuram colher dividendos de forma fraudulenta. Também a este propósito, o activista Luís Araújo respondeu ao primeiro ministro, assegurando que nenhum dos lesados defendidos pela sua ONG recebeu qualquer indemnização do Estado.

Embora admitindo a possibilidade de que outros cidadãos tenham sido ressarcidos, Luís Araújo desafiou o Governo a apresentar documentos que certifiquem esses pagamentos. Entretanto, o chefe da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, referiu-se à existência de "cidadãos honestos que querem construir e às vezes não encontram oportunamente resposta por

parte da administração", mas também de "correntes sociais de manipulação de grupos populacionais para ocupação ilegal de terrenos urbanos e o exercício de pressão sobre as cidades e algumas áreas". Bornito de Sousa disse que o seu partido apoia as acções do Governo destinadas à desapropriação de terras para obras públicas e requalificação urbana, mas com a devida indemnização.

"Isto faz parte da luta política". A questão das demolições de casas pelo GPL aqueceu o morno Parlamento angolano, com o primeiro ministro a falar da existência de "entidades que criam e fomentam estas situações (ocupações ilegais de terrenos) ou aconselham mal as populações".

Apoiado pelos deputados do MPLA, Nandó disse que essas entidades "tentam justificar trabalho, algumas delas aparecem como defensoras acérrimas dos direitos do homem, enquanto outras cumprem uma agenda no sentido de desgastarem a imagem do Governo, criando dificuldades constantes e permanentes ao seu desempenho". "Isto faz parte da luta política", sentenciou o primeiro ministro, que teve no deputado Paulo Rangel, da bancada do MPLA, o principal apoiante. Além de acusar colegas seus da oposição de instigarem as ocupações ilegais, Paulo Rangel aconselhou a UNITA a reflectir sobre "as grandes demolições" que praticou no país durante a guerra.

A interpelação, que teve lugar na terça-feira, converteu-se na terceira vez que o Governo foi chamado ao Parlamento para dar conta de alguns dos seus actos, num espaço de pouco mais de um mês, por iniciativa da UNITA. Uma UNITA cujo presidente da sua bancada parlamentar, e Alcides Sakala, pediu uma postura diferente em relação à forma como o Governo tem agido no que toca à expropriação de terras e demolições. De acordo com Sakala, "a maior parte dos camponeses não possui títulos de propriedade das suas terras, mas há um direito costumeiro que é reconhecido constitucionalmente como fonte do direito, por isso as suas terras ou propriedades devem ser respeitadas".

"O que é que o Estado já fez para indemnizar, realojar as pessoas afectadas por essas medidas?", perguntou Alcides Sakala, ao que Nandó respondeu com alguns exemplos que, na sua opinião, "já permitiram alojar condignamente milhares de famílias", mas cujos projectos sofreram paralisação por causa da invasão de populares do perímetro traçado. Segundo o primeiro ministro, no quadro da sua política de dar habitação condigna aos angolanos, o GPL já realojuou no bairro Sapú 800 famílias que viviam em situação degradante no sopé da Fortaleza junto ao Balcão), cinco mil

outras famílias da Boavista e 290 desalojadas da vala de drenagem da rua Senado da Câmara, que foram para o Zango, Sapú e Panguila. GPL desrespeita direitos dos cidadãos". Respondendo às acusações feitas pelo primeiro ministro, Luís Araújo, coordenador da SOS Habitat, disse à imprensa que Nandó foi induzido em erro pelo GPL, acabando por mentir aos deputados e ao povo em geral.

"Ele está mal informado pelo GPL, que tem um comportamento e uma atitude que desrespeita os direitos dos cidadãos, viola os direitos dos cidadãos. Nós vamos em defesa dos direitos destas pessoas e claro que o GPL não lhe iria informar que há uma organização que vai em defesa desses direitos", disse. No dizer de Luís Araújo, "o GPL mentiu-lhe e o senhor primeiro ministro acabou por reproduzir mentiras, demonstrando que a cadeia de informação do Governo, do municipal ao central, é uma cadeia de mentiras, de falsas informações".

Luís Araújo assegura que "a SOS Habitat nunca incitou ninguém a ir ocupar terreno nenhum, limitando-se a responder aos apelos das pessoas que já lá estão, que depois de violados os seus direitos procuram nos para darmos a protecção possível". As pessoas vêm ao nosso encontro, porque já lá estão e foram abusadas por este Governo.

A SOS foi criada por gente que foi vítima de demolições", garante Luís Araújo, acrescentando que a sua organização protege pessoas excluídas dos programas de desenvolvimento do Governo.

## 6.7 Desalojados no Parlamento

*Cruzem da Sul: 06-05-06*

As demolições e despejos em Luanda voltaram a estar em debate no parlamento, desta vez por iniciativa da bancada parlamentar da UNITA.

O Governo na pessoa do primeiro ministro do esteve na Assembleia Nacional a prestar os devidos esclarecimentos.

O maior partido da oposição questionou o Governo sobre as medidas tem vindo a ser implementadas para o realojamento das famílias desalojadas e acusou alguns generais das Forças Armadas de usurpação de terrenos dos camponeses nas províncias do Kwanza Sul, Benguela, Huíla e Kunene.

Os deputados da UNITA foram mais incisivos nas

questões relativas às demolições, acusando o Governo de violar o direito de cada angolano possuir uma habitação. De acordo com os argumentos dos deputados da oposição, os populares apenas ocupam estes espaços por não possuírem recursos financeiros para usufruírem uma casa condigna. "Não raras vezes, estas demolições deixam famílias inteiras ao relento, sujeitas a apanhar chuva, sol, calor, poeira e condições de sanidade precária que, daí poderão advir várias doenças", disse Alcides Sakala. A Unita apontou igualmente como sendo ilegal os actos em que funcionários do GPL, Polícia Nacional ou empresas de segurança destroem residências, sem a apresentação de mandato de demolição e, que muitas vezes utilizam a violência e casos mesmo em que fazem recursos a armas de fogo. Os casos mais recentes aconteceram nos bairros Cambamba 1, 2, 28 de Agosto e Soba Kapassa, em que se conta que uma criança foi atingida mortalmente no bairro Cambamba 1, depois de se ter instalado um clima de revolta. Para o deputado Sebastião André do Pajoca esta situação é igualmente preocupante e apela ao Governo no sentido de fazer tudo de forma a não deixar as populações desalojadas sem um tecto. O deputado da FNLA, Benjamin da Silva, defendeu também a necessidade de realojamento dos sinistrados e, que a parte visada não pode ser prejudicada.

Por sua vez Bornito de Sousa chefe da bancada parlamentar do MPLA disse que o seu partido apoia as acções do executivo que visem restabelecer a ordem urbana da cidade capital, defendendo que as pessoas lesadas devem ser realojadas de acordo com a lei.

Esta foi a segunda vez em quatro meses que as demolições e despejos de Luanda vão ao parlamento. A primeira foi realizada em Janeiro deste ano em que o governador de Luanda, Job castelo Capapinha foi ao parlamento responder aos deputados sobre a questão. Na ocasião, a AN prometeu ajudar as populações a resolver os mais de 70 casos de demolições que haviam dado entrada na nona comissão pelas mãos da SOS habitat. Na altura, o deputado Alexandre Sebastião André, em declarações ao nosso jornal havia dito as explicações fornecidas pelo GPL sobre a questão nos municípios de Viana, Cacuanco, Samba e Kilamba Kiaxe, não haviam satisfeito os deputados, pelo que foi então criado um fórum para a resolução desses problemas.

## **6.8 Terras criam conflito entre Huambo e Bié**

*Terra angolana... Maio de 2006*

Os efeitos da Lei de Terra aprovada há um ano começam a preocupar as comunidades rurais das

provincias do Huambo e do Bié, segundo fontes locais.

Neste momento, milhares de pessoas na circunscrição do município do Bimbe, no Huambo estão a abandonar as suas aldeias porque as mesmas ao abrigo da lei passaram para Kalusinga, na provincia do Bié. A aldeia de Ndulo Epalanga, situada ao longo do rio Ndulo, por exemplo, foi abandonada pelas suas gentes que já acusaram o governador do Huambo de ter negociado o seu destino sem consultar os autóctones. "Nossos antepassados nasceram aqui. Aqui estão as nossas terras, as nossas riquezas e a nossa história. Como vai, Paulo Kassoma oferecer tudo isso em nome de uma lei que não tem o nosso beneplácito?" questionou em dialecto local, Umbundu, António Namba, da linhagem de Joaquim Namba, o soba de Ndulo Epalanga.

Terra Angolana sabe que as pessoas afectadas vão enfrentar problemas de vária ordem como de documentação, uma vez que os seus Bilhetes de Identidade, de baptismo e outros foram passados pelas autoridades da provincia do Huambo.

Os autóctones também não sabem como estarão doravante as suas terras de cultivo que ficaram do outro lado do rio, ou a seja na provincia do Huambo, de onde acabam de ser escorraçados.

## **6.9 PM denuncia incitamento à ocupação ilegal**

*Jornal de Angola... 03-05-06*

O primeiro ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", acusou ontem, em Luanda, determinadas organizações de direitos humanos de incitar as populações a desobedecer as autoridades e a ocupar de forma anárquica terrenos em áreas seleccionadas para projectos de utilidade pública.

Fernando da Piedade, que respondia às perguntas da bancada parlamentar da UNITA na sessão especial convocada pela Assembleia Nacional a pedido daquele partido da oposição com o fito de questionar o fundamento das demolições de casas nos arredores de Luanda, citou a organização de direitos humanos "SOS Habitat" de estar por detrás da ocupação anárquica dos terrenos adiacentes ao projecto habitacional "Nova

Vida", a Sul de Luanda. Para o primeiro ministro, há "entidades que criam e fomentam estas situações ou aconselham mal as populações para justificar trabalho".

Algumas delas, prosseguiu Nandó, aparecem como defensoras acérrimas dos direitos do homem, enquanto outras cumprem uma agenda no sentido de desgastar a imagem do Governo, criando dificuldades constantes e permanentes ao seu desempenho. O primeiro ministro explicou aos deputados que as áreas de Cambamba 1 e 2 foram seleccionadas para a implementação de um projecto-piloto de urbanização, que deverá posteriormente ser estendido às restantes províncias do país, no sentido de minimizar o problema da habitação em Angola. A implementação do projecto, que permitiu já alojar condignamente milhares de famílias, conheceu, entretanto, uma paralisação, devido a invasão por populares do perímetro traçado para o seu desenvolvimento.

De acordo com o primeiro ministro, a Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, circunscrição onde está a ser desenvolvido o projecto, para salvaguardar os interesses em presença, teve o cuidado de dialogar com cerca de 100 populares que ali tinha as suas lavras tendo sido posteriormente feito o registo e o cadastramento dessas populações.

O primeiro ministro referiu que as populações "concordaram abandonar a área e ir para uma zona indicada pelo Governo Provincial de Luanda". Depois da conclusão deste processo, explicou "Nandó" aos deputados, "apareceu um grupo de 30 elementos que estavam a ser incitados pela organização de defesa dos direitos do homem SOS Habitat, que mesmo na condição de terem erguido casebres de chapa, começaram a fazer exigências de casas".

Fernando da Piedade afirmou que, em função desta reivindicação, o Governo Provincial de Luanda (GPL) marcou uma nova reunião com os trinta populares em referência. Eles, segundo o primeiro ministro, baseando-se numa informação do GPL, nunca mais apareceram. O primeiro ministro esclareceu que as pessoas que estão em situação legal que têm a sua posse legitimada pela lei, quer pelo direito positivo que pelo direito consuetudinário, têm sido e continuarão a ser indemnizadas, sempre que tiverem que ser deslocadas do local onde se encontram por imperativas de utilidade pública. Fernando da Piedade anunciou que o governador decidiu parar com o pagamento das indemnizações, porque entende que há pessoas que se estão a aproveitar deste expediente para conseguirem indemnizações indevidas.

O primeiro ministro admitiu, por outro lado, que há funcionários de administrações municipais que usurpam competências dos seus superiores e distribuem de forma ilegal terrenos às populações. Estes casos, de acordo com "Nandó", têm sido detectados. No quadro da sua política de dar habitação digna aos angolanos, alcançada que foi a paz, Fernando da Piedade disse aos deputados que o Governo Provincial de Luanda (GPL) já realojou no bairro Sapú, arredores de Luanda, 800 famílias que viviam em situação degradante na ex-fábrica Congeral (junto ao Balcião). Cinco mil outras famílias da Boavista e 290 desalojadas da vala de drenagem da rua Senado da Câmara foram para o Zango, Sapú e Pangula.

Quanto à intervenção de empresas de segurança privada e de agentes da Polícia Nacional no processo de controlo de terrenos já seleccionados para projectos de utilidade pública, Fernando da Piedade disse que elas são forças auxiliares da Polícia Nacional para garantir a ordem e tranquilidade públicas. As empresas de seguranças privadas são órgão subsidiários da Polícia Nacional, supervisionadas e controladas pelo Comando Geral da Polícia Nacional, através da Direcção Nacional de Ordem Pública, portanto cuidar do que é do interesse público é também uma das suas atribuições, disse Nandó.

Em relação ao uso de armas de guerra por parte dessas empresas de segurança privada, o primeiro ministro anunciou que está em curso a elaboração de um projecto de lei que vai definir as regras em que será feita a comercialização das armas de defesa, de caça e de recreio. Quando for aprovado, o novo diploma legal vai estabelecer o "timing" findo o qual todas as empresas de segurança privada estarão proibidas do uso de armas de guerra. Nandó esclareceu que o facto de o Governo ter proibido a comercialização de armas de guerra, de recreio e de caça, de um tempo a esta parte, faz com que actualmente ainda se tolere que as empresas de segurança possam ser portadoras de armas de guerra.

Quanto ao desarmamento da população civil, Nandó disse que as organizações de defesa civil, que antes tinham um cunho legal, já foram desarmadas a nível nacional. Foram recolhidos, neste processo, 68 mil 763 armas, que foram entregues às forças armadas angolanas.

## **6.9 Projecto Luanda Sul avaliado em USD 261 milhões**

*Jornal de Angola...21-05-06*

O projecto Luanda Sul possui na totalidade empreendimentos avaliados em 261 milhões de dólares.

Segundo o director da Edurb Miguel Nogueira, que falava ontem, em Luanda, esse valor está assim distribuído: o património público em infraestruturas com 217 milhões de dólares. Nesse valor deve-se acrescentar 22 milhões de dólares aplicados no "Projecto Morar", 7 milhões de dólares na Avenida 21 de Janeiro, USD 2 milhões no realojamento social das populações e USD 3 milhões no Mbondo Chapé. Neste âmbito ainda inclui-se a obra que está em curso e que visa a ampliação da Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, orçada em 10 milhões de dólares.

Criada em Junho de 1996, a Edurb- Lda é uma empresa privada angolana de capitais mistos, constituídos em 50 por cento pela EPRO-URBE E.P e criada por Despacho conjunto do Ministério das Finanças e do GPL, em 50 por cento pela PV- Participações, empresa privada brasileira detentora de tecnologia de desenvolvimento urbano. O seu objecto principal é a realização de tarefas de desenvolvimento urbano tendo transformado terras ociosas em terras com infra-estrutura urbana, legalizados e urbanizados, utilizando as forças do mercado.

Em 10 anos de existência, as infra-estruturas do Luanda Sul beneficia 90 mil habitantes dos quais 10 mil em Talatona. Miguel Nogueira informou que até 2016, terão acesso às infra-estruturas 400 mil habitantes.

## 7 SERVIÇOS BÁSICOS

### **7.1 GPL realiza campanha de limpeza para combater a cólera**

*Jornal de Angola...05-05-06*

O Governo da Província de Luanda (GPL) vai realizar, este fim-de-semana, uma campanha de limpeza em vários municípios da cidade, para combater a epidemia de cólera que assola a capital do país.

A declaração foi feita ontem, durante o encontro do GPL com as operadoras de limpeza, empresas de construção civil e associações sócio-profissionais, com o fito de solicitar apoio destas organizações para a campanha de recolha de resíduos sólidos. O vice-governador para a Área Técnica e Social, Bento Soyto, afirmou que o governo provincial de Luanda tem estado a desenvolver uma série de esforços para ultrapassar esta situação, e destacou a criação da comissão que trabalha na resolução dos problemas concernentes ao saneamento básico e à epidemia.

A comissão é composta pelo director em exercício da Elisal, director provincial da Saúde, Vita Vemba, e a vice-governadora, Francisca do Espírito Santo. A governante referiu que uma das fontes da epidemia é a falta de saneamento básico e de água potável. "Existe da nossa parte um grande esforço para a limpeza, envolvendo a sociedade civil e outros parceiros sociais. Neste aspecto, precisamos do apoio das operadoras responsáveis e das empresas de construção civil, que dispõem de meios para colaborar com o Governo neste momento de dificuldade", afirmou a vice governadora.

A campanha começa às sete horas de amanhã, e as operadoras, empresas de construção civil e sociedade em geral, devem estar concentradas no campo Mário Santiago, no município do Sambizanga. As empresas apoiarão a Elisal no que concerne a material, designadamente, camiões, escavadoras, basculantes, pás-carregadoras, cem mil sacos de lixos, material publicitário, entre outros meios.

Com estas campanhas de limpeza, o GPL pretende actuar nos municípios onde o surto da cólera é frequente, como Cacucaco, Cazenga e Sambizanga. Nas últimas 24 horas, foram registados 467 casos da doença, que resultaram em seis óbitos.

"Esta reunião foi convocada a propósito da problemática da cólera, porque é uma situação que afecta a nossa sociedade. É neste sentido que nos sentimos motivados a convocá-los uma vez mais para colaborarem nesta acção de forma massiva neste mês

de Maio", sublinhou.

### **7.2 Registados seis mil casos de cólera em Benguela**

*Jornal de Angola...05-05-06*

MAIS de seis mil casos de cólera, com cerca de 450 mortes, foram registados na província de Benguela, desde o surgimento da doença, de acordo com autoridades sanitárias locais.

A falta de colaboração da população, na observância de medidas preventivas, é uma das causas do alastramento da doença para outras localidades e do aumento do número de pessoas infectadas. No município do cubal, por exemplo, o difícil acesso de doentes com cólera, residentes nas comunas de Capupa, Yambala e Tumbulo, ao hospital municipal, está a obrigá-los a fazerem o uso de medicamentos tradicionais, provocando o alastramento da doença.

Nas referidas localidades, que também se debatem com a falta de transporte para a evacuação dos doentes, registaram-se, nos últimos dias, seis óbitos causados pela cólera.

Desde o surgimento do primeiro caso de cólera no Cubal, a 24 de Março, foram notificados 167 casos, com 20 mortes.

### **7.1 ANIP assina contrato de USD 15 milhões**

*Jornal de Angola...16-05-06*

Um contrato de investimento na ordem de 15 milhões e 817 mil dólares, para a melhoria da prestação do serviço de saneamento básico na província de Luanda foi rubricado ontem entre a Agência de Investimento Privado de Angola (ANIP) e a "CSA" Cogite, Serviços Ambientais Lda.

A assinatura do acordo esteve a cargo do presidente do Conselho de Administração da ANIP, Carlos Fernandes e o sócio-gerente da "CSA", Atiene Breehet. O projecto visa a remoção e recolha de resíduos sólidos com meios modernos em toda a extensão do município da Ingombota, previsto e deserto no Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Pública com a Elisal.

O mesmo ante vê um plano de aplicação de fundos de investimento de 13 milhões 282 mil e 937 dólares para a aquisição de equipamentos e materiais. O projecto prevê ainda, um investimento de cento e cinquenta e um mil dólares para a compra de viaturas, 61 mil e 500 para aquisição de mobiliário, 312 mil a serem empregues para a aquisição de equipamento para as instalações, um milhão e 198 mil, destinados ao

~~melhoramento das instalações do projecto, bem como 12 mil e 500 dólares para custear as despesas do projecto.~~

~~O referido projecto vai gerar mais de 500 novos postos de trabalho, dos quais 514 nacionais, sendo que cada trabalhador terá uma produtividade média individual de 126 mil dólares e procederá a substituição de forma gradual dos trabalhadores estrangeiros, de forma a priorizar o pessoal nacional qualificado. A empresa "CSA Lda" vai operar na prestação de serviços de higiene e limpeza da cidade de Luanda, inicialmente com uma oferta de 81 viaturas, colectores e transporte de lixo, com aplicação de novas tecnologias administrativas e outros equipamentos, para a materialização do programa, o Estado angolano concedeu alguns incentivos que se consubstanciam nas isenções de pagamento dos direitos aduaneiros e demais imposições, de pagamento do imposto industrial e do pagamento do imposto sobre aplicação de capitais.~~

~~O presidente da ANIP, Carlos Fernandes, afirmou que o projecto se enquadra na política do Governo relativamente ao saneamento e a limpeza de todos os bairros da província de Luanda e não só. Por sua vez, Atiene Breehet, sócio gerente da empresa CSA Cogite, Lda, disse que, ao longo dos últimos 18 meses de operações, aquela empresa tem revelado uma predisposição clara de inovar, para abraçar de forma firme o desafio assumido diante do Governo, através da Empresa de Saneamento Básico de Luanda, Elisal.~~

~~A primeira assinatura do contrato da "CSA Cogite, Lda" para a integração no novo modelo de gestão de recolha do lixo no município da Maianga ocorreu em 2004.~~

### **7.32 Luanda desenvolve hoje campanha de remoção de lixo**

*Jornal de Angola...06-05-06*

O Governo Provincial de Luanda vai realizar, a partir de hoje e com sequência nos outros fins-de-semana, campanhas de remoção dos principais focos de lixo, com vista a melhorar o ambiente e evitar a proliferação do surto de cólera, que assola a capital.

O facto foi anunciado durante uma reunião presidida pelo vice-governador para a área Comunitária, Bento soyto, com as operadoras de limpeza pública, empresas de construção civil, associações comunitárias e religiosas para discutir o seu envolvimento na campanha.

Segundo o director-interno da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda, Luís Queta, as diferentes empresas se predispuseram a disponibilizar camiões basculantes e pás carregadoras para apoiar as campanhas que serão realizadas aos sábados e domingos, das sete as 12 horas. Luís Queta disse esperar que empresas colaborem e que a população participe colocando o lixo apenas nos locais indicados para o êxito das jornadas que visa conter a proliferação da cólera, que nas últimas 24 horas provocou 13 mortes em 467 casos, elevando para 197 o número de óbitos desde o início do surto em Fevereiro.

Luís Queta afirmou que os sítios que foram limpos poderão ser mantidos, com a extensão do novo modelo de limpeza e gestão de resíduos sólidos nos restantes municípios da capital. A ELISAL iniciou em Outubro, na Ingombota, a implementar o novo modelo de limpeza pública.

Os contentores foram retirados da via pública para as zonas privativas dos prédios. O lixo passou a ser depositado das 18 às 21 horas para ser recolhido das 21 as seis horas.

### **7.4 Taxistas deixam populares a «secar» nas paragens de Luanda**

*Capital...06-05-06*

Mesmo quem não recorre aos taxistas para satisfazer as suas necessidades de locomoção já se apercebeu, com certeza, de como nos últimos dias são cada vez maiores as enchentes nas paragens de táxi

Em Luanda, os cidadãos queixam-se das enchentes nas paragens que não apenas transformam em acto heróico o exercício de viajar a bordo de um táxi como, para quem trabalha logo pela manhã, dificultam o cumprimento da obrigação de se chegar a horas ao local de serviço ou, para os estudantes, às escolas. Pessoas como o funcionário público Paulo Soares, utentes regulares dos serviços dos taxistas, reclamam do «enorme sacrifício» que têm de fazer para cumprir o horário de trabalho em função da carência de táxis em circulação que, como entende, provoca enchentes nas paragens.

«Conseguir andar de táxi, nos dias úteis, é um Deus nos acuda», definiu o funcionário público, achado nas primeiras horas da manhã numa das paragens de Luanda. «Se não madrugar vou chegar sempre tarde ao meu local de trabalho», disse. Mesmo quem não recorre aos taxistas para as suas necessidades de locomoção já se apercebeu, com certeza, de como nos últimos dias são cada vez maiores as enchentes nas paragens,



situações propícias para cenários de multidões espedaçadas a espera de transporte ou a digladiarem-se por um lugar quando este, finalmente, chega.

O certo mesmo é que esta situação provoca sérias mudanças no estilo de vida dos utentes de táxi. Paulo Soares, já citado no início do texto, declarou ao semanário A Capital que tem de levantar-se pelo menos «por volta das 05 horas para conseguir chegar cedo ao trabalho». Só assim, explicou, se consegue um lugar no táxi sem viajar apertado como «uma sardinha enlatada». «Às vezes chego tão cedo que as portas da empresa nem sequer estão abertas e tenho de dormir no portão a espera que os outros cheguem também», ilustrou. Márcio António e outros utentes culpam os taxistas por estes problemas, acusando-os de estarem a encurtar propositadamente as rotas habituais com o objectivo de aumentarem deliberadamente os ganhos. «É chato passarmos por estas situações».

Márcia e a estudante Nani Carvalho tiveram de aumentar substancialmente o dinheiro que, semanalmente, destinam para os custos com a transportação. «Muitas vezes a desproporção é tanta que temos de andar longas distâncias a pé quando o dinheiro calculado, afinal, não chega».

#### A CULPA NÃO É SÓ DOS TAXISTAS

No meio de tanto descontentamento há quem, no entanto, entenda as atitudes dos «soldados do azul e branco». Paulo Soares, funcionário público, reconhece que os problemas ao longo da via pública, como os enormes buracos, e o aumento crescente de viaturas em circulação são as principais causas dessas enchentes. «Eles também não são culpados», disse o cidadão. «A sociedade exige muito deles, mas o governo provincial não faz nada para melhorar o trabalho deles».

«As estradas estão em péssimo estado, e não há vias suficientes para acolher tão elevado número de carros em circulação». O congestionamento do trânsito, os buracos nas estradas e a rigorosidade dos novos agentes de trânsito são as razões que os taxistas apontaram ao justificarem o constante opção pelo encurtamento do trajecto ao longo de uma jornada de trabalho.

Chico Zua é um taxista que foi, pela reportagem, interpelado enquanto encurtava o trajecto que, habitualmente, percorre a rua Lino Amezaga, onde se acha o mercado dos Congolenses, para dar ao largo da Maianga. «Vou apenas até ao colégio Elisângela Filomena», dizia aos passageiros no largo da Maianga.

«Os populares reclamam, de facto, mas não posso perder duas horas num engarrafamento», justificou-se

aos repórteres. O taxista disse «sentir muito com sofrimento destes populares» mas afirmou que «tenho que velar também pelo meu ganha-pão».

Outro grande problema, tal como apontaram outros taxistas, «são os novos agentes de trânsito», estes que têm sido uma grande pedra nos sapatos dos automobilistas.

«Alguns parece que estão com raiva dos taxistas», salientou. Razão pela qual, muitos são os seus colegas que se vêm obrigados a recorrer ao encurtamento das vias ou a evitarem as estradas principais. «Alguns estão a desistir das cidade para trabalhar nos bairros», explicou.

### **7.3 GPL realiza campanha de limpeza para combater a cólera**

*Journal de Angola...05-05-06*

O Governo da Província de Luanda, (GPL) vai realizar, este fim de semana, uma campanha de limpeza em vários municípios da cidade, para combater a epidemia de cólera que assola a capital do país.

A declaração foi feita ontem, durante o encontro do GPL com as operadoras de limpeza, empresas de construção civil e associações sócio-profissionais, com o fito de solicitar apoio destas organizações para a campanha de recolha de resíduos sólidos. O vice-governador para a Área Técnica e Social, Bento Soyto, afirmou que o governo provincial de Luanda tem estado a desenvolver uma série de esforços para ultrapassar esta situação, e destacou a criação da comissão que trabalha na resolução dos problemas concernentes ao saneamento básico e à epidemia.

A comissão é composta pelo director em exercício da Elisal, director provincial da Saúde, Vita Vemba, e a vice-governadora, Francisca do Espírito Santo. A governante referiu que uma das fontes da epidemia é a falta de saneamento básico e de água potável. "Existe da nossa parte um grande esforço para a limpeza, envolvendo a sociedade civil e outros parceiros sociais. Neste aspecto, precisamos do apoio das operadoras responsáveis e das empresas de construção civil, que dispõem de meios para colaborar com o Governo neste momento de dificuldade", afirmou a vice-governadora.

A campanha começa às sete horas de amanhã, e as operadoras, empresas de construção civil e sociedade em geral, devem estar concentradas no campo Mário Santiago, no município do Sambizanga. As empresas apoiarão a Elisal no que concerne a material, designadamente, camiões, escavadoras, basculantes,

~~pás carregadoras, cem mil sacos de lixos, material publicitário, entre outros meios.~~

~~Com estas campanhas de limpeza, o GPL pretende actuar nos municípios onde o surto da cólera é frequente, como Cacuaco, Cazenga e Sambizanga. Nas últimas 24 horas, foram registados 467 casos da doença, que resultaram em seis óbitos.~~

~~"Esta reunião foi convocada a propósito da problemática da cólera, porque é uma situação que afecta a nossa sociedade. É neste sentido que nos sentimos motivados a convocá-los uma vez mais para elaborarem nesta acção de forma massiva neste mês de Maio", sublinhou.~~

#### **7.4 Registados seis mil casos de cólera em Benguela**

*Jornal de Angola...05-05-06*

~~MAIS de seis mil casos de cólera, com cerca de 450 mortes, foram registados na província de Benguela, desde o surgimento da doença, de acordo com autoridades sanitárias locais.~~

~~A falta de colaboração da população, na observância de medidas preventivas, é uma das causas do alastramento da doença para outras localidades e do aumento do número de pessoas infectadas. No município do cubal, por exemplo, o difícil acesso de doentes com cólera, residentes nas comunas de Capupa, Yambala e Tumbulo, ao hospital municipal, está a obrigá-los a fazerem o uso de medicamentos tradicionais, provocando o alastramento da doença.~~

~~Nas referidas localidades, que também se debatem com a falta de transporte para a evacuação dos doentes, registaram-se, nos últimos dias, seis óbitos causados pela cólera.~~

~~Desde o surgimento do primeiro caso de cólera no Cubal, a 24 de Março, foram notificados 167 casos, com 20 mortes.~~

#### **7.5 Unicef e parceiros doam USD 400 mil para combate à cólera**

*Jornal de Angola...12-05-06*

Os comités do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) na Alemanha e no Reino Unido e parceiros contribuíram com 400 mil dólares, canalizados ao Unicef Angola, para ajudar o Ministério da Saúde (MINSa) a travar a propagação do surto de cólera.

Segundo uma nota chegada à nossa redacção, contribuíram com O Unicef, as empresas "Exxon Móbil", "British Petroleum" (Angola), e a Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Segundo o documento, os fundos adicionais são esperados também do escritório da Comissão Europeia para a Assistência Humanitária. "Esta ajuda complementa a locação anunciada recentemente pelo Governo angolano no valor de cinco milhões de dólares", lê-se na nota. Os fundos serão usados, principalmente, para aquisição urgente de meios para purificação da água e o tratamento e prevenção da cólera.

Segundo o representante interino do Unicef Angola, Akhillyer, os fundos adicionais são usados para continuar o trabalho, com o Governo e outros parceiros chave, de combate à doença. "Temos de fazer ainda mais para prevenir outras mortes e proteger as crianças, que são particularmente vulneráveis à <desidratação provocada pela diarreia", frisou. Desde o início da epidemia, em Fevereiro, mais de 32 mil cidadãos foram infectados pelo vibrião colérico, dos quais pereceram mil e 189.

Embora não se tenha informação disponível sobre o número total de crianças afectadas na província de Luanda, onde mais de metade dos casos têm ocorrido, calcula-se que, aproximadamente, 35 por cento sejam menores de cinco anos de idade. Segundo o vice-ministro da Saúde, José Van-Dúnem, não há razão para se aceitar essa mortalidade, porque são mortes evitáveis, dado que o seu tratamento é fácil.

No sentido de apoiar os esforços do Minsa na sua resposta nacional ao avanço da epidemia, o Unicef forneceu tendas e equipamento básico para o estabelecimento dos centros de tratamento da cólera. O referido organismo das Nações Unidas distribuiu 260 mil carteiras de sais de reidratação oral aos referidos centros, que permitiram tratar mais de 43 mil pacientes.

Entregou também um milhão e 300 mil comprimidos de purificação água, que servirão para tratar, também, a água proveniente do rio Bengo, que chega a Luanda através dos camiões cisternas, facultando assim água potável para cerca de um milhão de pessoas. No tocante à mobilização social, o Unicef forneceu materiais informativos, apoio logístico e formação para as equipas do Ministério da Saúde, que vão de casa a casa, nas províncias afectadas, levar informação vital às famílias. Este projecto beneficiou já 850 mil pessoas.

Nas províncias ainda não afectadas, a estratégia é

trabalhar com os governos locais no desenvolvimento de planos de acção, por forma a minimizar o risco da cólera e o seu impacto sobre as populações.

### **7.6 Ong Development Workshop comemora 25ª aniversário de presença em Angola**

*Angop... 13-05-06*

Uma visita de campo ao projecto de água e saneamento, lançamento de uma biblioteca on-line e uma recepção oficial são, dentre outras, as actividades agendadas a partir de terça-feira, em Luanda, pela organização não governamental Development Workshop em saudação ao 25º aniversário da sua presença em Angola.

Segundo uma nota de imprensa da organização, consta ainda do programa um encontro de líderes de grupos solidários, na paróquia do Sagrado Coração de Jesus no município do Cazenga e o lançamento de um tele-centro nas instalações do Fórum das Organizações Não-Governamentais (FONGA).

A Development Workshop é uma organização sem fins lucrativos que trabalha em Angola desde 1981 para a melhoria das condições de vida das comunidades, tendo como áreas de enfoque o abrigo, reforma peri-urbana, abastecimento e saneamento de água, cuidados primários de saúde, desenvolvimento de pequenas empresas e alívio de desastres.

Registada como sendo um grupo sem fins lucrativos e, por isso, não podendo proceder a angariações de fundos, o seu trabalho financiado por contribuições de Ong, agências de desenvolvimento nacionais e internacionais e fundações privadas.

A DW defende uma estratégia de reabilitação comunitária das zonas peri-urbanas, como mecanismo para a redução da pobreza a longo prazo, razão pela qual tem estado a trabalhar como parceira no Programa de Pobreza Urbana de Luanda (LUPP) e com as comunidades das zonas peri-urbanas e com os governos locais, através do envolvimento das associações dos moradores, fóruns e conselhos de consulta comunal/municipal.

Com 120 trabalhadores efectivos em Luanda e 86 no Huambo, a DW desenvolve a sua actividade em duas áreas paralelas nomeadamente nas comunidades peri-urbanas, onde as infra-estruturas e outros serviços básicos são inexistentes e no apoio à reabilitação de infra-estruturas sociais através de auxílio ao processo de regresso e assentamento das comunidades afectadas pela guerra no planalto central.

### **7.7 ANIP assina contrato de USD 15 milhões**

*Jornal de Angola...16-05-06*

Um contrato de investimento na ordem de 15 milhões e 817 mil dólares, para a melhoria da prestação do serviço de saneamento básico na província de Luanda foi rubricado ontem entre a Agência de Investimento Privado de Angola (ANIP) e a "CSA"Cogite, Serviços Ambientais Lda.

A assinatura do acordo esteve a cargo do presidente do Conselho de Administração da ANIP, Carlos Fernandes e o sócio-gerente da "CSA", Atiene Brechet. O projecto visa a remoção e recolha de resíduos sólidos com meios modernos em toda a extensão do município da Ingombota, previsto e descrito no Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Pública com a Elisal.

O mesmo ante vê um plano de aplicação de fundos de investimento de 13 milhões 282 mil e 937 dólares para a aquisição de equipamentos e materiais. O projecto prevê ainda, um investimento de cento e cinquenta e um mil dólares para a compra de viaturas, 61 mil e 500 para aquisição de mobiliário, 312 mil a serem empregues para a aquisição de equipamento para as instalações, um milhão e 198 mil, destinados ao melhoramento das instalações do projecto, bem como 12 mil e 500 dólares para custear as despesas do projecto.

O referido projecto vai gerar mais de 500 novos postos de trabalho, dos quais 514 nacionais, sendo que cada trabalhador terá uma produtividade média individual de 126 mil dólares e procederá a substituição de forma gradual dos trabalhadores estrangeiros, de forma a priorizar o pessoal nacional qualificado. A empresa "CSA - Lda" vai operar na prestação de serviços de higiene e limpeza da cidade de Luanda, inicialmente com uma oferta de 81 viaturas, colectores e transporte de lixo, com aplicação de novas tecnologias administrativas e outros equipamentos, para a materialização do programa, o Estado angolano concedeu alguns incentivos que se consubstanciam nas isenções de pagamento dos direitos aduaneiros e demais imposições, de pagamento do imposto industrial e do pagamento do imposto sobre aplicação de capitais.

O presidente da ANIP, Carlos Fernandes, afirmou que o projecto se enquadra na política do Governo relativamente ao saneamento e a limpeza de todos os

Formatada: Português (Portugal)

[bairros da província de Luanda e não só. Por sua vez, Atriene Brechet, sócio-gerente da empresa CSA-Cogite, Lda, disse que, ao longo dos últimos 18 meses de operações, aquela empresa tem revelado uma predisposição clara de inovar, para abraçar de forma firme o desafio assumido diante do Governo, através da Empresa de Saneamento Básico de Luanda, Elisal.](#)

[A primeira assinatura do contrato da "CSA-Cogite, Lda" para a integração no novo modelo de gestão de recolha do lixo no município da Maianga ocorreu em 2004.](#)

## **7.86 Rangel regista mais de cem casos de cólera**

*Jornal de Angola... 28-05-06*

O município do Rangel, em Luanda, registou até sexta-feira, 174 casos de cólera, na qual a Secção Municipal da Saúde notificou 110, sendo 41 no centro sanitário da Terra-Nova, 58 na unidade sanitária da comuna do Rangel e quatro na Paróquia de Nossa Senhora das Graças.

Foram ainda, notificados, sete doentes, em unidades sanitárias privadas da circunscrição, tendo de todos os casos relatados, se verificado apenas um óbito. A informação foi avançada, pela chefe de Secção Municipal da Saúde do Rangel, Alzira Pinto, no decorrer do quarto encontro de comissões de moradores e assembleia de condomínios, realizado na sala de reuniões da escola do primeira nível, número-508.

A responsável aproveitou a oportunidade para apelar que, apesar do baixo índice de casos registados no município, os munícipes não devem cruzar os braços, pelo que devem continuar a passar a mensagem de prevenção contra a epidemia.

Antes, o delegado da saúde da província de Luanda, Vita Vemba, deu a conhecer aos presentes que a epidemia ainda não se instalou no município Rangel, mas manifestou certa preocupação com a forma como se faz a venda de alguns produtos, em locais impróprios.

Referiu que, o estado do saneamento básico nas "cês, bês", Rangel e a falta de água potável na comuna da Terra-Nova, também o deixa preocupado, porque poderão ser fontes para a transmissão da cólera. Ao intervir na abertura do encontro, o vice-governador para área técnica e comunitária de Luanda, Bento Soito, apelou aos presentes no sentido de a reunião desenrolar-se de forma realista e que aborde as

situações menos "boas e positivas", que o município foi registando.

Referindo-se ao Programa de Investimento Público (PIP), o governante adiantou que, algumas preocupações levadas ao Governo Provincial de Luanda (GPL) vão merecer a seu tempo o devido tratamento e outras terão que ser resolvidas com recursos locais. Por outro lado, o administrador municipal do Rangel, João Domingos, fez a apresentação das obras em curso no município, na fase de conclusão, referente ao primeiro semestre de 2006, com destaque para a reabilitação do lar da terceira idade Beiral, a sede do governo local, o mercado dos Congolenses, entre outras obras.

## **7.7 Governante exorta famílias a participarem na preparação das eleições**

*Jornal de Angola... 15-05-06*

~~A ministra da Família e da Promoção da Mulher, Cândida Celeste, afirmou que a participação das famílias na preparação das próximas eleições, através da sensibilização e mobilização das comunidades, constitui "um dever cívico e patriótico inadiável".~~

~~A ministra Cândida Celeste da Silva exorta a todas as famílias a estarem mobilizadas para a sua participação nas próximas eleições. Numa mensagem emitida por ocasião do 15 de Maio, Dia Internacional da Família, a governante referiu que as famílias devem continuar a jogar um papel fundamental no auxílio ao Governo, nas suas múltiplas missões, nomeadamente no combate a várias epidemias, entre as quais a da cólera.~~

~~"A intervenção da família é fundamental. A educação familiar para a necessidade da manutenção constante da limpeza e da higiene, como forma de alcance de uma vida saudável nos nossos lares e na comunidade, constitui um imperativo inadiável", lê-se na mensagem. Relativamente ao dia internacional da família, a ministra disse que em Angola a data "constitui sempre uma oportunidade para reflexão e a discussão acerca do~~

conceito de família, bem como para reflectir sobre os problemas económicos, sociais e culturais que a afecta". A ministra refere que a família, como pilar fundamental da sociedade, "deve ser potencializada por forma a desempenhar, com maior eficácia, as suas competências, quer perante os respectivos agregados familiares, quer perante a comunidade e o resto da sociedade. A ministra indica que as famílias angolanas vivem ainda situações difíceis, sobretudo nos domínios sociais e económicos, mas, acrescenta, "a era da paz que vivemos dá às famílias novas esperanças e oportunidades para se reverter esta situação".

"As instituições do Governo, com o apoio dos seus parceiros sociais e do resto da sociedade civil, estão a desenvolver esforços com vista a atribuir às famílias novas competências, por forma a que elas tenham um papel mais interventivo, sobretudo em assuntos essenciais, como na educação comunitária, nas actividades geradoras de rendimento, assim como no aconselhamento para a prevenção do VIH/SIDA". O 15 de Maio, proclamado em Setembro de 1993, em Assembleia Geral das Nações Unidas, resultou da necessidade de se destacar e tornar mais visível a importância das famílias como unidades básicas. Em Angola, está a desenvolver-se este ano uma jornada da família, sob o lema "Famílias competentes, factor de equilíbrio e estabilidade social".

### **7.8 Ong Development Workshop comemora 25<sup>a</sup> aniversário de presença em Angola**

*Angop... 13-05-06*

Uma visita de campo ao projecto de água e saneamento, lançamento de uma biblioteca on-line e uma recepção oficial são, dentre outras, as actividades agendadas a partir de terça-feira, em Luanda, pela organização não governamental Development Workshop em saudação ao 25<sup>o</sup> aniversário da sua presença em Angola.

Segundo uma nota de imprensa da organização, consta ainda do programa um encontro de líderes de grupos solidários, na paróquia do Sagrado Coração de Jesus no município do Cazenga e o lançamento de um telecentro nas instalações do Fórum das Organizações Não Governamentais nacionais (FONGA).

A Development Workshop é uma organização sem fins lucrativos que trabalha em Angola desde 1981 para a melhoria das condições de vida das comunidades, tendo como áreas de enfoque o abrigo, reforma peri-urbana, abastecimento e saneamento de água, cuidados primários de saúde, desenvolvimento de pequenas empresas e alívio de desastres.

Registada como sendo um grupo sem fins lucrativos e, por isso, não podendo proceder a angariações de fundos, o seu trabalho financiado por contribuições de Ong, agências de desenvolvimento nacionais e internacionais e fundações privadas.

A DW defende uma estratégia de reabilitação comunitária das zonas peri-urbanas, como mecanismo para a redução da pobreza a longo prazo, razão pela qual tem estado a trabalhar como parceira no Programa de Pobreza Urbana de Luanda (LUPP) e com as comunidades das zonas peri-urbanas e com os governos locais, através do envolvimento das associações dos moradores, fóruns e conselhos de consulta comunal/municipal.

Com 120 trabalhadores efectivos em Luanda e 86 no Huambo, a DW desenvolve a sua actividade em duas áreas paralelas nomeadamente nas comunidades peri-urbanas, onde as infra-estruturas e outros serviços básicos são inexistentes e no apoio reabilitação de infra-estruturas sociais através de auxílio ao processo de regresso e assentamento das comunidades afectadas pela guerra no planalto central.

### **7.109 População de Kicabo consome água imprópria**

*Jornal de Angola... 28-05-06*

Treze mil e 787 habitantes da comuna de Kicabo, 35 quilómetros a norte da cidade de Caxito, província do Bengo, consomem água imprópria, devido à falta de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água.

Em declarações prestadas à Angop, o administrador comunal, Mateus Ventura da Silva, adiantou que a população abastece-se da água extraída directamente a partir do rio Lifune.

Mateus da Silva justificou que este problema está associado à falta de uma conduta de canalização.

"Os consumidores têm caminhado cerca de dois quilómetros com baldes e bidões à cabeça, correndo o risco de contraírem doenças provocadas pelo consumo de água imprópria", frisou o responsável. Fez saber que no quadro do programa de aumento e melhoramento de serviços básicos à população, uma equipa técnica deslocou-se recentemente àquela comuna para junto das autoridades locais, proceder o levantamento das necessidades técnico-material para a reposição do funcionamento do sistema de abastecimento de água potável na região.

A administração local prevê para durante o segundo trimestre do corrente ano repor o sistema de iluminação pública e distribuição de energia eléctrica na sede comunal e arredores.

A comuna de Kicabo tem uma extensão de dois mil e 887 quilómetros quadrados e a sua população dedica-se, maioritariamente, a agricultura de subsistência.

|

## 8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

### 8.1 UNITA desmente preparativos para guerra

*Angolense... 06-05-06*

O dirigente da formação do Galo Negro afirmou que estas informações têm a ver com uma estratégia psicológica criada por elementos afectos ao MPLA, que surgiram de forma sintonizada para o efeito, dando conta da existência de militares e armas no exterior e no interior do país.

"Como parceiro do Governo no processo irreversível da reconciliação Nacional, é meu dever refutar tais falsidades e fornecer ao povo angolano todas as informações sobre este assunto", frisou o presidente da UNITA. Acrescentou que o partido que dirige não tem paiol de armas em qualquer parte do mundo, nem soldados, pois as suas atenções estão voltadas para o fim da corrupção, da fome, miséria e reconstrução de uma Angola para todos e reconciliada.

Para justificar a inexistência de paíóis e homens armados, o político fez saber que elas foram declaradas as Nações Unidas e ao Governo Angolano, que encabeçaram o processo de fiscalização, sobretudo do armamento que se encontravam no exterior do país. Os países que compunham a troika de observação, assim como os Estados Unidos, testemunhar este acto, no dizer do presidente do partido do Galo Negro.

"As armas que a UNITA hoje tem são iguais às de outros cidadãos que pugnam pelos direitos cívicos e políticos, trabalham para um Estado de direito e democrático", assegurou, acrescentando que os ex militares das FALA, o então braço armado daquela formação partidária, foram entregues à responsabilidade do Governo, imbuídos do espírito de tolerância e de uma genuína reconciliação nacional.

Samakuva manifestou-se, igualmente, preocupado com a vontade de alguns círculos do poder que, segundo ele, querem obstaculizar a paz, reconciliação e o processo democrático em curso. Reforçou o seu pensamento acusando o Governo liderado pelo MPLA de pretender criar um clima propício para subverter as instituições da democracia e da soberania popular e estabelecer em Angola o clima do medo e do poder arbitrário.

"Este medo poderá ser manifestado pela indiferença cívica, uma das piores heranças do modelo de Estado implementado em Angola após a independência," admitiu.

Por outro lado, minimizou os pronunciamentos sobre o estado de saúde do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, afirmando que se fosse tão grave os serviços de apoio da presidência e outros órgãos de Estado já se teriam pronunciado sobre o assunto.

Mas, chamou a atenção para o seguinte facto: no plano institucional, os angolanos devem lembrar-se que a Lei Constitucional estabelece como a nação deve lidar com possíveis impedimentos dos seus mandatários.

"Estou convencido que os angolanos, sobretudo a classe política saberão exibir a maturidade política que a situação recomendaria quando se trata da saúde do Presidente da República", frisou.

### 8.2 Nandó quer apoio da sociedade civil nos esforços do Governo

*Angop... 13-05-06*

O primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nando", convidou ontem, em Ndalatando, a sociedade civil local, igrejas e autoridades tradicionais a colaborar com os esforços do Governo Central, na melhoria dos serviços sociais básicos à população.

O facto foi anunciado pelo bispo da Igreja Católica naquela província, Dom Almeida Canda, à saída de uma audiência que o primeiro-ministro concedeu, em separado, aos representantes de igrejas e autoridades tradicionais, na residência oficial do governador provincial do Kwanza-Norte, Henrique Júnior.

Dom Almeida Canda, o primeiro a ser recebido por "Nandó", disse que a Igreja Católica está disposta a colaborar com o Governo nas tarefas de reconstrução nacional, nomeadamente ao nível dos sectores da educação, saúde e da erradicação da pobreza.

"Em conjunto com o Governo, pensamos encontrar caminhos que nos ajudem a alcançar um desenvolvimento aceitável e relançar a província nos sectores fundamentais para a vida das populações", disse o prelado. A Igreja Católica tem um universo de 200 mil fiéis naquela província, distribuídos por oito missões católicas. Dom Almeida Canda acredita que pode mobilizar esses fiéis para as tarefas de reconstrução e de pacificação dos espíritos. Para já, a Igreja Católica tem prestado a sua contribuição aos sectores da educação e da saúde. O prelado disse que a igreja gizou um programa de recuperação de todas as escolas que tinha em toda a província. Este projecto, de acordo com Dom Almeida Canda, deverá consumir cerca de 400 mil dólares. Dom Almeida Canda



reconheceu que há um grande esforço da parte do Governo no sentido de melhorar as condições sociais da população daquela província, defendendo que se inclua no programa de reabilitação de infra-estruturas a recuperação das vias secundárias e terciárias da província.

No sector da saúde, a Igreja Católica está a recuperar postos médicos e a executar projectos de construção de outros centros médicos em Samba-Lucala e no Luínga. Ontem, o primeiro-ministro recebeu igualmente o reverendo Henda Quibon, da Igreja Metodista Unida, e autoridades tradicionais daquela província.

Do representante da Igreja Metodista, "Nandó" recebeu informações sobre o trabalho que aquela igreja vem dando ao processo de reconstrução nacional naquela parcela do país, no quadro da responsabilidade que tem de trabalhar para a pacificação dos espíritos e na promoção do perdão e do amor.

Kwanza-Norte é a décima sexta província que "Nandó" visita, faltando apenas Cabinda e Zaire.

### **8.3 Propostas para garantir estabilidade**

*folha 8...13-05-06*

O líder da UNITA, Isaías Samakuva, apresentou na semana passada um conjunto de propostas dirigidas ao presidente da República para garantir a estabilidade do país, que incluem a revisão das leis de segurança e a resolução do conflito em Cabinda.

"Propomos ao Presidente da República a revisão das leis de segurança do Estado, para que sejam definidos mandatos periódicos para os seus titulares", afirmou, reafirmando por via disso, o empenhamento da UNITA na paz e insistindo então que o seu partido não possui nenhum tipo de armamento, e ainda que a estabilidade de Angola passa pela "paz definitiva" no enclave de Cabinda.

A pacificação daquele território no norte do país deve ser alcançada, segundo a UNITA, através do diálogo entre o governo, a sociedade civil e a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). Nesse sentido, Isaías Samakuva manifestou a "total disponibilidade" da UNITA para colaborar na procura de uma solução que permita resolver o conflito em Cabinda. Ainda no contexto da estabilidade do país, o presidente da UNITA defendeu a necessidade de um "diálogo permanente" entre as instituições do Estado e os agentes políticos e sociais, tendo em vista alcançar uma "maior aproximação".

Com esse objectivo, Samakuva propôs ao presidente angolano a criação de um Conselho de Concertação Social que permita "o debate de ideias e o acompanhamento de diversos assuntos, entre os quais a resolução de conflitos", relativamente às relações entre a UNITA e o governo. Isaías Samakuva reafirmou a necessidade de ser reactivado o mecanismo bilateral de consultas, que não se reúne desde finais do ano passado.

Neste encontro com os jornalistas, o presidente da UNITA abordou ainda a questão das próximas eleições em Angola, ainda sem data marcada, defendendo a importância do presidente José Eduardo dos Santos ouvir a opinião das várias forças políticas do país.

Esse processo de auscultação dos partidos políticos, segundo Samakuva, teria como objectivo "encontrar um consenso para que se defina, de uma vez por todas, o período para a realização das eleições".

O presidente da UNITA elogiou ainda o "apartidarismo" que tem sido demonstrado pelas Forças Armadas Angolanas (FAA), recomendando que a polícia, os serviços de segurança e os órgãos da administração pública "sigam esse exemplo de patriotismo e democracia".

---

### **8.3 Solução tecnológica do registo será apresentada a actores políticos e sociais**

*Journal de Angola...23-05-06*

A Comissão Inter-Ministerial para o Processo Eleitoral vai proceder à apresentação, nos próximos dias, a alguns actores políticos e sociais envolvidos no processo eleitoral, da solução tecnológica para o registo eleitoral, anunciou ontem o ministro Virgílio de Fontes Pereira.

"Vamos nos disponibilizar, com base num programa que estamos a preparar, para que o Consórcio, junto dos partidos políticos com e sem assento parlamentar, junto da comunicação social e de outros actores sociais, possamos realizar sessões de apresentação da solução tecnológica, para que essas entidades possam ser informadas sobre a tecnologia que vai ser utilizada, o modus operandi do registo, para que se dissipem algumas dúvidas quanto à fiabilidade e segurança da solução que o Governo encontrou para realizar o registo eleitoral", disse.

A solução tecnológica já foi apresentada à CNE e mereceu o seu aplauso, esperando-se que os actores sociais e políticos venham a dar também o seu apoio à

solução que o Governo apresenta para a realização do registo. O ministro apontou alguns constrangimentos encontrados durante o processo, tais como o estado débil de organização administrativa do próprio Estado a nível local e o problema da desminagem, que ainda impõem uma grande pressão às tarefas preparatórias.

Outro problema encontrado é o da vulnerabilidade das fronteiras do país, que permite que cidadãos estrangeiros entrem e saiam do território nacional e possam cair também na tentação de se registarem como se de cidadãos angolanos se tratassem e subverter o universo de eleitores.

A suspeição sobre a existência de paíóis em algumas áreas do país, o que leva a empolar ainda mais o sentimento de dúvida sobre o bem fundado das eleições que se vão realizar, em função dos estigmas do passado, que remontam a 1992, é outro constrangimento apontado pelo coordenador da Comissão interministerial.

Fontes Pereira explicou que esta questão vai ser analisada ao nível do Mecanismo Bilateral Governo/UNITA, não sendo, portanto, competência da Comissão interministerial para o Processo Eleitoral detalhar o assunto. Outro constrangimento por Virgílio de Fontes Pereira tem a ver com a educação das pessoas, tendo o ministro solicitado o envolvimento da comunicação social no sentido de que o processo seja transparente, livre e dignifique os angolanos.

"Sem que o processo tenha a participação massiva dos cidadãos, não teremos um processo eleitoral credível", disse.

#### **8.4 Recrutamento e formação de brigadistas eleitorais inicia em Junho**

*Journal de Angola...23-05-06*

O processo de recrutamento, selecção e formação dos brigadistas, que vão proceder ao registo dos eleitores em todo país, inicia-se nos finais da primeira quinzena de Junho, anunciou ontem o coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), Virgílio de Fontes Pereira, que é também ministro da Administração do Território.

O governante falava numa conferência de imprensa expressamente convocada para anunciar o ponto da situação das tarefas que estão a ser executadas pelo Governo, particularmente o início, em Junho, do processo de recrutamento, selecção e formação dos agentes eleitorais.

"No final da primeira quinzena de Junho, nós

iniciaremos, em todo o país, o processo de selecção, recrutamento e formação dos cidadãos que vão integrar as brigadas de registo eleitoral", afirmou. De acordo com Virgílio de Fontes Pereira, a seu tempo haverá uma informação mais substancial do Governo, através dos meios de comunicação social, para que todos os cidadãos saibam onde, como e em que circunstâncias se devem apresentar para serem seleccionados e submetidos a testes para a sua integração no corpo dos agentes que vão executar o registo.

Segundo o governante, essa tarefa deveria ser executada depois da aprovação e determinação definitiva da data de início do registo eleitoral. Mas devido à existência de um universo muito grande de cidadãos para serem recrutados e seleccionados, a CIPE entendeu que, em face da pressão do tempo, não se justificava ter que se esperar que o Governo e a CNE acenam em definitivo a data do início do registo, adiando assim o processo de recrutamento e selecção dos brigadistas.

Ele justificou ainda que esse processo de recrutamento e selecção exige um espaço de tempo considerável, de aproximadamente dois meses. A CIPE solicitou a compreensão da CNE e anuência do Governo no sentido de ser autorizada a iniciar o processo de recrutamento, selecção e formação dos cidadãos que vão integrar as brigadas de registo eleitoral.

Optar por iniciar essa tarefa a partir de agora, de acordo com Virgílio de Fontes Pereira, resulta do facto da mesma exigir algum tempo para a sua execução - dois meses - em função da data em que se vai iniciar o registo, e, por outro lado, dos requisitos a serem exigidos para que o cidadão possa ser seleccionado para integrar as brigadas, não colocando em causa a transparência, credibilidade e objectividade do processo.

"Falamos em dois meses porque haverá vários ciclos de formação - primeiro dos chefes de brigada e depois dos brigadistas propriamente ditos, que poderão levar dois meses", disse. Os requisitos para que os cidadãos possam inscrever-se como brigadistas, nos termos da lei, são o de ser cidadão nacional, ter mais de 18 anos, falar preferencialmente a língua do local onde vai exercer a sua actividade como agente de registo, ter capacidade para avaliar a idoneidade dos cidadãos que se vão registar, ser sujeito a uma acção de formação para poder habilitar-se a realizar o registo.

Os brigadistas devem possuir a 6ª classe, como habilitações mínimas, e a 8ª classe para ser chefe de brigada. Subsidiariamente, devido a solução tecnológica encontrada, alguns candidatos devem ter

~~conhecimentos básicos de informática e a 12ª classe. Os cidadãos que tiverem a 12ª classe e que tenham conhecimentos de informática serão preferencialmente seleccionados para manusearem as técnicas que compõem o kit de registo eleitoral.~~

~~Subsidiariamente, vai ser exigida aos candidatos a disponibilidade para trabalharem em qualquer parte do país, porque, em algumas localidades, poderá não haver tanta oferta de cidadãos com as exigências que a lei impõe.~~

~~Isso vai permitir que cidadãos de uma determinada província possam ser integrados em brigadas móveis que vão funcionar numa outra província para integrar o corpo de agentes eleitorais quando a situação se colocar nesses termos, informou ainda o ministro da Administração do Território.~~

~~O governante apelou à colaboração de todas entidades públicas e privadas para que facilitem a operação de selecção e formação, que vai envolver muitos cidadãos, ajudando as administrações municipais, comunais e os próprios governos provinciais e a CIPE a viabilizar todo este processo.~~

~~Fontes Pereira apelou em particular à comunicação social para abraçar essa causa, sensibilizando os cidadãos para a necessidade de se inscreverem como brigadistas, porque, sem esse universo de actores, não haverá o registo eleitoral de forma a operacionalizar o registo, com a credibilidade que se requer.~~

## **8.45 Uma ponte para a Paz**

*folha 8...27-05-06*

Moxico, Luena, no Alto Cauango, mês de Maio do distante ano 1991.

Foram quarenta e cinco dias, arcados pela entrada no cacimbo desse ano de 1991, vividos a ferro e a fogo no Moxico.

De um lado das barricadas, as forças da UNITA, mandadas pelos generais lindo Chenda Pena, "Benben", Demóstenes Amós Tchilingutila, Nogueira Canjundo os brigadeiros Januário Consagrado e Adriano Wayaka Mckenzie, preparavam-se para entrar em Luena, ou melhor, organizavam-se para tomá-la de assalto; do outro lado, atarefados na defesa da cidade, as tropas do governo instalado em Luanda, à cabeça das quais se reconhecia a presença do então coronel Agostinho Fernandes Nelumba "Sanjar" o tenente-coronel José Alexandre G. Lukama e os majores Bento Sozinho Venceremos e Manuel Henrique Gomes.

Estamos em vésperas de negociações relacionadas com

a guerra civil, que deverão ter lugar algum tempo mais tarde, em Bicesse, e as duas partes do conflito sabem que esse processo negocial estava dependente do desfecho do combate que se estava a travar pela posse da cidade de Luena. A UNITA tinha pretendido tomar essa cidade de assalto, depois de o Governo ter decidido, em virtude de fortes pressões internacionais, parar com a ofensiva sobre Mavinga, bastião do Galo Negro, dando-se então a ocorrência de a cidade capital do Moxico estar desguarnecida pela deslocação de efectivos para aquela frente. Foi necessário dar provas de a força de vontade e desenvolver uma actividade frenética, para as forças destacadas do governo de Luanda conseguirem organizar a defesa da cidade em menos de três dias, pois as forças avançadas de UNITA já ameaçavam.

Como sobredito, tomar posse da capital da província, Luena, antes da assinatura do que viria a ser os Acordos de Bicesse, era o objectivo das duas partes, na medida em que essa posse colocaria o detentor em posição de força para negociar. Os combates começaram tão logo as tropas do Galo Negro se dispuseram em círculo à volta da cidade. De imediato se instalou uma extrema violência no campo de batalha. Combates renhidos, não havia praticamente pausas, era de dia e de noite.

Segundo afirmações feitas pelo actual chefe do Estado maior General das FAA, general "Sanjar", manter a posição sob controlo das forças governamentais era uma questão de vida ou de morte, "Éramos atacados por todos os lados e em todas as direcções até aí ao 15º dia. Nessa altura eu transmiti ao Comando que se a UNITA não tinha tomado a cidade até essa altura, já não a tomaria. No 40º dia já se podia sentir a acalmia", Segundo fontes da mesma água, teria sido precisamente nessa altura, para não dizer no 40º dia como nos foi relatado, que aterraram na cidade dois helicópteros numa equipa do Estado Maior, chefiada pelo coronel Higinio Carneiro, com alguns jornalistas, nomeadamente, William Tonet, a portuguesa Luíza Ribeiro e a moçambicana Rosa Nguami.

Esses jornalistas estavam autorizados a ter contactos com o exterior, mediante uma tomada de precauções indispensáveis, evidentemente, e foi durante um desses contactos que as comunicações que William Tonet pretendia emitir para a Radio América foram interceptadas pelo coronel Mckenzie da UNITA, chefe das telecomunicações do partido, que decidiu então entrar na linha e questionar William sobre a parcialidade do seu trabalho. Este último responde a essa crítica, fazendo lembrar ao oficial da UNITA que ele reporta apenas aquilo que vê e que até estaria disposto a ir para o outro lado. Para ver mais. A

conversa prossegue num tom ameno e numa linha construtiva, a pontos de se fixarem outros encontros via rádio. Assim, estas conversas irão se repetir em diversas ocasiões e a alturas tantas dá-se o tão esperado assentimento, a ideia de os jornalistas ali presentes em pleno campo de batalha de Luena passarem para o lado da UNITA, é aceite.

Informados os respectivos Estados-Maiores, William Tonet, Luísa Ribeiro e Rosa Nguany são autorizados a ir ver o que se passa do outro lado. São deixados sós numa zona neutra, vêm-se obrigados a percorrer mais de 10 quilómetros a pé e acabam por chegar ao acampamento da UNITA. Aí, William Tonet, seguro de a sua iniciativa ser apoiada por Luanda, propõe a BenBen que se entabulem conversações imediatas entre as duas partes em litígio, evitando assim mortes inúteis durante todo esse período ainda a correr até aos Acordos de Bicesse. Ben-Ben está de acordo com a ideia, contacta Savimbi, que às 2 da manhã do dia seguinte entra em contacto com a base da UNITA e fala directamente com William, prevenindo-o que seria bom que todo esse palavreado sobre propostas de tréguas fosse outra coisa mais do que era costume ser: uma banal cilada.

William Tonet consegue persuadir Savimbi do bem fundado da sua proposta, parte para o outro lado e obtém luz verde do Governo. Com o presidente Eduardo dos Santos a bradar aos céus, preocupado com um possível avanço das tropas do Galo Negro durante as negociações. Procedeu-se pois à tomada de providências para que o encontro entre uma delegação da UNITA e outra do MPLA tivesse lugar nas mediações de Luena, no Alto de Cauango. A situação era tensa. Muito tensa.

Agendado o encontro, data, local exacto e hora, a delegação do MPLA parte na devida altura para o lugar combinado, mas, mais ou menos a uns duzentos metros do local, é avisada de que a UNITA está atrasada. A tensão, enorme, sobe ainda mais. Chega-se ao ponto de desconfiar dos passarinhos que passam a voar! Tudo ameaçava um fracasso iminente do encontro, mas a delegação do governo soube manter o sangue-frio, esperou, até que enfim, chegou uma mensagem rádio, da parte de Mckenzie, explicando o atraso a William.

O encontro teve lugar nesse mesmo dia, 18 de Maio de 1991. Doze dias antes dos Acordos de Bicesse é assinado no Alto Kauango, Luena, um cessar fogo entre as tropas da UNITA e o governo de Luanda. O general "Sanjar", actual chefe de Estado-maior General das FAA explicou da seguinte maneira o papel desempenhado por William Tonet:

« Foi extremamente importante. Ele foi o medianoiro

entre nós. A ponte. É isso, ele foi a ponte.»

## **8.6 Propostas para garantir estabilidade**

**~~folha 8...13-05-06~~**

**~~O líder da UNITA, Isaias Samakuva, apresentou na semana passada um conjunto de propostas dirigidas ao presidente da República para garantir a estabilidade do país, que incluem a revisão das leis de segurança e a resolução do conflito em Cabinda.~~**

**~~"Propomos ao Presidente da República a revisão das leis de segurança do Estado, para que sejam definidos mandatos periódicos para os seus titulares", afirmou, reafirmando por via disso, o empenhamento da UNITA na paz e insistindo então que o seu partido não possui nenhum tipo de armamento, e ainda que a estabilidade de Angola passa pela "paz definitiva" no enclave de Cabinda.~~**

**~~A pacificação daquele território no norte do país deve ser alcançada, segundo a UNITA, através do diálogo entre o governo, a sociedade civil e a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). Nesse sentido, Isaias Samakuva manifestou a "total disponibilidade" da UNITA para colaborar na procura de uma solução que permita resolver o conflito em Cabinda. Ainda no contexto da estabilidade do país, o presidente da UNITA defendeu a necessidade de um "diálogo permanente" entre as~~**

**instituições do Estado e os agentes políticos e sociais, tendo em vista alcançar uma "maior aproximação".**

**Com esse objectivo, Samakuva propôs ao presidente angolano a criação de um Conselho de Concertação Social que permita "o debate de ideias e o acompanhamento de diversos assuntos, entre os quais a resolução de conflitos", relativamente às relações entre a UNITA e o governo, Isaias Samakuva reafirmou a necessidade de ser reactivado o mecanismo bilateral de consultas, que não se reúne desde finais do ano passado.**

**Neste encontro com os jornalistas, o presidente da UNITA abordou ainda a questão das próximas eleições em Angola, ainda sem data marcada, defendendo a importância do presidente José Eduardo dos Santos ouvir a opinião das várias forças políticas do país.**

**Esse processo de auscultação dos partidos políticos, segundo Samakuva, teria como objectivo "encontrar um consenso para que se defina, de uma vez por todas, o período para a realização das eleições".**

**O presidente da UNITA elogiou ainda o "apartidarismo" que tem sido demonstrado pelas Forças Armadas Angolanas (FAA), recomendando que a polícia, os serviços de segurança e os órgãos da administração pública "sigam esse exemplo de patriotismo e democracia".**

---